



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Mestrado Profissional em Saúde Pública

Mestrado Profissional de Gestão da Informação e Comunicação em Saúde - MPGICS

DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS:  
ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS  
E MODELO DE APLICAÇÃO

Maria de Lourdes Vasques da Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação  
em Saúde Pública para obtenção do título de  
Mestre em Informação e Comunicação  
em Saúde Pública

Orientação: Profa. Dra. Ilara Hämmerli Sozzi de Moraes

Prof. Paulo Roberto Elian dos Santos

Rio de Janeiro

2005



Ministério da Saúde

Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ



DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS:  
aspectos teórico-metodológicos e modelo de aplicação

Maria de Lourdes Vasques da Silva

Dissertação apresentada ao Curso  
de Pós-Graduação em Saúde Pública  
para obtenção do título de Mestre em  
Informação e Comunicação  
em Saúde Pública

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Henrique Marcondes  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Miguel Murat Vasconcellos  
Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Profa. Dra. Maria Luiza de Almeida Campos  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Eduardo Navarro Stotz  
Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Orientação: Profa. Dra. Ilara Hämmerli Sozzi de Moraes  
Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Prof. Paulo Roberto Elian dos Santos  
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Rio de Janeiro

2005

S586d

Silva, Maria de Lourdes Vasques da.

Descrição de documentos fotográficos: aspectos teórico-metodológicos e modelo de aplicação. Rio de Janeiro: MPGICS/ENSP/Fiocruz, 2005.

Orientador(a): Ilara Hamërlli Sozzi de Moraes

Dissertação de Mestrado ( Gestão da Informação e Comunicação em Saúde). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

CDD: 027

1. Fotografia. 2. Arquivos. 3. Métodos descritivos.

Dedico este trabalho às pessoas de maior importância em minha vida:

Aos meus queridos pais Luiz e Yára, com amor e gratidão  
(in memoriam).

Aos meus irmãos Elza e Luiz, saudades  
( in memoriam).

Ao meu irmão e padrinho Paulo, que embora distante está sempre presente.

## AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas, direta ou indiretamente tiveram participação nesta pesquisa que desenvolvi, portanto é com muita alegria que gostaria de saldá-las.

À Direção da Casa de Oswaldo Cruz, integrante desse processo de discussão que culminou com a criação do pós-graduação de informação e comunicação em saúde, o que permite maior visibilidade de uma área de crescente importância estratégica no setor de saúde e de C & T, no âmbito da Fiocruz. Esse processo proporciona aos servidores envolvidos a oportunidade de uma maior participação nas questões relativas à Saúde, ao SUS, campo específico de intervenção necessitando de profissionais mais especializados, bem como protagonizar essa iniciativa voltada para a formação desses profissionais.

À Chefia do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, por ter demonstrado sua compreensão nesse período em que estive ausente.

Agradeço a Rose Oliveira, responsável pela Sala de Consulta do Departamento pela gentileza e presteza quando das minhas solicitações.

Aos colegas de profissão, os bibliotecários Wanda Weltman, Vilma dos Santos, Benjamin Cardoso, sempre solícitos, aquela ajuda nas horas necessárias.

A Marília March, amiga de congressos passados, sua preciosa ajuda na preparação do resumo em inglês.

A meu amigo Francisco Lourenço pela revisão do texto durante a fase de qualificação.

Aos meninos do Laboratório Roberto Jesus Oscar e Vinicius Pequeno pelo precioso auxílio com a preparação das imagens, independentemente da utilização delas.

As minhas amigas Laura Linda Rosa e Ana Beatriz Sá (Bela) sempre me apoiando e incentivando.

Aos colegas da Secretaria do Departamento e da Direção da COC, Edilson Mosinho, Iracy Guerra e Ivana Alves a quem tantas vezes recorri.

A Professora Paula Xavier, com quem convivo profissionalmente a minha admiração por sua atuação e a sua descoberta enquanto docente do Curso de Mestrado. À essa colega e mestra, o meu sincero agradecimento pelo seu incentivo antes e durante a realização do Curso.

A Professora Dilene Nascimento, minha amiga e coordenadora do Projeto ao qual

íntegro, não somente pelo apoio mas por ter aceito a tarefa de ler e criticar o meu texto.

Agradecimento especial a Paulo Roberto Elían dos Santos, meu colega, amigo e professor, que durante um ano, de forma carinhosa me acompanhou diligentemente no desenvolvimento deste trabalho.

A Professora Ilara Hämmerlli Sozzi de Moraes, por sua compreensão enquanto coordenadora do Curso e orientadora.

Não posso esquecer o Professor André Ancona Lopez, pela contribuição preciosa para o possível direcionamento a seguir em minha pesquisa.

Ao Professor Carlos Marcondes, que participou de minha banca de Qualificação, pelo incentivo e pelas ricas sugestões que contribuíram para o bom encaminhamento de minha Dissertação.

O Mestrado em Gestão da Comunicação e Informação em Saúde – MPGICS, representou para mim um momento de recuperação, abalada por uma perda irreparável.

Nele, eu e meus colegas vivenciamos dias, onde às reflexões muitas vezes nos ocasionaram um “receio” e em outros fervorosos debates, mas que me proporcionou um convívio de grande amizade e mútua cooperação. Tive a felicidade de conviver com pessoas de formação diversas e personalidades fortes, os mestrandos Alex Príncipe, Angélica Silva, Ednelson Pereira, Else Gribel, Leandro Carvalho, Elisa Andries, Estela Leite, nossa eficiente representante, Mário Dimas, Rosane Santana, Ruben Oliveira, nosso designer e, as também bibliotecárias Rejane Machado, Sandra Benigno e Viviane Oliveira.

Com essas pessoas compartilhei bons momentos e ainda me beneficieei de suas experiências.

Deixe para o final Ivone Sá, jovem e meiga, que como eu labuta no mesmo departamento e, particularmente, Edna Maria Padrão, colega que já participou comigo das lutas institucionais e de viagens inesquecíveis, mas que apesar dos pensamentos divergentes, mantivemo-nos sempre juntas.

Penso em Deus, de quem obtive, obtenho e obterei sempre minha força e, bendigo o seu nome todos os dias de minha vida.

Alice estava ficando muito cansada de estar sentada com sua irmã no banco, e de não ter nada o que fazer: as vezes ela espiava o livro que sua irmã lia, mas ele não tinha nenhuma imagem ou diálogo, `qual é a utilidade de um livro´, pensou Alice, `sem imagens ou diálogos?´

Lewis Carroll, Alice no País das Maravilhas, 1865

## RESUMO:

Estudam-se os aspectos conceituais relativos aos arquivos, mencionando os principais textos clássicos da área, que tratam das origens, das propriedades e das características dos arquivos.

As questões relativas ao documento às vezes considerado como documento de arquivo, por ser produzido de forma natural, ou considerado como “documentação especial”, devido suas características, pressupondo tratamento e preservação específicos, são estudadas.

Um outro ponto é quais seriam as similaridades ou diferenças entre os materiais de arquivo e das bibliotecas. Onde começam ou terminam os limites dos documentos sob custódia dessas instituições?

A definição do documento fotográfico como documento de arquivo e, sua importância como forma de registro e expressão para a historiografia e, como instrumento para as investigações no campo das ciências biológicas, biomédicas, da saúde e do desenvolvimento tecnológico, é comentada.

As práticas normativas utilizadas no tratamento dos materiais bibliográfico e de arquivo e, o avanço da normalização em nível internacional relativo à descrição de material arquivístico, explicitado na ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, a partir da década de 1990, são mostradas

Identificaram-se e estudaram-se instituições arquivísticas, que desenvolveram e aplicaram atividades descritivas – normalizadas ou não – aos seus acervos.

Objetivando estudar uma metodologia descritiva de tratamento para o material fotográfico – sob custódia do Arquivo Iconográfico do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – foi desenvolvido para o Fundo Souza-Araújo, objeto desta pesquisa, um esquema de arranjo e uma proposta descritiva, que mantendo seu contexto de produção, permite recuperar, disseminar, divulgar a informação contida nestas fotografias.

**Palavras-chaves:** Fotografia; Arquivos; Métodos descritivos

## ABSTRACT

Conceptual aspects concerning archives are studied, referring to the main classical texts of the area that approach their origins, properties and characteristics.

Issues related to the document, sometimes considered as archival document, if naturally produced, sometimes considered as “special documentation”, due to characteristics that imply specific treatment and preservation are analyzed.

Similarities or differences between archival and bibliographic materials are also considered. Where do the limits of the documents - in the custody of institutions - begin or finish?

The definition of the photographic document as archival document is commented as well as its importance as a way of recording and expressing historiography and as a tool for investigation in the field of the biological, biomedical, health sciences and of the technological development.

Standard practices used in processing bibliographical and archival materials are shown, as well as advances in standardization at international level, in the 90s, concerning the description of archival materials, as indicated in *ISAD(G): General International Standard Archival Description*.

Archival institutions that have developed and applied descriptive activities—standardized or not – to their collections are identified and studied.

Aiming at the study of a descriptive methodology for processing photographic material – in the custody of the Iconographic Archive of the Departamento de Arquivo e Documentação of the Casa de Oswaldo Cruz – , an arrangement plan and a descriptive proposal were developed for the Fundo Souza-Araújo, object of this research, maintaining the context in which it has been produced and allowing the retrieval, dissemination and diffusion of the information contained in these photos.

**Key-words:** Photography; Archives; Descriptive methods

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – Os arquivos: origem, conceituação, características	
I. 1 – Arquivos: origem e conceituações	18
I. 2 – Documento e documento de arquivo	24
I. 3 – As características dos materiais arquivísticos e dos materiais bibliográficos, sua obtenção e tratamento	29
I. 4 – Documento fotográfico como documento de arquivo ou material especial, sua especificidades	38
I. 5 – O uso da fotografia como fonte de pesquisa para a história da medicina e da saúde pública	45
Capítulo II – A importância da normalização no tratamento dos acervos, modelos descritivos em utilização e proposta de organização de documentos em arquivos	
II. 1 – O uso da normalização para os materiais de biblioteca e de arquivo	52
II. 2 - A questão da descrição arquivística normalizada e a ISAD (G)	63
II. 3 – Panorama geral de iniciativas de aplicação da ISAD (G) no Brasil	70
II. 4 – Modelos descritivos para o tratamento dos documentos não-textuais	74
II. 5 – Uma proposta de organização ( arranjo/ classificação) para o Arquivo Souza-Araújo	91
Considerações finais	120
Bibliografia citada	127
Anexos	135

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar padrões metodológicos de organização e descrição de documentos fotográficos, propondo soluções que garantam a manutenção da relação orgânica desses documentos com os demais pertencentes ao mesmo fundo de arquivo, respeitando assim a origem e as atividades responsáveis pela gênese documental.

As formas de registro de ações e atividades acompanham e refletem, o desenvolvimento cultural e tecnológico da humanidade. Assim, neste início de século XXI, elas não só conservam, mas inovam e também prenunciam as mais variadas formas de registro, assinalando os avanços obtidos em diversas áreas do conhecimento. A fotografia, juntamente com os discos e filmes cinematográficos surgidos na segunda metade do século XIX, tornaram-se ao longo do século passado presença constante em acervos institucionais e pessoais. Esses registros em suportes não convencionais, na medida em que passaram a ‘aparecer’ junto aos documentos textuais colocaram para os profissionais de arquivo e para os historiadores, um novo desafio. Vistos como ‘novos documentos’ ou ‘documentos especiais’, esses conjuntos documentais tiveram tratamento diferenciado e desvinculado daqueles que deveriam acompanhá-los. Esse tratamento ocorreu não apenas nas instituições produtoras, mas também nas instituições de custódia, como arquivos, bibliotecas e centros de documentação, responsáveis pela preservação e difusão desses materiais.

Nessa compreensão da existência de uma categoria ‘especial’ de documentos, o tratamento técnico de classificação e descrição percorreu, regra geral, caminhos metodológicos ‘não arquivísticos’, com base na argumentação de uma suposta ‘autonomia’ que os tornava mais compatíveis com a metodologia biblioteconômica.

## **O problema metodológico**

Para abordar a esta questão e cumprir o objetivo proposto, parte-se de um pressuposto básico. As possíveis particularidades dos documentos fotográficos não parecem ser suficientes para justificar uma organização que não recomponha o contexto de produção do documento. Contexto este que é diretriz da organização arquivística e aparece como elemento primordial capaz de garantir que se compreenda a gênese documental.

Para a arquivística contemporânea, o termo documento está associado ao termo informação. Documento é a unidade de registro da informação em um suporte qualquer, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprova fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar, sendo assim, é fonte de informação.

Por outro lado, o documento de arquivo tem como traço característico o fato de ser produzido de forma natural, por imperativos de ordem prática, no âmbito do funcionamento de uma instituição. Ele nasce para servir de prova da ação que o originou, não é entidade independente, mas parte de um conjunto cujos elementos mantêm, entre si, uma relação orgânica<sup>i</sup>, sendo assim, os documentos de arquivo formam um todo orgânico refletindo as atividades a que se vinculam. Eles expressam as ações dos seus produtores no exercício de suas funções. Um documento passa a ser de arquivo considerando-se sua origem ou função e não o seu formato ou suporte.

Segundo o historiador e arquivista norte-americano Theodore Schellenberg<sup>ii</sup>, o documento de arquivo é um documento produzido ou acumulado na consecução de um determinado objetivo e possui valor para fins outros que não aqueles que foram produzidos ou acumulados.

Muitos dos documentos gerados e/ou acumulados em arquivos, devido às suas características e os cuidados específicos requeridos para sua preservação e tratamento, estão incluídos na categoria denominada 'documentação especial'. Categoria muito

ampla, abrange essencialmente documentos não textuais, que incluem a ‘documentação audiovisual’ registrada sobre suporte não convencional e, que pode ser produzida com a integração imagem e som, por exemplo: os sonoros, os filmográficos, os fotográficos e os videográficos<sup>iii</sup>. Para Marilena Leite Paes<sup>iv</sup>, o progresso científico e tecnológico desencadeado a partir do século XX, a rápida mudança nos limites do conhecimento e inúmeros fatores contribuíram significativamente para o aumento da complexidade dos documentos e geraram uma massa de informações e novos tipos físicos de documentos, como relatórios técnicos, desenhos, microfilmes, microfichas, discos e recentemente, disquetes, Cd-Roms, Zip Discs e Dvds.

As diferenças observadas entre os materiais de biblioteca e arquivo, referem-se, principalmente, ao modo pelo qual se originaram. O arquivo tem como característica essencial o fato de constituir-se de documentos acumulados organicamente, no decorrer das funções e atividades desempenhadas por um organismo ou pessoa. Por outro lado, na biblioteca, os documentos são resultado da criação artística, cultural ou de investigação e o acervo é formado através da doação, permuta e aquisição de fontes diversas.

Encontramos materiais arquivísticos nas mais diferentes instituições de custódia, sejam nos arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Enquanto tal, esses materiais são resultantes da acumulação orgânica de entidades ou pessoas, e devem ser tratados de acordo com os procedimentos técnicos preconizados pela arquivologia.

No campo da arquivologia, os esforços de identificar as fronteiras e diferenças entre conjuntos de documentos de arquivo e materiais bibliográficos expressam sobretudo uma tradição dos países de origem latina, especialmente Espanha e França. Contudo, o mesmo não ocorre nos países de origem anglo-saxônica, como Inglaterra e Estados Unidos. Neste último sobretudo, sem forte tradição arquivística mas suficientemente desenvolvido para a implementação de soluções práticas, muitas das quais passam pela normalização.

Criado na década de 1960, pela Biblioteca do Congresso Americano, o formato *Machine Readable Cataloging* - MARC que evoluiu recentemente - em 2000 - para o MARC 21, é um sistema que utiliza números, letras e símbolos, para indicar diferentes informações, visando comunicar o dado bibliográfico. Trata-se de uma proposta metodológica de trabalho com o objetivo de informatizar os dados de uma ficha catalográfica e interpretar as informações contidas nos registros.

É possível afirmar que o MARC é um sistema bastante complexo, pois trabalha com campos identificados com códigos alfanuméricos e símbolos e tem algumas diferenças com o material de arquivo: destina-se em realidade para material bibliográfico e não para documentos de arquivo.

Para os documentos fotográficos os padrões utilizados são os do *Código de Catalogação Anglo-Americano* - AACR2, código internacionalmente reconhecido e que foi largamente adotado para a catalogação dos conteúdos fotográficos, inclusive no Brasil.

Esse código arrola regras para a catalogação de materiais bibliográficos, sendo que é construído do aspecto mais específico para o mais geral e com níveis descritivos diferentes. Trabalha com áreas ou campos: área do autor, área do título, área da imprensa, área de notas etc, e pista para os assuntos.

No Brasil, a partir da década de 1960 as principais referências para as atividades descritivas em arquivos foram o Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses<sup>v</sup> e as obras de Theodore R. Schellenberg *Arquivos Modernos e Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*<sup>vi</sup>. Naquele contexto, sobretudo, a obra do arquivista norte-americano e vice-diretor dos Arquivos Nacionais de Washington, teve grande influência entre os técnicos brasileiros, ao mesmo tempo em que marcava uma ruptura com os padrões de descrição arquivística pautados em bases biblioteconômicas.

Apesar da influência ‘schellenbergiana’, os materiais fotográficos continuaram ‘marginais’ à concepção de arquivo e em geral eram organizados com base nos conteúdos informativos em detrimento dos elementos de contextualização. No Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, por exemplo, em particular no Arquivo Iconográfico, as regras do *Código de Catalogação Anglo-Americano-AACR2* foram implementadas desde as primeiras atividades de tratamento na década de 1980, após avaliação do grupo que coordenava o processamento técnico do Departamento.

A partir da década de 1990, além desse Código, algumas instituições brasileiras passaram a adotar o *Manual para Catalogação de Documentos Fotográficos*, adaptado às especificidades desses documentos. Concebido na década de 1980, pela Fundação Nacional de Arte-Funarte, foi resultante de um trabalho de cooperação interinstitucional para estabelecer procedimentos padronizados para o tratamento dos documentos fotográficos.

### **Os documentos fotográficos ou imagéticos como documentos de arquivo ou como materiais especiais**

O que define o documento fotográfico ou imagético como documento de arquivo é a sua relação orgânica com seu produtor institucional. Sua inserção no arranjo arquivístico não significa desconsiderar suas especificidades mas entender as suas particularidades, enquanto documento arquivístico. A descontextualização leva a valorização excessiva das imagens, monumentalizando-as, ao destacar determinados elementos, descolados da origem institucional. Nesses documentos, a tendência é organizá-los com base nos conteúdos informativos, considerando a fotografia uma peça unitária numa perspectiva museológica, abandonando-se seus elementos contextualizadores, sua proveniência, pensando-a como um documento de determinado indivíduo, sem a dimensão do todo. Para o historiador André Ancona Lopez<sup>vii</sup>, é importante informar quem os produziu e para quais finalidades, pois o documento fotográfico, enquanto discurso visual guarda uma relação orgânica com seu produtor.

A produção de documentos imagéticos autônomos, desagregados dos outros documentos textuais é muito comum, e implica na dificuldade da recomposição contextual. A separação física dos materiais fotográficos, antes da organização arquivística, impossibilita a reconstituição da organicidade desses materiais, direcionando os esforços dos processos de descrição para a recuperação da informação. Lopez<sup>vii</sup>, (p.127).

Marilena Leite Paes<sup>iv</sup> adota a terminologia ‘arquivos especiais’ para englobar documentos que devido ao seu suporte “merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle e conservação. Na sua visão, esses documentos estão perfeitamente inseridos no campo da Arquivologia, que dispõe dos princípios e técnicas para a sua organização”, (p. 22).

Essa autora propõe um arranjo<sup>viii</sup> por assuntos e uma descrição individualizada para cada imagem, mas omite sua contextualização, sua proveniência, introduzindo a organização pelo sistema de Unitermos. A metodologia proposta por essa autora para a organização arquivística de documentos ‘especiais’ obteve considerável receptividade, sendo adotada e legitimada em inúmeras práticas e manuais de procedimentos, como o do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas<sup>ix</sup>.

Nesse Centro, a norma de organização dos documentos textuais não impressos, é o arranjo por séries e/ou subséries que podem ser constituídos segundo os critérios: funcional, temático, geográfico, tipológico. De forma predominante, os arranjos combinam séries, subséries, dossiês formados a partir de diferentes critérios e para a elaboração de seu principal instrumento de pesquisa, o inventário, obedecem a regras específicas e criadas pela própria instituição.

Para o material audiovisual, o arranjo é estabelecido em função do tipo/espécie documental que constituem as séries: Fotografias, Discos, Filmes e, para catalogá-los

usa-se o *Código de Catalogação Anglo-Americano* com adaptações, privilegiando o item documental.

### **A questão da descrição arquivística normalizada e a ISAD(G)**

A padronização das atividades dos arquivos torna-se cada vez mais um instrumento fundamental para garantir a integração, o acesso e o intercâmbio das informações documentais produzidas nas instituições arquivísticas. Internacionalmente, o avanço da normalização relativa à descrição está corporificado na *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística-ISAD(G)*, elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Por ‘descrição arquivística’ conforme a Sociedade dos Arquivistas Americanos - SAA, citada por Acácia Hagen<sup>x</sup>, (p.3) entende-se o processo de obter, ordenar, analisar e organizar qualquer informação que sirva para identificar, administrar, localizar e interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas.

A norma ISAD (G) é um instrumento que estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Surgiu no final da década de 1980 e tem como característica ser um processo para facilitar a recuperação e a troca de informações sobre o material arquivístico; assegurar descrições consistentes, para identificar e explicar os documentos e promover o acesso aos mesmos. Para tanto, propõe padronizar a descrição arquivística a partir de um sistema *multinível*, isto é, do geral para o particular, inserindo cada item da descrição na estrutura geral do fundo de arquivo, em sua relação hierárquica.

Cabe ressaltar que a norma possui um aspecto importante, além da padronização internacional: incorpora uma série de elementos que garantem no processo descritivo, informações relevantes com relação ao contexto arquivístico.

Retomando a questão da fotografia pensada como documento de arquivo ou como

documento especial, podemos observar que Marilena Paes<sup>iv</sup> em seu manual, reafirma a adoção de um tratamento especial para esse tipo de documento. Ao passo que André Lopez<sup>vii</sup>, de forma contrária, afirma que a fotografia pertence ao arquivo, desde que esteja contextualizada e integrada a um fundo, podendo ser descrita pela ISAD (G).

Esta é uma questão importante no desenvolvimento da proposta aqui apresentada, porque procura-se uma solução descritiva que, busque contextualizar o documento fotográfico, e ao mesmo tempo fornecer elementos que estão além da descrição normatizada, e que são informações primárias veiculadas pela imagem.

O Conselho Internacional de Arquivos - CIA, na década de 1980, inicia o processo de construção de normas internacionais de descrição de documentos arquivísticos. Na década seguinte é elaborada a primeira versão da norma ISAD(G), e o CIA inicia um esforço de divulgação em diversos países. No Brasil, a indicação de um representante para o Comitê de Normas de Descrição<sup>xi</sup>, a partir de 1996, foi um fator desencadeador de discussões coordenadas pelo Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ<sup>xii</sup> sem, contudo, alcançarem a abrangência nacional e a representatividade desejada. Em 1998, o Arquivo Nacional torna pública a primeira versão da tradução brasileira da ISAD(G), iniciando-se uma fase de divulgação da norma, de recebimento de sugestões e discussões críticas das propostas.

Em setembro de 2001, foi criada no âmbito do CONARQ, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) com o objetivo de propor normas nacionais compatíveis com os padrões preconizados internacionalmente.

Podemos considerar como uma primeira experiência de utilização da Norma ISAD(G) no Brasil, o trabalho que se desenvolveu no Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica-PUC<sup>xiii</sup> de São Paulo, que desde o início da década de 1990, empregou essa norma internacional no tratamento do seu acervo. Andrade & Tessitore<sup>xiv</sup>, (p. 7).

## **A questão da fotografia como fonte de pesquisa**

Os documentos fotográficos constituem-se em uma expressiva documentação para o desenvolvimento de investigações no campo das ciências humanas, científicas, tecnológicas, das ciências de um modo geral.

A fotografia foi um instrumento de grande impacto na trajetória histórica do Instituto Oswaldo Cruz. Para os historiadores contemporâneos, responsáveis pelo resgate desta memória institucional, ela foi usada deliberadamente, não somente para registrar a vida interna no *campus*, os momentos solenes, como as atividades de observação direta *in locus* e a pesquisa científica, deixando claro a perspicácia de Oswaldo Cruz, de uma pressuposta trajetória institucional histórica e, de um projeto para a posteridade, através do registro imagético. Vieira<sup>xv</sup>, (p. xv).

A produção de fotografias constituem-se em fontes de preservação da memória, pois ao registrarem os cenários, os personagens, as atitudes, as épocas etc transformam-se em documentos para a história. Porém não devem ser usadas apenas como ilustrações para os textos, ou como substitutas da escrita, mas como um documento em si próprio, autônomo, um texto de caráter informativo.

Para Mauad<sup>xvi</sup>, (p.89-90) a fotografia compõe, juntamente com outros tipos de texto de caráter verbal e não verbal a textualidade de uma determinada época podendo ser utilizada como fonte histórica.

Entende-se que a fotografia de arquivo deve manter sua relação de organicidade e, obedecer ao princípio da proveniência, nesta proposta de trabalho o que se quer, sem dissociá-la de sua gênese, é poder interpretá-la também enquanto fonte de informação, característica importante para os pesquisadores das áreas biomédica e de saúde pública em busca do acesso à informação.

## **A fotografia empregada no campo da medicina e da saúde pública**

A fotografia começa a ser usada como um instrumento científico e de estudo das doenças mentais, a partir da segunda metade do século XIX, quando se supôs descobrir os sintomas físicos dos doentes, através da observação das fisionomias dos pacientes. Hochman, Mello & Santos<sup>xvii</sup>, (p. 238).

Nesse mesmo século, a criação de um serviço fotográfico em Paris, pelo psiquiatra Jean- Martin Charcot, permitiu a inclusão definitiva da fotografia ao campo da medicina, que a utiliza para registrar o comportamento dos pacientes. Alguns anos depois, Albert Londe, publica um trabalho *La photographie médicale*, onde relaciona como resultados atribuídos pela fotografia para a medicina, o estabelecimento de tipologias da doença mental, baseado nos retratos de doentes para auxiliar seus diagnósticos. Mello<sup>xviii</sup>, (p. 4).

Podemos observar que no arquivo Souza-Araújo, há uma série de retratos de doentes que permite esse tipo de estudo diagnóstico. É possível perceber seu papel como registro/testemunho das práticas do saber médico no diagnóstico e tratamento de doenças.

Para Sander Gilman<sup>xix</sup>, essa incorporação da fotografia na medicina teria se dado em uma conjuntura existente no campo do saber médico e científico, nos séculos XIX e XX, fazendo aparecer duas disciplinas acadêmicas: a psiquiatria, (p. 20) e, uma nova especialidade aos cuidados do alemão Karl Sudhoff, a história da medicina, (p. 24).

As políticas de captação e de criação das linhas de acervo que se desenvolveram na Casa de Oswaldo Cruz a partir dos conjuntos documentais acumulados e produzidos pela Fundação Oswaldo Cruz, reuniram informações relevantes acerca da investigação nas áreas das ciências biomédicas, biológicas, da tecnologia e da saúde no Brasil.

Representativo da história da pesquisa em medicina experimental e saúde pública

brasileira, o arquivo permanente da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz reúne o patrimônio documental dos institutos que a constituíram em 1970, os quais já possuíam trajetórias expressivas<sup>xx</sup>.

Parte deste expressivo acervo, o material imagético pode proporcionar uma observação relacionada à linguagem fotográfica que unida à pesquisa revela aspectos originais da história da saúde no Brasil. Ao trabalhar em um projeto de preservação da memória institucional, o historiador se detém em um conjunto de fotografias produzidas no início do século XX, que refletem, no final do mesmo século, sobre os destinos do conhecimento histórico, das imagens e da saúde pública. Thielen<sup>xxi</sup>, (p. 4).

As fotos da hanseníase, por exemplo, podem ser vistas como um referencial para as pesquisas no campo das ciências biológicas, biomédicas, da saúde, como para a construção de uma história da doença no Brasil do século XX.

### **O objeto de estudo**

Neste contexto, para abordar a questão do arranjo e da descrição dos documentos fotográficos, dentro de uma perspectiva que garanta a contextualização documental, definimos como objeto de estudo o arquivo de Heráclides-César de Souza-Araújo (1886-1962) que se encontra sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Especialista em leprologia clínica e experimental do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), Souza-Araújo esteve à frente do Laboratório de Leprologia e da Seção de Bacteriologia, da Divisão de Microbiologia e Imunologia. Chefiou ainda o Centro Internacional de Leprologia no Rio de Janeiro, tendo sido o organizador de um plano para a Campanha Nacional contra a Lepra no Brasil. Foi perito da Organização Mundial da Saúde (OMS) nesta doença, com participação de destaque na criação da Sociedade Internacional de Leprologia. Como professor, atuou no Curso de Aplicação do IOC, na Faculdade de Ciências Médicas e no Departamento Nacional de Saúde.

Participou ainda de várias excursões científicas, visitando as principais instituições envolvidas no estudo e no combate à hanseníase no Brasil e no exterior, onde reuniu dados sobre os problemas da leprose naquelas colônias e fotografias sobre as organizações antileprosas.

Da documentação textual do arquivo Souza-Araújo, constam manuscritos, correspondência, recortes de jornais, artigos versando sobre o histórico da hanseníase, das iniciativas de controle e tratamento da doença, da trajetória do cientista no Instituto Oswaldo Cruz.

As 900 (novecentas) fotografias do arquivo Souza-Araújo constituem-se em registros das pesquisas, dos doentes, dos hospitais-colônias, dos preventórios, leprosários, do tratamento da hanseníase e das viagens para o acompanhamento de inspeções e/ou instalações leprosas e eventos científicos, e registram informações relativas ao período de 1920 a 1950. Refletem as políticas públicas de saúde implementadas na primeira metade do século XX, período da criação do primeiro Laboratório de Leprologia em março de 1927, no Instituto Oswaldo Cruz, da descoberta dos antibióticos em 1929 - um avanço para as indústrias química e farmacéutica o que promoveu o uso da sulfona, surgida em 1941, como uma das formas de controle da doença.

Neste contexto histórico cabe destacar a criação do Plano Nacional contra a Lepra em 1935 teve a finalidade de colocar o especialista trabalhando articulado com epidemiologistas, assistentes sociais, enfermeiros em um atendimento global aos doentes no modelo denominado de tripé que englobava leprosários, preventórios e dispensários. Em 1941 implantou-se o Serviço Nacional de Lepra e, entre 1925-1945, outras instituições públicas foram criadas e inauguradas, no então Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro e, cujas imagens fotográficas nos remetem para a atuação do titular e de seus colaboradores nessas instituições.

O que justifica a utilização do material do arquivo Souza-Araújo, é que são fotografias,

em sua maioria produzidas e guardadas por esse especialista, e constitui-se em um material rico em imagens e informações relativas à hanseníase durante a primeira metade do século XX<sup>xxii</sup>, permitindo o entendimento de sua permanência ainda no século XXI.

A escolha do arquivo de Souza-Araújo, suscita questões teóricas-metodológicas que envolvem a discussão que permeia essa característica da fotografia como documento de arquivo que é ao mesmo tempo fonte de pesquisa e informação.

Também uma outra questão está relacionada com um arquivo que foi acumulado e organizado pelo titular, mas na instituição, desmembrou-se em textual e imagético, foi tratado e guardado de forma desintegrada, em setores diferentes, o que dificultou qualquer ação de reconhecimento do contexto.

### **Os procedimentos metodológicos da pesquisa**

Como procedimento inicial da pesquisa, foi realizado um levantamento e análise da bibliografia com foco em dois eixos:

- no que se refere à teoria arquivística, a literatura nos temas de arranjo e descrição de arquivos e de documentos fotográficos com ênfase nas obras que tratem da normalização da descrição arquivística multinível, a norma ISAD(G) e de sua aplicação;
- um segundo eixo buscou cobrir a fotografia utilizada como fonte para a pesquisa histórica da ciência e da saúde.

Objetivando analisar alguns modelos teórico-metodológicos e suas aplicações, foi realizado como “trabalho de campo”, pesquisas em instituições arquivísticas ou similares que desenvolveram metodologias de descrição de documentos fotográficos baseadas no MARC, AACR2 e ISAD (G).

Paralelamente, foi realizado um trabalho de identificação e ordenação do conjunto das

fotografias do arquivo Souza Araújo, com o objetivo de modelar uma estrutura piloto de descrição de uma parcela deste fundo documental que poderá ser uma série completa ou um segmento de uma série. Com este exercício visamos apresentar uma possibilidade de descrição que reconstitua o contexto arquivístico e não necessariamente esteja condicionada a aplicabilidade ao padrão ISAD(G), por exemplo.

### **Estrutura da dissertação**

Na introdução fazemos uma breve apresentação do que será desenvolvido no texto enfocando bibliotecas e arquivos, as influências dos métodos bibliográficos, as possibilidades das fotografias em arquivos, a utilização de padrões arquivísticos para a descrição dos documentos fotográficos e a implicação do uso das imagens fotográficas.

O primeiro capítulo está dedicado ao desenvolvimento das questões metodológicas no campo arquivístico e às discussões que apontam para o documento fotográfico enquanto documento de arquivo e fonte de informação para a pesquisa científica, ou seja, as discussões teóricas que pontuam as questões dicotômicas da fotografia.

O segundo capítulo apresenta e compara o uso da normalização nas atividades documentais e de arquivos à nível internacional e nacional compondo uma primeira parte. Uma segunda parte apresenta os resultados da prospecção em instituições que tenham desenvolvido modelos ou que tenham empregado soluções metodológicas voltadas para o tratamento descritivo de documentos fotográficos. Em seguida, apresentamos uma outra possibilidade de descrição para documentos fotográficos, tomando como base o arquivo Souza-Araújo. Uma proposta que enfatize a compreensão da organicidade dos documentos, sem ignorar a possibilidade de uma descrição individualizada. Neste caso trabalhou-se com o objeto de estudo propriamente dito, isto é, com a análise documental do arquivo estudado, para sua inserção em um quadro de arranjo que reflita as funções e atividades exercidas pelo seu titular.

No capítulo final serão apresentadas as considerações gerais com um balanço da questão

metodológica, do possível modelo de instrumento que possa servir de referência para atividade de descrição, incorporando a questão do arranjo arquivístico e da estrutura multinível.

## Notas

- i) CAMARGO, Ana Maria de Almeida . Sobre o valor histórico dos documentos. *Arquivo Rio Claro*, n. 1, p. 11-17, 2003. (P. 11).
- ii) SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios técnicos*. 3. ed. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2004. (P. 41).
- iii) BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LEME, Paulo de Tarso R. D. Paes. Documentação especial em arquivos públicos. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 51-59, jan.-jun. 1986. (P. 51).
- iv) PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. rev ampl. reimp. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004. (P. 16).
- v) Associação dos Arquivistas Holandeses. *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*. Tradução de Manoel Adolpho Wandrey, 2ª edição, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.
- vi) A divulgação destas obras entre a comunidade arquivística brasileira, resultou de um programa da direção do Arquivo Nacional do Brasil, que sob a direção de José Honório Rodrigues assumiu a tarefa de tornar acessível um conjunto de estudos arquivísticos básicos para o aperfeiçoamento dos quadros profissionais do país.
- vii) LOPEZ, André Porto Ancona *As razões e os sentidos. Finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2000. (P.93,124)
- viii) Arranjo “processo de agrupamento dos documentos [...] em unidades significativas, e o agrupamento, em relação significativas, de tais unidades entre si”. SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Natureza das operações de arranjo. In: *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*, 1980, p. 89. Ver também DICIONÁRIO de terminologia arquivística, 1996, p. 9.
- ix) Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Metodologia de organização de arquivos pessoais*, 1998.
- x) HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 3, p.1-13, set. 1998.
- xi) FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil. In: MESA Redonda Nacional de Arquivos, 1999, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 30/04/2004.
- xii) Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ, órgão colegiado do Arquivo Nacional, responsável pelo processo de normalização arquivística brasileira, sua promoção e a tentativa de um consenso nacional e internacional.

xiii) Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica-PUC / São Paulo.

xiv) ANDRADE, Ana Célia Navario de; TESSITORE, Viviane. Elaboração de guias: experiência de um centro de documentação universitário sobre movimentos sociais. São Paulo: CEDIC/PUC, 1994. *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia*, São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1998. (CD-ROM)

xv) A CIÊNCIA a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao Interior do Brasil entre 1911 e 1913 por Marli Brito de Albuquerque, Fernando Antônio Pires Alves, Jaime Larry Benchimol, Ricardo Augusto dos Santos, Eduardo Vilela Thielen, Wanda Latmann Weltman. Apresentação de Paulo Ernani Gadelha Vieira. Rio de Janeiro, Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

xvi) MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História – Interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

xvii) HOCHMAN, Gilberto ; MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de ; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX . *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.9 (suplemento), p. 233-73, 2002.

xviii) MELLO, Maria Teresa Bandeira de. *Fotografia e história da saúde pública: o acervo do Centro de Estudos e Profilaxia da Moléstia de Chagas*. Comunicação apresentada no XXIº Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (ANPUH), Niterói, 2001.

xix) GILMAN, Sander L. *Picturing health and illness: images of identity and difference*. Baltimore and London : The Johns Hopkins University Press, 1995.

xx) Entre outras unidades, o Instituto Oswaldo Cruz (IOC) que deu origem à instituição. Sobre esse assunto ver *Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz*, p. 3

xxi) THIELEN, Eduardo Vilela. *Fotografias de saúde no Brasil: a fotografia na institucionalização da saúde pública*. [Dissertação de Mestrado] São Paulo, PUC, 1992.

xxii) Um dos agravos tratados no Laboratório de Hanseníase, vinculado ao Departamento de Medicina Tropical do Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Este Laboratório é Centro de Referência credenciado pelo Ministério da Saúde e desenvolve atividades de pesquisa, ensino e assistencial.

## **CAPÍTULO I. Os arquivos: origem, conceituação, características**

### **I. 1. Origem e conceituações**

Para desenvolver esta pesquisa procuramos primeiro entender o significado da “descrição” dentro dos procedimentos técnicos dos arquivos. Portanto, iniciaremos este estudo a partir dos conceitos, defendidos pelos autores considerados clássicos nessa área do conhecimento, relativos à sua origem, natureza e problemas terminológicos.

Na realidade, trata-se de entender a fotografia que produz forte impacto imagético no consulente e conduz a uma infinidade de interpretações - consequência de seu potencial polissêmico, dentro de um contexto arquivístico. Em outras palavras, como permitir um acesso pleno à imagem fotográfica, no caso aqui ligada a um conjunto documental de origem científica sem ignorar a questão da sua procedência, isto é, sem deslocá-la da sua gênese.

Portanto, este capítulo, é dedicado ao estudo dos aspectos conceituais relativos aos arquivos, referenciando os principais textos clássicos da área, que tratam das origens, das especificidades e características dos arquivos. Neste aspecto, utilizaremos alguns manuais clássicos da arquivística brasileira, bem como as obras do norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg, principal referência para as atividades arquivísticas e grande influenciador dos técnicos brasileiros, a partir da década de 1960.

Marilena Leite Paes<sup>1</sup>, em seu livro *Arquivo: teoria e prática*, afirma que a invenção do alfabeto promoveu a evolução da escrita e o aparecimento dos materiais sobre os quais se gravavam esses sinais de comunicação, dando origem aos “documentos”. Posteriormente, um estágio de vida mais organizado possibilitaria aos homens compreenderem o valor dos “documentos” que produziam, como um resultado de suas atividades políticas, sociais, econômicas, religiosas, ocasionando uma [pré] ocupação, com a reunião, a conservação e a sistematização desses materiais.

Esse direcionamento para a sistematização dos “papéis” levaria ao surgimento dos arquivos, destinados não somente à guarda dos tesouros culturais, mas à proteção dos documentos que atestavam a legalidade de seus patrimônios, assim como dos documentos que contavam a história de sua grandeza. Paes<sup>1</sup>, (p. 15-6). Na Antigüidade, muitos eram os suportes para a escrita: o mármore, o cobre, o marfim, as tábuas, os tabletes de argila, peles. Mais tarde, apareceram o papiro, o pergaminho e o papel, descoberto pelos chineses em 105 d.C, expandido pelo norte da África e Península Ibérica pelos árabes (795 d. C). Este último foi que permitiu a reunião das massas documentais, dos arquivos.

Para o arquivista norte-americano Schellenberg<sup>2</sup>, (p. 35) existiria uma tendência dos profissionais das diversas áreas do conhecimento, de criarem termos com significados muito específicos, talvez, por serem disciplinas ao qual era necessário uma fundamentação científica. Este não seria o caso da arquivística, porque mesmo sendo uma disciplina relativamente nova, ela não careceria de substância científica.

A palavra arquivo<sup>i</sup>, que tem seus equivalentes em alemão *Archivalien* designando os materiais e, em inglês *archivalia*, é utilizada por Schellenberg, (Ibidem, p. 35-6) como *archival institution* designando a instituição, diferentemente da expressão “material de arquivo” ou “arquivos” *archives* indicando o material pertencente à uma instituição.

Para este autor, a contribuição universal mais importante para a arquivística teria sido o manual que versava sobre administração de arquivos, escrito pelos arquivistas holandeses: S. Muller, J. A Feith e R. Fruin intitulado<sup>ii</sup> *Manual for the arrangement and description of archives*, (Ibidem,p. 36).

Na obra acima referenciada, a palavra holandesa *archieff* foi definida como: “o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por um órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer sob a custódia desse órgão ou

funcionário”, (Ibidem, p. 36). Dito de uma outra maneira - a palavra *archieff* de equivalência inglesa *archival collection*, na realidade significava os documentos de uma determinada entidade que foram mantidos num serviço de registro *registry office* o que, no Brasil, equivale ao protocolo geral.

Outra definição de arquivos pode ser encontrada em *Sir Hilary Jenkinson*<sup>iii</sup> “documentos produzidos ou usados no curso de um ato administrativo ou executivo (público ou privado) de que são parte constituinte e, preservados sob a custódia da pessoa ou pessoas responsáveis por aquele ato e por seus legítimos sucessores para sua própria informação”, *apud Schellenberg*<sup>2</sup>, (p. 36).

Ainda com relação aos conceitos de arquivo tem-se a premissa: “arquivos são conjuntos orgânicos de documentos produzidos/recebidos/acumulados por um órgão público, uma organização privada ou uma pessoa, no curso de suas atividades, independentemente do seu suporte e, passada sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados [valor primário], podem ser preservados, por seu valor informativo, para fins de pesquisa ou testemunho sociocultural” [valor secundário]. Bellotto<sup>3</sup>, (p.18).

Mais recentemente, outro teórico, o português Malheiro Silva<sup>4</sup>, definiu arquivo como “um sistema (semi-) cerrado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais - a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) - aos quais se associa um terceiro: a memória, imbricada nos anteriores”, (p. 5).

A estas definições podemos acrescentar a do Dicionário de terminologia arquivística<sup>iv</sup>: “Arquivo [ou fundo] é o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”, (p.5).

Observando todas as definições propostas por esses autores, percebe-se que todas possuem um considerável grau de semelhança, pois colocam que “documentos” são

produtos de criação e acumulação de uma entidade ou de uma pessoa, no desenvolvimento de suas funções e destinados à preservação como fonte de pesquisa não somente pelo seu valor informativo como de testemunho retrospectivo.

Bellotto e Silva, preocupam-se com “suporte”, o que para nós é importante, pois consideramos que “a informação gravada sobre um suporte é um documento”.

Ainda de acordo com Silva, “o arquivo é um sistema (semi-) cerrado de informação [...] e associado à memória”.

Essa posição de Silva, ao que parece, está fundamentada no fato de que a Arquivologia estaria inserida no ramo de aplicação teórico-prática da Ciência da Informação, onde as propriedades se intrincam, complexificam, interagem em um processo dinâmico podendo ser usadas no estudo e na compreensão do que a Arquivística<sup>v</sup> costuma designar por arquivo: “conjunto orgânico de documentos [...] produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica individual ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício de sua atividade e conservados a título de prova ou informação”, Silva<sup>4</sup>, (p.4).

Em outras palavras, o arquivo seria um sistema organizado de informação em que existe um produtor/acumulador pessoal ou institucional dotado de organicidade e que se relaciona e interage com outros sistemas (documentos).

No entanto, essas definições acima colocadas, estariam relacionadas tanto a fatores concretos [a forma dos arquivos, a fonte de origem, o lugar de sua conservação, não essenciais à caracterização do material de arquivo] como a fatores abstratos e essenciais.

O primeiro fator essencial refere-se à razão pela qual os materiais de arquivo foram produzidos e acumulados, pois para serem considerados “arquivos” os documentos devem ter sido criados e acumulados na consecução de algum objetivo, em outras palavras, é de grande importância conhecermos a razão da existência dos documentos, para podermos considerá-los como tendo qualidade de material de arquivo em potencial.

Schellenberg<sup>2</sup>, (p. 37-8).

O segundo fator essencial refere-se aos valores pelos quais os arquivos são preservados, que podem ser por razões outras que não apenas aquelas para as quais foram criados ou acumulados, razões essas oficiais ou culturais, para sua própria informação, ou referência, (Ibidem, p. 38).

*Sir* Jenkinson diz: “os documentos se tornam arquivo quando, terminado o seu uso corrente, sejam definitivamente separados para preservação um vez julgada conveniente a sua guarda. Entretanto, para o italiano Casanova<sup>vi</sup>, a preservação seria para atender a fins políticos, legais ou culturais, enquanto para o alemão Brenneke<sup>vii</sup> os “arquivos” são preservados como fonte e testemunho do passado, isto é, para fins de pesquisa, (Ibidem, p. 38).

Existe um terceiro elemento como fator essencial à característica dos “arquivos” que se refere à custódia. Os documentos são de arquivo se sua custódia puder ser estabelecida, isto é, depende da possibilidade de provar a continuidade de uma linha de custódias responsáveis. *Sir* Hilary Jenkinson<sup>iii</sup> *apud* Schellenberg<sup>2</sup>, ( p. 39).

Nessa questão da responsabilidade da custódia dos arquivos, entendemos que: os documentos de um órgão/pessoa devem ser guardados na sua totalidade tal qual como foram produzidos e com a organização que lhes foi dada pelo órgão/pessoa na realização de suas atividades, não podendo ser modificados ou descartados sem a devida autorização.

Repensando a definição de “arquivo” Schellenberg, lembra que especialistas em arquivos de diversos países apresentaram conceitos diferentes e de acordo com a aplicação aos materiais que possuíam. Ele acredita que o arquivista moderno deveria propor nova definição ao termo “arquivos”, adequada às suas próprias exigências onde o elemento “seleção” deveria estar implícito nessa definição, pois considera que o maior problema dos arquivistas na atualidade consiste em selecionar - de uma massa de

documentos criados pelas instituições - aqueles que se destinarão à preservação permanente, Schellenberg<sup>2</sup> (p. 40).

Mas a proposta “schellenbergiana” para os documentos, os *records*, inclui todo tipo de material como: livros, papéis, mapas, fotografias e várias espécies documentárias, de qualquer forma física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada ou pessoas, no exercício de suas atividades legais ou funcionais, guardados ou depositados para preservação por uma entidade, que podem ser igrejas, firmas comerciais, associações, fundações e mesmo famílias com o fim de provar suas funções, sua política, decisões, métodos, operações, atividades e, também o valor informativo dos dados neles contidos.

A partir de um significado tão amplo de documento, o termo “arquivos” foi definido por esse autor como, “os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente”, (Ibidem, p. 41).

## **I. 2 . Documento e documento de arquivo**

Para a arquivística contemporânea, o termo documento sempre estará associado ao termo informação. Partindo da idéia de que as instituições de custódia - sejam quais forem suas características - têm a co-responsabilidade do processo de recuperação da informação e que têm como elemento comum e primordial o “documento”, perguntamos, mas o que é documento?

Documento é a unidade de registro da informação em um suporte qualquer, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprova fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar, sendo assim, fonte de informação.

Documento é um “suporte com uma informação, que poderá ensinar algo a alguém”, dito de outra maneira, o documento é uma informação, de qualquer tipo, sobre um suporte de qualquer tipo, e ainda se invertemos essa definição ficará “documento é um suporte modificado por uma informação”, Bellotto<sup>3</sup>, (p. 22).

Nesse sentido, o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética etc produzidos, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana seria, “documento”, evidenciando-se a abrangência do que é “documento”, Bellotto<sup>5</sup>, (p. 35).

Dentro do contexto arquivístico, o documento considerado como documento de arquivo, tem como traço característico o fato de ser produzido de forma natural, por imperativos de ordem prática, no âmbito do funcionamento de uma instituição. Ele nasce para servir de prova da ação que o originou, não é entidade independente, mas parte de um conjunto cujos elementos mantêm uma relação orgânica entre si, carregam a evidência de quem os produziu, portanto, não podem ser compreendidos ou interpretados sem que

se conheçam as razões para os quais foram produzidos ou as condições do qual se originaram, Camargo<sup>6</sup>, (p.11-12).

Assim, os documentos de arquivo formam um todo orgânico refletindo as atividades a que se vinculam e expressam as ações dos seus produtores no exercício de suas funções, ou seja, um documento passa a ser de arquivo considerando-se sua origem ou função e não o seu formato ou suporte.

Ampliando-se esse conceito de documento arquivístico, teremos que “o documento possui uma função estática e uma função dinâmica, ele cumpre uma missão e passa uma mensagem; para o arquivo interessa o documento em todas as dimensões: como expressão da memória coletiva; como evidência de ato jurídico ou administrativo; como suporte informativo; como unidade física que deve ser preservada”. Bellotto<sup>3</sup>, (p. 23).

Nesse contexto, o documento arquivístico tem sua utilização elementar e valores: “o uso [valor] primário, será dispositivo, comprobatório, testemunhal segundo as razões da criação do documento; o uso [valor] secundário é sempre informativo, nas modalidades requisitadas pela pesquisa”, (Ibidem, p. 24).

Então, reitera-se que para serem “de arquivos” os documentos devem ter sido produzidos ou acumulados na consecução de um determinado objetivo e possuir valor para fins outros que não aqueles para os quais foram produzidos ou acumulados.

#### I. 2 . a) Documentos de arquivo com características especiais?

Muitos dos documentos gerados e/ou acumulados em arquivos, devido às suas características e os cuidados específicos requeridos para sua preservação e tratamento, estão incluídos na categoria denominada ‘documentação especial’.

Essa categoria seria muito ampla e, abrangeria essencialmente documentos não textuais,

que incluem a ‘documentação audiovisual’ registrada sobre suporte não convencional e, que podem ser produzidas com a integração imagem e som.

Têm-se como exemplo de documentos audiovisuais, os sonoros (fitas magnéticas de som), os filmográficos (películas cinematográficas), os fotográficos (diapositivos, fotomicrografias e fotografias), os videográficos (videoteipes) e outros que estão em fase de aperfeiçoamento, variantes dessa tipologia básica (holograma), Brandão & Leme<sup>7</sup>, (p.51-52).

Brandão & Leme consideram que tal miscelânea – constituída pelos produtos dos “meios tecnológicos” de comunicação, criados através dos recursos mecânicos e/ou eletrônicos – ou seja, essa documentação audiovisual, que pressupõe tratamento e preservação diversos, tem sido uma questão problemática nos arquivos públicos brasileiros.

Uma questão estaria relacionada com uma das características do documento arquivístico, a unicidade e, que em relação aos audiovisuais estaria comprometida. A possibilidade de multiplicação e copiagem, faz com que se desconsidere esses documentos como de arquivo, razão que teria levado a legislação de direitos autorais sobre as fotografias a condicioná-los à existência de negativos de primeira geração. Esse problema também passa pela negação a algumas espécies de documentos audiovisuais [fitas magnéticas] de serem considerados acervos em termos administrativos, colocando-os a nível de material permanente similar aos móveis; reflete-se no acondicionamento inadequado e até em falhas do processo de recuperação da informação, (Ibidem, p.52, 54).

Esses autores fazem uma distinção entre o que seria fundo audiovisual e coleção audiovisual: como fundo audiovisual consideram os conjuntos documentais existentes nos órgãos que contam como atividade fundamental e contínua a produção e acumulação orgânica de documentos audiovisuais que se encontram em conjuntos homogêneos e possuem séries documentais sobre o mesmo suporte, como exemplo eles

citam a TV Educativa do Ministério da Educação, (Ibidem,p.52-53).

Diferentemente, as coleções audiovisuais são documentos que, em virtude de seu suporte e linguagem, se distinguiriam das demais peças existentes nos conjuntos documentais mais amplos, sob a guarda de instituições que não teriam como atividade fundamental e contínua a produção e a acumulação orgânica dessa espécie documental. Seria nesse grupo que eles incluem a maior parte das instituições, (Ibidem, p.52).

Nessa questão de documentação especial, arquivos especializados ou técnicos, arquivos especiais, subsistiria para Paes<sup>1</sup>, a idéia de que os arquivistas manipulam somente documentos convencionais, administrativos: correspondências, processos, memorandos, (p. 147), tornada equivocada, principalmente a partir do final do século XIX, início do século XX, proporcionado pelo progresso científico e tecnológico que desencadeou uma rápida mudança nos limites do conhecimento, com inúmeros fatores contribuindo para o aumento da complexidade dos documentos e gerando uma massa de informações e novos tipos físicos de documentos: relatórios técnicos, desenhos, microfilmes, microfichas, discos e recentemente, os tratados ou armazenados no computador (disco rígido – *winchester*, disquetes, disco ótico, [Cd-Rom] classificados por Paes<sup>1</sup>, conforme o gênero<sup>viii</sup> de “informáticos”, além dos mais atuais produtos [acessórios] dos PC: os ZIP Disc’s e DVD’s, (Ibidem, p.16-17, 29).

Para Paes<sup>1</sup>, os arquivos especiais ou não convencionais “merecem tratamento especial quanto à sua guarda, ao seu registro, controle, conservação etc (p.22), bem como quanto à sua organização”. Ela propõe o método Unitermo<sup>ix</sup>, cuja aplicação, na sua opinião, considera ter tido um grande êxito, (Ibidem, p.89).

Brandão & Leme<sup>7</sup> lembram que foram os bibliotecários e historiadores que, primeiramente, concorreram com a organização dos arquivos permanentes sendo que, em relação à documentação especial, essa contribuição tem-se efetivado mais concretamente devido a ausência de procedimentos técnicos sedimentados, (p.54).

Esse autores lembram que alguns materiais, como a fotografia, embora integrem um fundo, série ou coleção, possuem uma linguagem própria, uma autonomia de informação que permite o seu tratamento de maneira individual. Eles consideram que a potencialidade da informação contida nesses documentos deveria ser explorada ao máximo sem, entretanto, perder de vista sua proveniência e sua organicidade. Brandão & Leme<sup>7</sup>, (Ibidem, p.54-55).

Este argumento faz parte de uma concepção mais ampla que esteve presente em inúmeras instituições de custódia e outras entidades produtoras de arquivos. Esta concepção de tratar com os recursos técnicos da Biblioteconomia, materiais originários de arquivos, foi marcante inclusive no arquivo público. Para Luis Carlos Lopes<sup>8</sup> a classificação arquivística consiste na ordenação intelectual e física de acervos, baseada numa proposta de hierarquização das informações referentes aos mesmos. Surgem daí os planos e quadros derivados dos conhecimentos da fonte produtora, das informações acumuladas e dos aspectos materiais e intelectuais do acervo. Desta forma, na concepção da corrente denominada “arquivística integrada” pensa-se que a classificação deve ser obtida de modo heurístico. Nesta operação de natureza intelectual, o conjunto de classes/séries documentais a que se chegar deve refletir o que se estudou sobre as estruturas, as funções, as atividades e as características específicas dos acervos. Usando-se esse método, poder-se-á chegar a uma hierarquia lógica de classes/séries e subclasses/subséries que não sejam estranhas à organização produtora e acumuladora e permitam a existência de praticidade no processo de recuperação da informação, (p.98).

### **I. 3 As características dos materiais arquivísticos e dos materiais bibliográficos, sua obtenção e tratamento**

Quais seriam as similaridades ou diferenças entre os arquivos e as bibliotecas? Onde começam ou terminam suas fronteiras?

Sabemos que os arquivos, as bibliotecas, os centros de documentação e os museus são instituições de custódia que têm em comum a co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como, do testemunho jurídico e histórico. Normalmente, esses objetivos são alcançados pela aplicação de diferentes procedimentos técnicos aos materiais de distintas origens, Bellotto<sup>5</sup>, (p. 35).

As diferenças, observadas nos materiais e nos métodos de tratamento trabalhados pelos profissionais das áreas de biblioteca e de arquivo, referem-se: ao modo pelo qual se originam [e] ao modo pelo qual ingressaram para as respectivas custódias, Schellenberg<sup>2</sup>, (p. 43); Bellotto<sup>5</sup>, (p. 36-7).

#### **I. 3. a) Origem**

Uma das características essenciais dos “arquivos” é terem sido produzidos ou acumulados em uma ligação direta com as atividades de um órgão ou entidade e que o seu valor depende da relação orgânica que mantêm, quer entre si, quer com o próprio órgão. Nesse aspecto, Schellenberg<sup>2</sup> afirma que, o valor cultural seria acidental, o mesmo não ocorrendo com o material de biblioteca que visa, primeiro, os fins culturais (p. 43).

Bellotto<sup>5</sup> compara os documentos de biblioteca e de arquivo, à partir de sua produção, seus objetivos e suas formas de apresentação, quando diz que os documentos de

biblioteca resultam de uma criação artística ou de uma pesquisa, objetivando a divulgação técnica, científica, humanística, cultural, filosófica, em suma, eles tratam de informar para instruir.

Já os documentos de arquivos resultam da produção de uma entidade pública ou privada, ou de uma família ou pessoa, no transcurso das suas funções/atividades, e guardam uma relação orgânica entre si. Eles tratam de provar, testemunhar alguma coisa, (p.37).

Que tipo de material pertence à biblioteca e que tipo pertence ao arquivo? Eis uma questão “schellenbergiana”.

Para esse autor, seria um tipo de material, que, independentemente de sua forma física - como o material impresso - ficaria na esfera dos bibliotecários, mas sob determinadas circunstâncias poderia adquirir caráter arquivístico, por exemplo, os jornais recebidos por uma administração em consequência de uma atividade oficial, semelhante aos documentos oficiais quando aparecem em forma impressa, Schellenberg<sup>2</sup>, (p. 43).

O material bibliográfico constitui-se de impressos ou manuscritos, desenhos, mapas, plantas ou material audiovisual, sendo que sua forma mais usual é a impressa com exemplares múltiplos, pois uma mesma obra pode existir em mais de uma biblioteca, são documentos mais acessíveis, mais conhecidos e [mais procurados] pelo público. Já no arquivo, os materiais impressos, manuscritos, audiovisuais são, em geral, exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte, Bellotto<sup>5</sup>, (p.37).

Pode ocorrer que os materiais cartográficos e audiovisuais possam interessar tanto as bibliotecas como aos arquivos. Nessa questão Schellenberg exemplifica com as películas cinematográficas. Se elas tiverem sido produzidas ou recebidas por uma administração, no cumprimento de funções específicas [supondo-se os filmes para influenciar a opinião pública], podem integrar-se aos arquivos; porém, as cópias desses filmes são equivalentes às duplicatas de livros e devem ficar disponíveis na biblioteca, para fins educativos, Schellenberg<sup>2</sup>, (p. 44).

### I. 3. b) Custódia

Schellenberg<sup>2</sup>, (p.45) e Bellotto<sup>5</sup>, (p.37-8) afirmam que existe um grande diferencial na maneira pela qual os materiais entram para a custódia dessas instituições, ou seja, quanto à forma de obtenção de seus materiais. Na biblioteca, essa recepção é por compra, doação ou permuta. No arquivo, a documentação ocorre por passagem natural, surgida dentro das funções e atividades de uma administração/pessoa, sendo obrigatório seu recolhimento, sem possibilidade de interferência do arquivista, contrariamente à política da biblioteca, onde para a sua aquisição, o material deve ser selecionado *à priori*.

Pode-se estabelecer comparações a respeito dessas instituições e a formação dos acervos sob suas custódias, baseadas em Schellenberg e em Bellotto:

- os arquivos são órgãos receptores, que recolhem naturalmente o que produzem a administração pública ou privada à qual servem [ou a produção pessoal dos servidores dessa administração pública ou privada], Bellotto<sup>5</sup>, (p.38) ;
- o arquivo não coleciona material, eles são agrupados e atingem a fase de seu arranjo por um processo natural, têm uma estrutura, uma articulação e uma inter-relação natural das partes que são essenciais ao seu valor, Schellenberg<sup>2</sup>, (p. 45);
- as bibliotecas são entidades colecionadoras, que reúnem artificialmente o material que interessa à sua especialidade; em seu acervo, as unidades estão reunidas pelo conteúdo, sua coleção objetiva a difusão cultural, técnica, científica, e seus fornecedores são múltiplos (outras bibliotecas, livrarias, editoras, empresas gráficas, empresas jornalísticas, entidades), Bellotto<sup>5</sup>, (p.38);
- mesmo nas aquisições condicionadas a assuntos específicos, por exemplo “medicina” podem-se adquirí-los em qualquer fonte onde estejam disponíveis, Schellenberg<sup>2</sup>, (p. 46).

Muitas bibliotecas têm arquivos sob sua custódia, devido a muitas instituições de

arquivos terem se originado nas divisões de manuscritos dessas bibliotecas. Essa prática de gerenciamento de acervo arquivístico por biblioteca não é ideal no pensamento de Schellenberg<sup>2</sup>. Entretanto, precisamos recordar que no tempo em que as bibliotecas prestaram serviços de grande relevância à cultura, preservando os materiais de arquivo, era uma época em que não existiam instituições adequadas para a guarda desses materiais.

Nas décadas de 1990, instituições, como a Fundação Nacional de Arte<sup>x</sup> e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil<sup>xi</sup> /FGV, aplicaram os métodos biblioteconômicos para tratarem seus fundos/coleções arquivísticos, que influenciariam e se tornariam modelos adotados por muitas instituições, inclusive a Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz<sup>xii</sup>.

### I. 3. c) Diferenças metodológicas

Tratando das diferenças entre os métodos empregados pelos arquivistas e pelos bibliotecários para organizarem seus materiais, Schellenberg<sup>2</sup> chama atenção para as técnicas aplicadas aos chamados “materiais especiais” que podem pertencer tanto às bibliotecas como aos arquivos. Esses materiais têm como características comuns consistirem-se em peças individuais, cada qual com significado próprio, independentemente de sua relação com os demais, podendo-se aplicar os métodos biblioteconômicos no seu arranjo e descrição. Esses materiais também podem ser reunidos em coleções como de manuscritos, de filmes, de fotografias [...], entretanto, falta a tais coleções a coesão própria dos arquivos, que deriva da correspondência destes com uma atividade ou fim. (p. 47)

Além do escopo documental, que nos arquivos seria a documentação escrita, os textos produzidos pela administração ao qual ele serve, a biblioteca é formada por publicações de vários tipos. Mas, a primeira diferença técnica que se aplicam a materiais conservados por arquivistas ou por bibliotecários, diz respeito à avaliação e à seleção, (Ibidem, p.47-48).

Esse julgamento não é feito pelo valor individual de uma peça, mas da peça em relação às outras, isto é, em relação a toda documentação resultante da atividade que a produziu. O arquivista “normalmente seleciona os documentos para preservação no agregado de peças, não com peça única, e seleciona-os mais em relação à função e à organização do que ao assunto”, em um esforço de preservar a prova de como os órgãos funcionaram, manter os documento que reflitam sua origem, o desenvolvimento de sua organização, os programas políticos e as normas adotadas, (Ibidem, p. 48).

Parece-nos que o autor quando fala que o arquivista “seleciona os documentos”, estaria se referindo a operação técnica relacionada ou decorrente da avaliação, considerada uma fase muito complexa da gestão de documentos, porque desencadeia um estudo analítico dos documentos acumulados, que resulta no estabelecimento do prazo de vida desses documentos, de acordo com seus valores probatório ou informativo.

Os bibliotecários, sim, podem avaliar o material que comporá o acervo da instituição como peça isolada, tendo um julgamento que implica não só ter conhecimentos em sua área, como tratando-se de uma biblioteca especializada/científica, das necessidades e do desenvolvimento das pesquisas, (Ibidem, p. 48). Possivelmente para realizar essa avaliação, o bibliotecário recorrerá a um grupo ou comitê de especialistas, que o auxiliarão a compor esse acervo.

A segunda diferença nos métodos do bibliotecário e do arquivista refere-se ao arranjo. O termo “classificação”, embora seja usado por ambos, tem significados inteiramente diversos. Quando aplicado ao material de arquivos significa o arranjo desse material dentro de um arquivo, de acordo com sua proveniência e em relação à organização e funções da entidade criadora. Mas quando aplicado ao material de biblioteca significa o agrupamento de diversas peças, segundo um sistema lógico predeterminado [as tabelas de classificação] e a atribuição de símbolos que mostram sua posição relativa nas estantes [a notação, ou códigos], (Ibidem, p. 48).

Entretanto, segundo a historiadora Janice Gonçalves<sup>9</sup> existiria uma distinção entre “classificação” e “arranjo”. Para essa autora, classificação corresponde às “operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter corrente [...], enquanto o arranjo engloba as operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter permanente”, (p. 11). Em ambos os casos, o procedimento tem a mesma finalidade: “definir as classes que correspondam coerente e articuladamente, às funções e atividades do organismo que está sendo analisado”, (Ibidem, p.12).

Entende-se que o argumento de Gonçalves, está relacionado com a sucessão de fases pelo qual passam os documentos, desde que são criados até sua destinação final, ou seja, o chamado “o ciclo vital dos documentos”, e não a uma metodologia de tratamento técnico.

Os arquivistas não podem arranjar seus documentos de acordo com esquemas predeterminados de classificação de assunto. Embora já se hajam tentado o emprego de esquemas classificatórios, os resultados foram desastrosos porque, uma vez retiradas as peças de seu contexto inicial, destruiu-se seu valor de prova.

A diferença no método bibliográfico é que o “arranjo”, isto é, a classificação, se dá peça a peça, podendo-se empregar qualquer sistema de classificação [Classificação Decimal Universal, Classificação Decimal de Dewey, *Library of Congress*], onde, segundo Schellenberg, “o principal objetivo de um sistema é reunir materiais idênticos, mas o valor de determinada peça não estará perdido se não for classificado em determinado lugar”, Schellenberg<sup>2</sup>, (p.49).

A argumentação desse autor permite esclarecer que o objetivo de um sistema de classificação não é simplesmente “reunir materiais idênticos”, mas aproximar publicações que versem sobre os mesmos assuntos. Se ocorrer que uma publicação receba uma classificação equivocada, estará perdido o elo que a liga não só ao seu valor como à própria peça, sendo impossível recuperá-la.

A terceira diferença existente nos métodos do arquivista e do bibliotecário refere-se à descrição. A catalogação que permite ao usuário chegar a uma publicação na biblioteca tem seu similar no arquivo permanente, na descrição.

Com a catalogação bibliográfica produzem-se os catálogos, em fichas, impressos ou online, que trazem os elementos descritivos de uma obra permitindo identificar autor, título, editor, data, assunto (s) etc.

No arquivo, especificamente na sua fase permanente, a descrição dos materiais é feita para preparar os instrumentos de pesquisa (impressos ou virtuais) permitindo a identificação do material.

O termo “catalogação” muitas vezes usado por ambos, tem significados diversos. A catalogação, na biblioteca, diz respeito a peças individuais e separadas, em geral, livros; no arquivo, os materiais quando catalogados o são por unidades, constituindo agregados de peças, tais como séries que equivalem ao livro, Schellenberg<sup>2</sup>, (p. 49) ; Bellotto<sup>5</sup>, (p. 40).

Portanto, as diferenças básicas entre os métodos arquivísticos e bibliográficos referem-se à natureza dos materiais com que seus profissionais lidam. Ao bibliotecário concerne unidades avulsas, cada uma tendo o seu valor próprio, e ao arquivista concerne unidades que são agregadas, cujo valor deriva de sua relação com as outras. Schellenberg<sup>2</sup>, (p. 50).

Apesar das duas profissões usarem a mesma terminologia para designarem alguns dos seus métodos, eles são diferentes em suas bases, e mesmo, a própria terminologia apresenta diferenças. Assim, para o material recebido pelo bibliotecário dá-se o nome de “aquisição” [subentendendo: compra, doação ou permuta] e ao material recebido pelo arquivista chama-se “recolhimento ou acessões” [do inglês *accessions*] por transferência ou depósito, (Ibidem, p. 50).

Embora existam diferenças primordiais entre as atividades, conceitos etc nas duas

profissões, seria importante lembrar que ambos compartilham o mesmo objetivo: “tornar seus acervos acessíveis”. Para alcançá-lo, ambos devem conhecer que tipo de informação o outro está habilitado a prestar aos seus usuários; assim, o arquivista deverá saber que classes de informação podem ser obtidas nos trabalhos de referência, bem como, o bibliotecário deverá compreender que tipos de informação podem ser encontrados nos arquivos; o arquivista terá que recorrer à biblioteca para descobrir a proveniência ou origem dos documentos com que está trabalhando, (Ibidem, p. 50).

Mesmo para desenvolver seus métodos, esses profissionais podem ajudar-se mutuamente, compartilhando suas experiências na descrição física de materiais especializados, podendo empregar as técnicas um do outro e adaptá-las às suas necessidades. Por exemplo, as técnicas biblioteconômicas de catalogação e indexação podem ser aplicadas aos materiais de arquivo que consistem de peças avulsas como mapas, plantas, filmes, diapositivos, discos, fotografias, (Ibidem, p. 51).

Coincidentemente, o tipo de pesquisa realizada pelos bibliotecários para determinar a forma de entrada do material nas instituições equivale à pesquisa que o arquivista realiza para preparar a história administrativa da instituição: enquanto que a elaboração e uniformização de cabeçalhos de assunto [vocabulários controlados, descritores, palavras-chave], um trabalho bibliográfico, poderá ser útil ao arquivista no preparo dos instrumentos de pesquisa *finding aids* quando estes forem organizados por assuntos, (Ibidem, p. 51).

O entendimento relativo às semelhanças entre um controle bibliográfico e um arquivístico estariam nos objetivos que são comuns tanto aos catálogos bibliográficos como aos instrumentos de pesquisa: a recuperação do conhecimento registrado. Na preparação desses instrumentos, que são ao mesmo tempo de controle e de acesso, há um aspecto comum e relacionado com a busca da informação, mas também um dilema, ou seja, uma situação que provoca duas saídas - o documentalista se apropria de dados, os quais o pesquisador não tem acesso.

Com relação às diferenças, percebe-se que estas estariam relacionadas com o formato do material (os livros são materiais escritos para divulgação e representados por unidades com autor, título e assunto definido) ; já a documentação arquivística (textual e não textual) é consequência de uma atividade, sendo apresentada em forma de conjuntos que não pressupõem autoria. Outra diferença importante é o tipo de informação, que na busca bibliográfica é bem específica, enquanto que a busca arquivística tem que ser fundamentada nos dados contextuais.

Portanto, deduz-se conforme colocado a seguir pela pesquisadora, que as bibliotecas e arquivos têm fronteiras bem definidas, “sendo instituições públicas ou particulares preocupadas com a custódia, transmissão cultural e a divulgação de informações técnicas e científicas, possuem cada uma seu próprio espaço social, independente, no qual devem agir”, Bellotto<sup>5</sup>, (p.42).

#### **I. 4 - Documento fotográfico como documento de arquivo ou material especial, suas especificidades**

O que define o documento fotográfico ou imagético como documento de arquivo é a sua relação orgânica com seu produtor institucional.

Nos arquivos, a maior ocorrência de documentos imagéticos<sup>xiv</sup>, normalmente, é representada pelos materiais fotográficos em forma de negativos, positivos e mesmo de reproduções impressas em livros, jornais, resultando em múltiplos suportes para fixação da imagem fotográfica.

Retrospectivamente falando, antes da invenção da fotografia, a ocorrência de documentos imagéticos em arquivos, se restringia aos mapas, aos croquis e aos esboços. Entretanto, mesmo após o seu aparecimento, a fotografia teria demorado a ser usada como um recurso para a produção de documentos administrativos, a despeito de ter se difundido rapidamente em diversos setores da sociedade, Lopez<sup>10</sup>, (p. 189).

A importância do contexto de produção requer a discussão das limitações do alcance do tratamento de documentos imagéticos embasado na identificação e priorização de suportes, técnicas ou “leituras” de seu conteúdo informativo, (Ibidem, p. 191).

Para os documentalistas, quando o foco volta-se para a gênese da informação, implicará, no caso da fotografia, apenas o conhecimento dos processos técnicos da obtenção da imagem [sua autoria], já os profissionais de arquivo priorizam a gênese do documento, ou seja, os motivos administrativos para os quais o documento é apenas um produto, (Ibidem, p. 192)

Em outras palavras, a informação veiculada por uma imagem (a imagem em si) não é prioritária, mas sua gênese institucional que produziu o documento de arquivo. Porém, o

conhecimento dos processos técnicos da produção da imagem não podem ser ignorados, senão, será impossível uma identificação primária desse material.

Para utilização do documento [textual ou fotográfico] como fonte histórica, deve-se empreender uma contextualização dos motivos de sua criação para que se possa discutir sua relação com o real. Isto significa dizer que “os arquivos fotográficos, para poderem ser qualificados como ‘institucionais’, devem ser compostos de fotografias, negativos, diapositivos etc, obtidos sistematicamente na instituição no decorrer de suas atividades, Lopez<sup>10</sup>, (p. 197, 201).

Para esse autor, nos documentos imagéticos, principalmente nas fotografias, essa organicidade só existe na medida em que ele mantém relacionamentos diretos com o organismo produtor e com as atividades para as quais foram produzidos e, fora desse contexto, o documento torna-se vazio, do ponto de vista arquivístico, (Ibidem, p. 204).

Ele observa que a produção das imagens fotográficas institucionais normalmente seria em série, o que facilitaria sua autenticidade, considerando-se ainda o fato dessa produção institucional ocorrer concomitantemente com os documentos textuais que fazem parte da mesma atividade, (Ibidem, p. 207).

Em outras palavras, entender o documento imagético de arquivo dentro de sua produção institucional significa contextualizá-lo, vinculando-o à sua série documental e aos outros documentos gerados pela mesma atividade.

A inserção dos documentos fotográficos e dos demais documentos imagéticos no arranjo arquivístico não significa desconsiderar suas especificidades, mas sim, entender as particularidades do documento arquivístico como mais importantes do que as peculiaridades de cada tipo de documento (os fotográficos, p. exemplo), (Ibidem, p. 211).

Trata-se de inserir os diferentes documentos em uma generalidade comum e, dentro

desta generalidade, compreender as especificidades. Tais especificidades referem-se não somente à associação de um gênero documental a uma técnica (como na fotografia), mas a muitas outras características documentais, como, por exemplo, à forma documental e o tipo de produtor, (Ibidem, p. 212).

É imprescindível lembrarmos, que o valor informativo do documento não contextualizado torna-se um elemento capaz de identificar apenas a informação do documento, pouco dizendo sobre as atividades que o produziram. Essa situação, de um documento com valor informativo não prioritariamente contextualizado, impulsiona os arquivos a ignorarem sua geração. Essa característica é muito freqüente quando se trata de documentos que, isoladamente, apresentam escassas informações sobre seu contexto, típico em documentos fotográficos.

Se as funções administrativas que permitiram a produção da fotografia fossem ignoradas, estaríamos considerando-o apenas um veículo da imagem emulsionada e refletindo um arranjo em que a descrição estaria baseada no conteúdo informativo daquela imagem.

Lopez<sup>10</sup> acha difícil - senão impossível - recompor o contexto de produção de um documento imagético, fazendo com que a descrição por tema e individualizada seja a única alternativa. Acontece que a produção de documentos fotográficos autônomos, separados dos outros documentos, é muito comum e implica na dificuldade da recomposição de sua gênese. Nesse contexto, segundo o autor, a adoção da rubrica arquivo é inadequada, sendo o termo “banco de imagens” mais apropriado, (p. 127).

No Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz<sup>xii</sup>, a separação do material fotográfico dos documentos textuais objetivava a preservação física, o tratamento e a guarda adequadas. Esse fato, aliado à não localização de documentos textuais que referenciassem sua produção, dificultou sobremodo o trabalho de contextualização.

Lopez<sup>10</sup> acrescenta que “a separação física, bem como, a separação lógica dos materiais fotográficos antes do arranjo arquivístico, impossibilita a reconstituição da organicidade dos materiais fotográficos, direcionando os esforços para os processos de descrição da imagem para a recuperação da informação”, (p. 213, 227).

Tal procedimento, caso seja adotado, deveria ser uma solução alternativa e não uma regra geral para o tratamento dos registros fotográficos.

O livro de Marilena Leite Paes<sup>1</sup> teve papel importante na formação dos procedimentos dos arquivistas brasileiros. Essa autora adota a terminologia ‘arquivos especiais’ para englobar documentos que, devido ao seu suporte, “merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle e conservação, (p.147). A autora diz em seu texto; “tratar-se [...] dos arquivos especiais mais freqüentemente encontrados e que são os de fotografias, fitas audiomagnéticas, filmes, discos, recortes de jornais e catálogos impressos”, (p.148).

Entretanto, para Paes, esses documentos estariam perfeitamente inseridos no campo da arquivologia, que dispõe dos princípios e técnicas para a sua correta organização.

Paes & Marques<sup>11</sup> propõem um arranjo por assuntos e uma descrição individualizada para cada imagem, mas omite sua contextualização, sua proveniência, introduzindo a organização pelo sistema de Unitermos<sup>xv</sup>. Elas colocam que: “o método Unitermo seria o mais indicado para o caso [acesso às fotografias], em face da simplicidade de operação, rapidez de acesso e localização e inúmeras possibilidades de recuperação das fotos”, (p.18).

Essa proposta metodológica de Paes & Marques para a organização arquivística de documentos ‘especiais’ teve considerável receptividade, sendo adotada e legitimada em inúmeras práticas e manuais de procedimentos, como o do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil- CPDOC/FGV.

Essa definição de Paes supõe que determinados tipos de suporte implicam tratamentos especiais que transcendem a questão do armazenamento e da preservação. Os métodos apresentados por Marilena Paes para o arquivamento, entre eles o do Sistema Unitermo, propõem um arranjo por assuntos, individualizado para cada documento ou grupo de documentos, em ordem crescente. Esse método por ela adotado, que omite ou não permite a contextualização documental, não apresenta as informações da proveniência ou das atividades de origem do documento.

Essa metodologia e idéia proposta - de identificação por unidade e que privilegia os conteúdos de cada imagem, com o uso de descritores - explicitada em Paes<sup>1</sup>, (p.89) e Paes & Marques<sup>11</sup>, (p.18), foi empregada durante a década de 1980 e 1990, no Arquivo Iconográfico do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, mas apenas como um instrumento para indexar e recuperar as informações constantes nas fotografias. Quanto à organização do acervo em si, utilizou-se o Código de Catalogação Anglo-Americano, que será objeto do Capítulo 2.

Lopez<sup>10</sup> reconhece que o impacto e a influência do livro de Marilena Paes foram bastante significativos para os arquivistas, mas que a tendência de esquecimento do uso dos princípios e técnicas da arquivística para a organização de documentos fotográficos foi constante, enquanto que os documentos denominados “especiais” passaram a constituir séries definidas pelo suporte/técnica e não por atividades do produtor, (p. 228).

Nesse caso, a descontextualização desse material leva à valorização excessiva das imagens, monumentalizando-as, ao destacar determinados elementos, descolados da origem institucional. Nesses documentos isolados, a eloqüência observada nos documentos típicos de arquivo é perdida, sendo mister recuperá-la através de informações complementares, tanto do titular como de outros documentos que se referiram à sua produção e à sua utilização.

Lopez enfatiza que, nos documentos fotográficos, a tendência de organizá-los com base nos conteúdos informativos, em detrimento dos elementos de contextualização, agrava-se em função da ampla reciclagem da informação veiculada, somada à facilidade de reprodução desta informação. A mudez da imagem isolada, em relação aos dados sobre sua origem, permite que ela seja transposta para outros contextos sem maiores problemas, (Ibidem, p. 93).

Não podemos nem devemos considerar o registro fotográfico como um vínculo direto com uma realidade retratada, porque essa idéia afastaria a fotografia de sua dimensão como documento de arquivo por não considerá-la como resultado de uma atividade. Para Lopez,

“é preciso ter em mente que os documentos são produzidos para cumprir determinadas funções e não para espelhar a realidade. É certo que a indicialidade [vestígios] do registro fotográfico o coloca em uma relação privilegiada entre a representação e a realidade, porém, enquanto documento de arquivo, suas funções vão além da dimensão especular do mundo. O arquivo, devidamente contextualizado, objetiva espelhar apenas as ações de seu titular e não a realidade na qual este estava inscrito”, (Ibidem, p. 102-3).

O autor coloca que, por falta de informações contextuais, os organizadores de documentos fotográficos de arquivo tendem a utilizar apenas as informações primárias veiculadas como critério classificatório e que, assim, produziria séries fotográficas decodificadas - à exaustão - por “assuntos”, criando imensos bancos de imagens, erroneamente confundidos com arquivos, (Ibidem, p. 104).

Ele reconhece que nem sempre é possível estabelecer uma relação entre o documento e o titular do fundo, principalmente no caso de documentos imagéticos, quando a contextualização, muitas vezes, é dificultada pela falta de elementos capazes de promover uma identificação mínima. A existência de uma prática bastante difundida de descrição dos elementos informativos da imagem, substituindo a organização arquivística, somada à demanda dos pesquisadores por temas ou assuntos, pode ser

problemática, (Ibidem, p. 108).

O autor alerta que o documento fotográfico, como discurso visual - do mesmo modo que todos os outros produtos sociais - guarda uma relação orgânica com seu produtor. Portanto, para tratar os documentos como representações sociais, não se pode esquecer essa origem, as relações que os produziram e reafirma que, somente uma contextualização em uma dimensão arquivística será capaz de determinar com exatidão a origem e os motivos de sua produção, (Ibidem, p. 124).

Continuando, esse autor, diz que é função do arquivo “disponibilizar documentos contextualizados, para que o pesquisador promova a análise simbólica. No caso dos documentos de arquivo - imagéticos ou não - a compreensão de seus atributos representacionais depende de uma contextualização arquivística anterior”, (Ibidem, p. 230).

## **I. 5 - O uso da fotografia como fonte de pesquisa para a história da medicina e da saúde pública**

### **I. 5. 1. A questão da fotografia como fonte de pesquisa**

Atualmente, não existem controvérsias, entre os historiadores ou entre os arquivistas , com relação ao valor da imagem como documento. Segundo Maria Lucia Cerutti Miguel<sup>12</sup>:

“os arquivos deixaram de ser exclusivos depósitos de atos oficiais resultantes de atividades econômicas ou administrativas. Tornaram-se instituições destinadas a recolher, organizar, conservar e tornar acessíveis os documentos da memória coletiva [...] Memória captada não mais nos acontecimentos, mas no tempo longo, menos nos textos e mais nas palavras, nas imagens e nos gestos, (p.123).

A importância crescente dos documentos fotográficos como forma de registro e expressão de inúmeras atividades torna-os imprescindíveis como fonte para a historiografia contemporânea, que os relegou, até meados da década de 1970, por não se integrarem aos elementos discursivos dos documentos textuais.

Boris Kossoy, por exemplo, considera que o artefato fotográfico constitui uma fonte histórica, tanto para o historiador da fotografia, como para os demais historiadores, cientistas sociais e outros estudiosos. Esse resíduo material, oferece indícios que permitem o levantamento e a análise dos elementos que lhe deram origem em determinado espaço e tempo em um dado momento histórico e por outro lado, sua imagem é um ponto de partida de um processo gerador de muitas possibilidades de interpretações e aplicações nas áreas das Artes e das Ciências, Kossoy<sup>13</sup>, (p. 47) ; Kossoy<sup>14</sup>, (p. 13).

A fotografia - a imagem emulsionada sobre o papel - pode fornecer dados essenciais, não somente de quem a produziu, onde e como a clicou, mas também se caracteriza por

ser um inventário de informações sobre a época e o fato que provocaram sua produção, em outras palavras, a fotografia se constitui em uma fonte primária que pode atender todas as áreas do conhecimento, em um viés interdisciplinar.

A iconografia, sobretudo sua expressão fotográfica, sempre teve um lugar de destaque na história do Instituto Oswaldo Cruz. Segundo a visão daqueles que hoje assumem a missão de resgatar e preservar esta memória institucional, ela foi “utilizada extensivamente com intenção documental, para registrar o cotidiano em Manguinhos, a construção de seus edifícios, os momentos solenes, os trabalhos de campo e a pesquisa científica, evidenciando-se o valor que lhe atribuía Oswaldo Cruz, como suporte de criação de uma história, de uma imagem e do esforço em interessar e seduzir o grande público para o projeto em que se aventurava”. Vieira<sup>15</sup>, (p. xv).

Não é de hoje que a história proclamou sua independência dos textos escritos. “A necessidade dos historiadores em problematizar temas pouco trabalhado pela historiografia tradicional, levou-os a ampliar seu universo [...] a tradição oral, a iconografia [a fotografia] e a literatura apresentaram-se como fontes históricas da excelência das anteriores, mas que exigiram do historiador a habilidade de interpretá-las”. Mauad<sup>16</sup>, (p. 81-2).

Quando procuramos na fotografia um valor de fundamento histórico, escolhemos as imagens reveladoras de dados adequados à nossa pesquisa e que nos permita, ao dialogar com ela, a possibilidade de refletir acerca daquilo que ela nos quer mostrar. Os pesquisadores podem utilizar-se desse diálogo como recurso para seus estudos, estabelecendo trocas complementares entre a construção da narrativa textual e as informações visuais oferecidas pelo universo de cada fotografia selecionada como fonte, propiciando o fluxo das duas linguagens para estruturação do conteúdo do estudo.

Para o historiador *Ciro Flamarion Cardoso*<sup>xiii</sup> o uso da iconografia como fonte por historiadores é quase sempre vinculado a estudos das mentalidades, das ideologias, do imaginário. No entanto, afirma ser perfeitamente possível, feitas as críticas interna e

externa, empregar estas fontes em análises econômicas e sociais na perspectiva da história. Neste sentido, os estudos sociais da ciência podem e devem se valer da exploração destes documentos para compreensão dos processos que envolvem as relações entre ciência, sociedade e o desenvolvimento econômico-social.

A documentação imagética do Arquivo Iconográfico do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz permite aos estudiosos e interessados nas fotografias, não só a reflexão e a compreensão da passagem histórica da instituição, como também aos pesquisadores ou àqueles que venham a utilizar a fotografia como um suporte para seus estudos, uma melhor percepção e acompanhamento do desenvolvimento das metodologias, das técnicas e dos processos. Assim, por meio destas fontes imagéticas, torna-se possível produzir, difundir e registrar novos produtos, serviços de grande importância para nosso conhecimento, bem como, divulgar as informações essenciais para a sociedade.

#### I. 5. 2. A fotografia empregada no campo da medicina e da saúde pública

A fotografia, desde seus primórdios, foi incorporada às práticas médicas e científicas como um instrumento de observação a partir do estudo das doenças mentais, na segunda metade do século XIX, pois acreditava-se que elas poderiam revelar, através das fisionomias dos doentes, detalhes de sintomas físicos. Hochman, Mello e Santos<sup>17</sup>, (p. 238).

A incorporação definitiva da fotografia no campo da medicina acontece com a criação, em 1878, do serviço fotográfico do Salpêtrière em Paris, por Jean- Martin Charcot, psiquiatra que usou, de forma pioneira, a fotografia para documentar o comportamento anormal dos pacientes. Albert Londe, então diretor daquele serviço, em seu trabalho *La photographie médicale*, de 1893, enumera as contribuições da fotografia para a medicina: o acompanhamento da evolução das doenças e dos tratamentos e o estabelecimento de tipologias da doença mental, baseado nos retratos de doentes como auxílio aos diagnósticos. Mello<sup>18</sup>, (p.4).

Podemos observar que, no Arquivo Souza-Araújo, há uma série de retratos de doentes que permitem esse tipo de estudo diagnóstico. É possível perceber seu papel como registro/testemunho das práticas do saber médico no diagnóstico e tratamento de doenças.

Sander Gilman<sup>19</sup> mostra que a incorporação da fotografia pela medicina deu-se na conjuntura existente no campo do saber médico e científico, no século XIX, início do XX, com o aparecimento de duas novas disciplinas acadêmicas: a emergente psiquiatria, que buscava sua legitimação por meio da fotografia, em um retorno à tradição de representação fisionômica da doença mental, (p. 20) e, a disciplina de história da medicina criada por Karl Sudhoff, na Alemanha, que utiliza a fotografia em seus trabalhos, defendendo seu uso para o ensino da história da medicina, pois considerava que o processo fotoquímico dotaria a disciplina de um escopo objetivo, (Ibidem, p. 24).

Lacerda & Mello<sup>20</sup>, (p. 544) colocam, em recente artigo, que “as imagens apresentam uma dupla função/inserção nas ciências médicas e da saúde, atuando tanto como técnicas auxiliares quanto registro e testemunho das obras e das realizações do saber médico e científico. A principal função desse material na história da medicina e da saúde pública seria, até então, a de ilustrar, sendo totalmente ignorado o seu potencial cognitivo, onde essas ilustrações possibilitariam ao leitor a observação do trabalho que o especialista realizara através dos séculos, (Ibidem, p. 544-5). As imagens também serviam de registro da evolução das pesquisas e/ou para documentar o desenvolvimento das atividades médico-científicas, (Ibidem, p. 568).

As políticas de captação e de criação das linhas de acervo que se desenvolveram na Casa de Oswaldo Cruz, a partir dos conjuntos documentais acumulados e produzidos pela Fundação Oswaldo Cruz, reuniram informações relevantes acerca da investigação nas áreas das ciências biomédicas, biológicas, da tecnologia e da saúde no Brasil. Representativo da história da pesquisa em medicina experimental e da saúde pública

brasileira, o arquivo permanente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) reúne o patrimônio documental dos institutos<sup>xiii</sup> que a constituíram em 1970<sup>xiv</sup>, os quais já possuíam trajetórias expressivas.

Como parte deste expressivo acervo, o material imagético nos proporciona uma observação relacionada à linguagem fotográfica que, unida à pesquisa, revela aspectos originais da história da saúde no Brasil. Ao trabalhar em um projeto de preservação da memória institucional, o historiador se detém em um conjunto de fotografias produzidas no início do século XX, que refletem, no final do mesmo século, sobre os destinos do conhecimento histórico, das imagens e da saúde pública, Thielen<sup>21</sup>, (p. 4).

Objetivamente, a fotografia pode ser vista como registro referencial para as investigações no campo das ciências biológicas, biomédicas, da saúde e do desenvolvimento tecnológico. Pode-se considerar que muitas especialidades, não somente as científicas, como de outras áreas do conhecimento, necessitam e dependem desse recurso para acompanhar suas atividades, pois, na atualidade, é inconcebível a publicação e apresentação de trabalhos científicos, tecnológicos e históricos sem a fotografia adequada. A fotografia, em sua essência, é uma técnica que incorporada às pesquisas, registra não só a memória institucional, mas pode divulgar os sucessos das pesquisas históricas da medicina e da saúde pública.

Nesse contexto, as fotografias do Arquivo Souza-Araújo, cuja temática são as imagens da hanseníase, por exemplo, podem ser vistas como um referencial para as pesquisas no campo das ciências biológicas, biomédicas, da saúde, bem como, para a construção de uma história da doença no Brasil do século XX.

Notas:

i) Autores como Paes e Schellenberg colocam que a palavra arquivo *archives*, teve sua origem no grego *arché*, significando palácio dos magistrados, ou procederia de *archivum*, de origem latina que identifica o local de guarda dos documentos e outros títulos. Schellenberg<sup>2</sup>, (p.35); Paes<sup>1</sup>, (p. 15-6).

ii) *Handleiding voor het Ordenen en Beschrijven van Archieven*, de 1898 sob os auspícios da Associação Holandesa de Arquivistas. A tradução dessa obra para o inglês foi feita pelo arquivista norte-americano, Arthur H. Leavitt e publicada em 1940 como *Manual for the arrangement and description of archives* [Posteriormente traduzida para o português por Manoel A Wanderley como *Manual para arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro, Arquivo nacional, 1960. (SCH-AM, p. 36)

iii) Sir JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration* [1922] 2. Ed., London, 1937 . (SCH-AM, p. 36)

iv) DICIONÁRIO de terminologia arquivística, São Paulo: Núcleo de São Paulo da Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996, p. 5.

v) Arquivística, definida como: “ciência da informação social, que estuda os arquivos ( sistemas de informação (semi-) fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com outros sistemas correlativos que existem no contexto envolvente” em SILVA, Armando Malheiro da et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998, v. 1, p. 214, citado por SILVA, Armando Malheiro da. *Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da informação*. Congresso internacional de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, 1. São Paulo, 2002, p. 595, 606.

vi) CASANOVA, Eugenio. *Archivistica*, Siena, 1928, p. 9.

vii) BRENNEKE, Adolp, teve suas conferências reunidas no manual *Archivkunde: ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des europäischen Archivwissens*. Org. por Woolfgang Leesch. Leipzig, W. Leesch, 1953, p. 97.

viii) Segundo Paes<sup>1</sup>, os documentos podem ser classificados segundo o gênero em: escritos ou textuais; cartográficos; iconográficos (fotografias); filmográficos; sonoros; micrográficos; e informáticos (p. 29)

ix) Sistema Unitermo desenvolvido por Mortimer Taube, nos Estados Unidos da América na década de 1950. Unitermo significa única palavra técnica. Esse especialista desenvolveu um método que possibilitou acessar qualquer aspecto (facetas) de um documento, bastando para isso colocar cada palavra representativa do assunto do documento em uma ficha e inserir os números dos diversos documentos que tivessem a ver com a idéia representada por aquela palavra, ou seja, é um sistema de classificação que combina palavras com números (de registro, de codificação etc) .

x) Fundação Nacional de Arte (Funarte) / Ministério da Cultura

xi) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

xii) O Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz (COC) é responsável pela guarda e tratamento técnico dos acervos e do arquivo institucional permanente da Fundação Oswaldo Cruz e dos pessoais e de outras instituições com atividades e trajetórias relevantes no campo da saúde e das áreas das ciências biomédicas.

xiii) CARDOSO, Ciro Flamarion. Iconografia e história. *Resgate: revista interdisciplinar da cultura do Centro de memória da Unicamp*, Campinas, 1990. v. 1, p. 9-17.

xiv) Entre outras unidades, o Instituto Oswaldo Cruz (IOC) que deu origem à instituição.

xv) Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, p. 3

## **CAPÍTULO II - A importância da normalização no tratamento dos acervos: modelos descritivos em utilização e proposta de organização de documentos fotográficos em arquivo.**

### **II. 1 - O uso da normalização para os materiais de biblioteca e arquivo**

No campo da arquivologia, os esforços de identificar as fronteiras e diferenças entre conjuntos de documentos de arquivo e materiais bibliográficos expressam sobretudo uma tradição dos países de origem latina, especialmente Espanha e França. Contudo, o mesmo não ocorre nos países de origem anglo-saxônica, como Inglaterra e Estados Unidos. Nos Estados Unidos, país considerado sem forte tradição arquivística mas suficientemente desenvolvido para alcançar aqueles países arquivisticamente tradicionais, a implementação de soluções práticas normalmente passam pela normalização.

#### **II. 1 Padrões de normalização bibliográfica**

Na década de 1950, a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América [Library of Congress - LC], em uma tentativa de aplicar os recursos computacionais aos seus serviços internos, deu início às primeiras análises que possibilitaram essa intenção. A partir dos resultados positivos, convocou-se um grupo de trabalho, integrado por bibliotecários e analistas de sistemas, para encontrar uma forma de conversão dos dados das fichas catalográficas para gerarem o repertório bibliográfico. O resultado desse trabalho foi apresentado à comunidade e entre as conclusões, sugeriu-se que os bibliotecários deveriam chegar a um acordo sobre quais elementos deveriam ser incluídos na ficha catalográfica, com o objetivo de padronizar os serviços de catalogação<sup>1</sup>.

A partir desse estudo, a Biblioteca do Congresso-LC, reuniu os especialistas da área

para junto com os profissionais das bibliotecas universitárias, dos institutos de pesquisas, das agências governamentais e da iniciativa privada, trabalharem na análise dos dados catalográficos para o processamento em máquina. Naquela época a recomendação extraída de uma conferência nacional foi que se deveria transformar oficialmente a Biblioteca do Congresso-LC em fonte distribuidora de repertórios bibliográficos legíveis por máquina.

O sucesso dessa ação extrapolou o âmbito institucional, produzindo como consequência o desenvolvimento de formatos bibliográficos nacionais, o que geraria forte preocupação em vários países e, uma discussão sobre a necessidade de um formato que lhes permitisse a troca de informações entre si e entre as demais instituições. Corte et al<sup>22</sup>, (p. 45).

Teve início em 1966 na Biblioteca do Congresso-LC, um projeto-piloto para o estudo da possibilidade de fornecer às bibliotecas dados de catalogação legíveis por máquina. Esse projeto-piloto denominou-se *Machine Readable Cataloging*<sup>ii</sup> - MARC, e teve como objetivo desenvolver procedimentos e programas de conversão, manutenção de arquivos [arquivo de computador, interno] e distribuição de dados compatíveis com o formato. Nesse primeiro momento o projeto MARC I, incluiu somente a descrição de livros. A ampliação desse padrão adequado ao intercâmbio de dados bibliográficos produziria em 1967, o MARC II, “com o propósito de desenhar uma estrutura de formatos, isto é, a representação física de um documento, em um meio legível por computador, capaz de conter informação bibliográfica de todo o tipo de material”, (Ibidem, p. 46).

Em 1969, um ano após a conclusão do projeto-piloto e da Biblioteca do Congresso- LC já haver distribuído 50 mil repertórios bibliográficos, a American Library Association - ALA, publica a primeira versão dos “*Manuais MARC*”. Durante os anos 70, a Biblioteca do Congresso-LC, prepara e publica formatos para diversos tipos de publicações e para diferentes suportes: (periódicos e mapas, 1970); (filmes, 1971); (manuscritos, 1973); (música e discos, 1974), (Ibidem, p. 47).

Pode-se concluir, que o formato MARC, que evoluiu recentemente em 2000, para o *MARC 21 Holdings* é um sistema que utiliza números, letras e símbolos, para indicar diferentes informações, visando comunicar o dado bibliográfico. Trata-se, portanto, de uma proposta metodológica de trabalho com o objetivo de informatizar os dados de uma ficha catalográfica e interpretar as informações contidas nos registros. É um formato, que propõe padronizar a entrada de dados, é uma etiqueta que informa os campos padrões, para o reconhecimento pela máquina (computador).

O padrão MARC é uma ferramenta de domínio do bibliotecário que o utiliza na atividade de descrição bibliográfica. Esse padrão é compatível com a segunda edição das normas de catalogação anglo-americanas expressas no AACR2 e com a vigésima edição da *Classificação Decimal de Dewey - CDD*<sup>iii</sup>.

Instituições como o Museu do Índio e a Fundação Biblioteca Nacional, adotam o Formato MARC, em alguns casos essa escolha deveu-se ao alto custo dos *softwares*, levando as instituições optarem por um programa que atendesse suas necessidades de organização e que também englobasse seus diferentes acervos (arquivístico, bibliográfico, museológico, arquitetônico). No caso da Biblioteca Nacional a adoção desse Formato aliado ao *software* Ortodocs permite a importação/exportação de dados<sup>iv</sup>.

Pode-se afirmar que o MARC é um sistema bastante complexo, pois trabalha com campos identificados com códigos alfanuméricos e símbolos e tem algumas diferenças com o material de arquivo: destina-se em realidade para material bibliográfico e não para documentos de arquivo.

Com relação aos documentos fotográficos, os padrões adotados são os expressos no *Código de Catalogação Anglo-Americano-AACR2*, código<sup>23</sup> internacionalmente reconhecido e que foi largamente adotado para a catalogação desses materiais<sup>v</sup>, inclusive no Brasil.

Na Antiguidade não havia uma preocupação de se racionalizar a elaboração dos

catálogos, as bibliotecas preparavam apenas listas ou inventários das obras que possuíam. Considera-se que o final do século XV, início do século XVI, representou um desenvolvimento nas atividades acadêmicas, intelectuais e científicas, principalmente, com a invenção da imprensa pelo alemão Johann Gutenberg em 1450. Esse fato, provocaria uma necessidade de bibliotecas e livrarias tentarem se organizar mais cuidadosamente. O bibliógrafo suíço Konrad Gesner, publica em 1548 uma bibliografia alfabética de autor com um índice de assunto, que ele pretendia que fosse universal. Em 1695, Andrew Maunsell, um livreiro inglês, determina os elementos básicos para a descrição bibliográfica. Mais tarde, em 1840, o bibliotecário Anthony Panizzi, juntamente com seus colaboradores da Biblioteca do Museu Britânico de Londres, elaborou as primeiras noventa e uma regras de catalogação, considerado o primeiro dos modernos códigos. Em 1868 Charles Ami Cutter interessou-se pela catalogação e elaborou seu código intitulado *Rules for a Dictionary Catalog* - Regras para um catálogo dicionário. Em 1889 chegam as Instruções Prussianas, elaboradas por homens de formação científica e filosófica e adotadas na Alemanha, Áustria, Hungria, Suécia, Suíça, Dinamarca, Holanda e Noruega, substituídas em 1967 pela *Regeln für die alphabetische Katalogisierung-RAK*, cujas regras são regidas por princípios modernos, adaptadas ao uso do computador e a acordos internacionais. Mas o *Anglo-American Rules* – o código anglo-americano de 1908 - foi o primeiro produto bem sucedido da cooperação britânica e americana. Entretanto, até 1967 quando da publicação da edição preliminar das Regras de Catalogação Anglo-Americanas, o código Anglo-Americano de 1908 foi, junto com as Regras de Charles Cutter, o código oficial para a maioria das bibliotecas públicas britânicas<sup>vi</sup>.

Em 1961, após a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, os “Princípios de Paris”<sup>vii</sup>, como ficou conhecido, são adotados. Em 1968, prepara-se o *Anglo-American Cataloging Rules-AACR1*, fundamentado no *Cataloguing* de Seymour Lubetzky e nos Princípios de Paris, representando o compromisso entre as novas idéias de catalogação e a resolução dos problemas reais das bibliotecas. Em 1978, finalmente, surge o *Anglo- American Cataloguing Rules*, segunda edição - AACR2, onde temos a catalogação como a representação descritiva do documento, o que sugere muito mais do

que simples lista ou inventário, onde o ato ou processo de catalogar implica em técnicas para a descrição do conteúdo, do registro bibliográfico que somado ao conhecimento e domínio do catalogador tornam esta uma prática essencial nas bibliotecas.

O *Código de Catalogação Anglo-Americano* - AACR2 destina-se à elaboração de catálogos e listas em bibliotecas em um sentido mais lato da palavra. Ele arrola regras para a catalogação de materiais bibliográficos, sendo que é construído do aspecto mais específico para o mais geral e com níveis descritivos diferentes. Trabalha com áreas denominadas: área do autor, área do título, área da imprensa, área de notas etc, e possui ainda um campo específico “pista” para os assuntos principais e secundários, para citar os dados mais usados.

No Brasil, a partir da década de 1960, como mencionamos no capítulo anterior, as principais referências para as atividades descritivas em arquivos, foram o Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses<sup>viii</sup> e as obras de Theodore Roosevelt Schellenberg: *Arquivos Modernos e Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*<sup>ix</sup>.

Naquele contexto, sobretudo, a obra do arquivista norte-americano e vice-diretor dos Arquivos Nacionais de Washington teve grande influência entre os técnicos brasileiros, ao mesmo tempo em que marcava uma ruptura com os padrões de descrição arquivística pautados em bases biblioteconômicas.

Contudo, apesar da influência ‘schellenbergiana’, os materiais audio-visuais, entre os quais as fotografias, continuaram ‘marginais’ à concepção de arquivo e em geral eram organizados com base nos conteúdos informativos em detrimento dos elementos de contextualização.

Organizações privadas como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, considerada uma das referências para as instituições brasileiras na questão de tratamento de arquivos

peçoais, no tocante à catalogação e indexação de documentos audiovisuais e sonoros, utiliza-se os métodos tradicionalmente consagrados na Biblioteconomia. Adota-se para a catalogação o *Código de Catalogação Anglo-Americano* - AACR2, introduzindo-se as adaptações necessárias visando atender as características particulares do acervo do CPDOC<sup>x</sup>.

No Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, por exemplo, em particular no Arquivo Iconográfico<sup>xi</sup>, as regras do *Código de Catalogação Anglo-Americano* - AACR2 foram implementadas desde as primeiras atividades de tratamento na década de 1986, após avaliação da Coordenação encarregada da catalogação dos materiais iconográficos.

A escolha desse código, o AACR2, como ferramenta de trabalho para o tratamento técnico do material fotográfico, deveu-se não somente à formação e a vivência das responsáveis pela organização do acervo, mas porque naquele contexto, esse código era o único instrumento que, além de ser amplamente conhecido, divulgado e adotado, inclusive no Brasil para o material bibliográfico, incluía padrões descritivos para diversos tipos de materiais, razão pela qual apropriaram-se e adaptaram-se suas regras para a atividade de descrição [catalogação] do acervo/coleção de fotografias.

O *Código de Catalogação Anglo-Americano*<sup>23</sup> - AACR2 em seu Capítulo 8: Materiais Iconográficos deixa bem claro que as regras ali citadas e exemplificadas “dizem respeito à descrição de materiais iconográficos de todos os tipos, isto é, imagens em duas dimensões, opacas, tais como originais ou reproduções de arte, quadros, gravuras, fotografias, desenhos [...] Ou imagens transparentes (destinadas a serem projetadas) como diapositivos, radiografias etc”, (p.255).

Pode-se dizer que a importância desse manual, o AACR2, estava ligada à sua própria aplicação no Brasil, adotado que foi por muitas instituições, em bibliotecas individualmente ou como componentes de redes e sistemas. A aceitação desse Código deveu-se a divulgação das vantagens que ele podia auferir, entre as quais destacam-se:

- uma estrutura integrada e normalizada para a descrição, o que possibilitaria atender aos requisitos de um posterior processo de automação;
- uma linguagem baseada em um sistema internacional, o que facilitaria a transferência de informações bibliográficas ou não;
- a possibilidade de escolha entre três níveis de descrição, o que o facilitava sua adoção por qualquer tipo de instituição (biblioteca, centro de informação/documentação, arquivo), qualquer que fosse o seu tamanho físico (e a dimensão de seu acervo), o que se transformou em um dado original na preparação de um Código que preconizava o uso de uma linguagem comum;
- a flexibilidade, que propiciou uma liberdade ao julgamento, à interpretação do catalogador na escolha das entradas (dos nomes pessoais e de nomes de entidades). Essa flexibilização, que teve como ponto negativo à dificuldade de uniformização daqueles cabeçalhos de entrada, viria posteriormente ocasionar o estabelecimento de um sistema de “controle de autoridade”, a nível nacional.

Ficou, também estabelecido, no Arquivo Iconográfico do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, a opção pelo nível 3 de descrição, ou seja, a catalogação mais detalhada possível incluindo de todos os dados registrados no próprio documento bem como os pesquisados e encontrados, relativos às técnicas empregadas, preservação do material, utilização da peça etc.

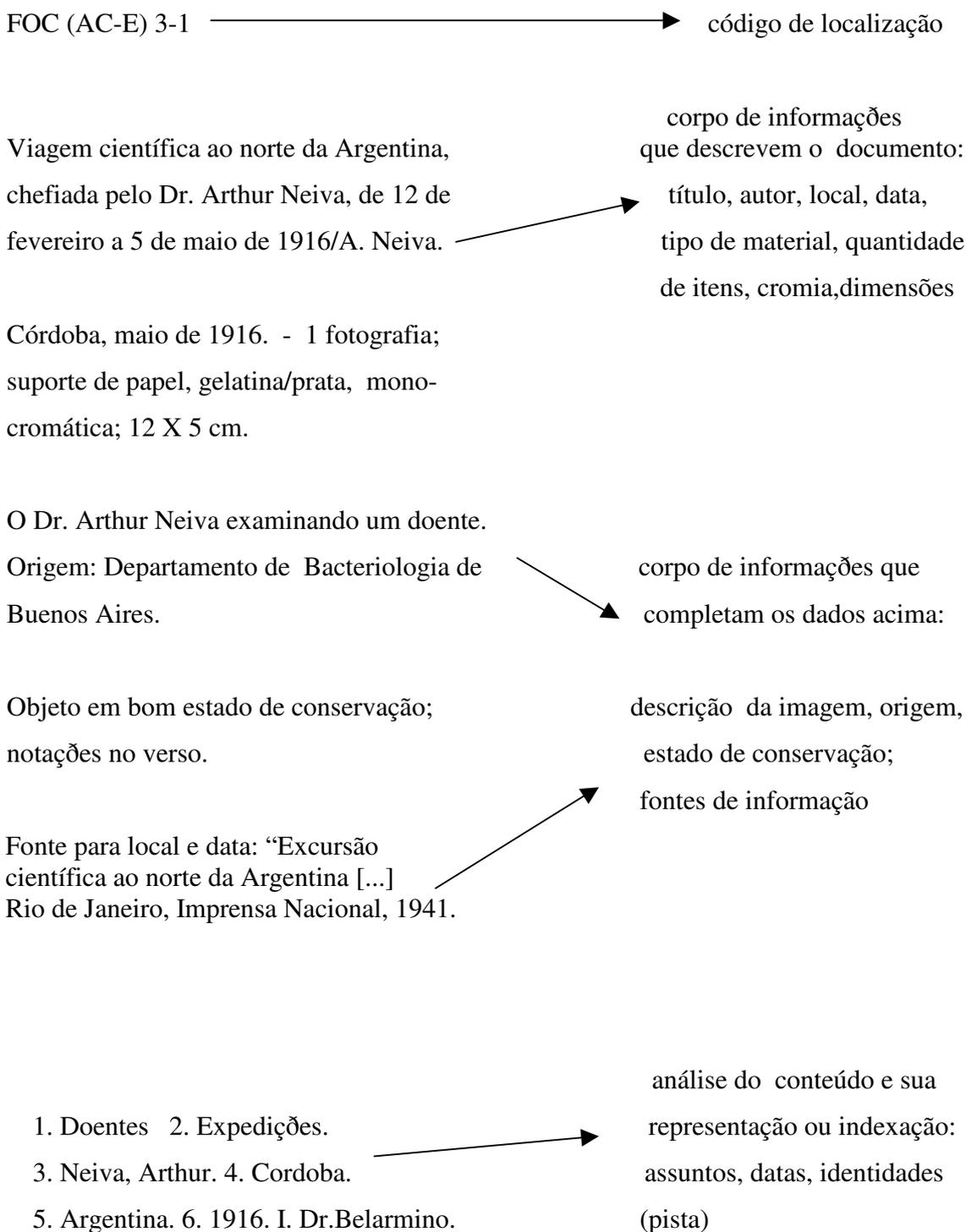
Considerou-se, naquela ocasião, como elementos essenciais para esta descrição:

- título ou legenda (obtidos no próprio item, em outras fontes de consulta ou criado pelo catalogador)
- autor (no caso o fotógrafo ou laboratório que produziu a foto)
- local (da cena registrada)
- data (de registro da cena)
- designação geral do material (fotografia)
- descrição física (unidade física; tipo de material, cromia; dimensões)
- notas (origem do arquivo ou coleção; fontes para obtenção dos dados; créditos; detalhes específicos do material; descrição da imagem)

- pista (descritores e assuntos)
- notação (código de localização, que reflete o arranjo já descrito)

Como consequência, a disposição destes dados em formato padronizado gera um novo documento - a ficha catalográfica/topográfica - que representa o documento fotográfico existente no acervo, como se poder observar no esquema a seguir:

## Disposição dos dados ou elementos em formato padronizado



Nessa “política interna de descrição”, o objetivo era incluir todos os elementos relativos ao item e aplicáveis à fotografia, considerada como o original, produzindo esse novo documento, a ficha topográfica/catalográfica cujo modelo permitiria o ingresso de outros itens de diferentes espécies (diapositivos, cartográficos, gravuras, pôsters) e ainda possibilitar que diferentes especialistas (técnicos de laboratórios, fotógrafos, documentalistas, historiadores etc) encontrassem os dados relevantes às suas áreas de pertinência.

Observou-se, então que, a partir da década de 1990, além desse código, o AACR2, algumas instituições brasileiras passaram a adotar o *Manual para Catalogação de Documentos Fotográficos*<sup>xii</sup>, adaptado às especificidades dos documentos fotográficos. Concebido na década de 1980, o ‘Manual da Funarte’ como ficou conhecido, resultou do trabalho de profissionais de formações acadêmicas diversas, representando diferentes instituições públicas e privadas, numa cooperação interinstitucional que estabeleceu procedimentos padronizados para a catalogação de documentos fotográficos<sup>xiii</sup>.

As regras desse manual estão baseadas não somente na segunda edição do *Código de Catalogação Anglo-Americano - AACR2*, mas em outras publicações específicas<sup>xiv</sup> para materiais gráficos, como para os procedimentos para atender às exigências em relação à pontuação prescrita pelo AACR2. Pode-se destacar alguns pontos deste instrumento de padronização:

- diferencia fotografia em relação ao documento de arquivo, por que fala em catalogação e não em descrição; trabalha com o item, ou seja, é adequada para o tratamento individualizado das fotografias, diferentemente do documento de arquivo, que deve ser descrito prioritariamente em dossiês/séries;
- para sua aplicação, as informações do item não estão explícitas e devem ser pesquisadas em fontes ou atribuídas pelo catalogador, após este ter analisado a natureza física e seu conteúdo; no documento de arquivo os dados devem ser contextualizados por documentos referentes ao próprio material;
- sendo baseada no *Código de Catalogação Anglo-Americano - AACR2*, sua catalogação se estrutura em áreas: do título, do local, da indicação de responsabilidade

etc e enquanto o documento de arquivo, para sua organização, deve seguir uma estrutura organizacional.

## II. 2 A questão da descrição arquivística normalizada e a ISAD(G)

A padronização das atividades dos arquivos torna-se cada vez mais um instrumento fundamental para garantir a integração, o acesso e o intercâmbio das informações documentais produzidas nas instituições arquivísticas. Na época em que novas tecnologias estão sendo incorporadas aos procedimentos organizacionais, urge priorizar essa atividade, porque é impossível informatizar sem padronizar. Internacionalmente, o avanço da normalização relativa à descrição está corporificado na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G), elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Desde a década de 1980, os participantes da Associação dos Arquivistas Canadenses e Michael Cook, professor da Universidade de Liverpool, na Inglaterra se questionavam: por que não havia uma harmonização universal, por que não adotar normas internacionais para tratar arquivos? Essa preocupação levou o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1990, a designar uma comissão *ad hoc*, constituída em subgrupos e com a colaboração de representantes de diversos países, sob a coordenação do Professor Michael Cook, iniciando o trabalho de proposição das referidas normas. Bellotto<sup>5</sup>, (p. 181-2).

Anteriormente, no século XIX, no manual preparado pela Associação dos Arquivistas Holandeses<sup>viii</sup>, já se podia perceber, uma preocupação com a padronização ligada ao tratamento e a preparação dos instrumentos de pesquisa, quando da recomendação de uso da regra: “no interesse da clareza, é proveitoso usar-se sempre a mesma terminologia nos vários [meios de busca]. Também sob outros aspectos é conveniente a uniformidade”. AAH, (p. 147).

No século XX, T. R. Schellenberg<sup>27</sup>, na obra *Public and private records*, considerava prematuro escrever sobre normalização da metodologia sem antes procurar defini-la. Para ele, a padronização implicava em aceitação geral, mas seria preciso enfrentar as

resistências que impedem as modificações. As oposições ao uso da normalização dos processos seriam tanto de ordem prática como pessoal. Existiria, afirma o autor, uma relutância do profissional de arquivo, em repudiar os processos que eles mesmos conceberam. As objeções à normalização seriam, principalmente atribuídas à crença predominante entre os arquivistas, de que o trabalho que desenvolvem seria mais de natureza cultural do que técnica, (p. 82-3).

Schellenberg afirma que a terminologia arquivística deve ser normalizada e que, essa confusão na nomenclatura seria reflexo da falta de clareza dos métodos. Os termos da arquivística devem ser compreendidos e usados e, não obstante a dificuldade de se alcançar um consenso geral, seria muito importante para a área, definir sua terminologia e aplicá-la consistentemente. (Ibidem, p.83).

O mesmo autor enfatiza a urgência de normalizar, na sua maior extensão possível, as técnicas descritivas de arquivo. E essa possibilidade de normalização abrangeria os elementos físicos tais como: a ordenação dos atributos descritivos, os vários tipos de meios de busca, a informação sobre os tipos e a quantidade de documentos, não envolvendo questões como a descrição documental em relação ao assunto (Ibidem, p. 84). O autor considera que a normalização uma vez aplicada ao arquivo seria um benefício, um método eficiente de arranjo e de descrição, permitiria tornar disponíveis os recursos sob sua custódia, permitiria aos arquivistas, *a posteriori* tentarem um projeto de descrição cooperativa, (Ibidem, p. 86).

Para a Diretora do Arquivo Geral de Andaluzia, Antonia Heredia Herrera<sup>24</sup>, a padronização nos arquivos não pode ser vista apenas como uma possibilidade e, sim como uma exigência e as indagações deveriam ser: “como se normaliza nos arquivos e que instrumento tornará possível esta normalização”, (p.2).

Retornando à preparação das normas internacionais, a Comissão *ad hoc* designada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), trabalhou durante nove anos nesse projeto, promovendo sucessivas reuniões, apresentando versões, que foram submetidas a críticas

e sugestões, originando em 1999 a edição definitiva do texto da ISAD(G), divulgado durante o XIV Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Sevilha, em setembro de 2000.

Segundo Bellotto<sup>5</sup>, “o marco teórico da norma ISAD, é a relação hierárquica, já preconizada anteriormente na descrição arquivística, e agora denominada estrutura multinível [...] e, do ponto de vista da teoria arquivística, o mais importante nessa norma é o respeito que ela permite aos princípios da proveniência<sup>xv</sup> e da organicidade<sup>xvi</sup>”, (p. 182).

A norma ISAD (G), é portanto um instrumento que estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, caracteriza-se por ser um processo que visa facilitar a recuperação e a troca de informações sobre o material arquivístico; assegurar descrições mais consistentes; promover o acesso aos documentos de arquivo. Sua proposta é padronizar a descrição arquivística a partir de um sistema multinível, isto é, do geral para o particular, inserindo cada item da descrição na estrutura geral do fundo de arquivo, em sua relação hierárquica.

Mas, Heredia Herrera<sup>24</sup> afirma que não se deveria pensar somente na norma ISAD(G), como o único instrumento de padronização e nem que apenas a atividade de descrição deveria ser padronizada. Para a autora existem outras modalidades de instrumentos que podem ser aplicadas nos arquivos como: os dicionários para padronizar o vocabulário, modelos de quadros de classificação [arranjo], leis e regulamentos dos sistemas de arquivos, os programas de gestão documental etc, o importante é entender que a padronização nos arquivos é necessária, porque “difícilmente poderemos escapar da normalização se pretendermos informatizar”, (p.2).

O texto introdutório da Norma ISAD(G)<sup>25</sup> esclarece: “esta norma estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas”. Ao recorrer à terminologia arquivística<sup>xvi</sup> temos que descrição é “o conjunto de procedimentos que, a partir dos elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a

elaboração de instrumentos de pesquisa”.

Deve-se valorizar os méritos da ISAD(G), que é sem dúvida segundo Lopez<sup>10</sup>, uma referência primeira fundamental para a atividade de descrição, lembrando que tal tarefa não pode ser executada de maneira isolada em relação ao arranjo, e pode vir a constituir um importante instrumental para a descrição de documentos imagéticos [fotografias]. Talvez, preconiza Lopez, “fosse melhor encará-la mais como uma diretriz geral do que uma norma propriamente dita”, (p. 223-4)

Hagen<sup>26</sup>, para mostrar a evolução do conceito de descrição, compara duas definições da Sociedade dos Arquivistas Americanos - SAA, de períodos diferentes: “o processo de estabelecer controle intelectual sobre o patrimônio documental mediante preparação de instrumentos de pesquisa” de 1974, e a segunda seria: é o “processo de obter, ordenar, analisar e organizar qualquer informação que sirva para identificar, administrar, localizar e interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de registro dos quais estes documentos foram selecionados” de 1988. (p.3). A autora chama a atenção sobre a diferença entre essas duas definições, enfatizando que na segunda teria havido uma preocupação com a análise da operação descritiva, onde os procedimentos passaram a ser analisados e não apenas listados, onde se procuram identificar todas as ações individuais que compõem a atividade descritiva como um todo, estabelecendo relações com outras operações semelhantes, (Ibidem, p.4).

Schellenberg<sup>27</sup>, trata das técnicas arquivísticas, entre elas, a aplicada à atividade de descrição. Ele define o termo “descrição” como a enumeração das qualidades essenciais de um objeto e, que nesse caso seria aplicável tanto aos documentos como a qualquer outro objeto. A descrição compreenderia basicamente duas operações: a identificação da unidade documentária a ser descrita e, a enumeração dos atributos essenciais dos documentos. Isso significa, que primeiramente, antes da atividade descritiva é necessário conhecer-se a categoria dos documentos a serem estudados (públicos ou privados). A segunda etapa desta operação descritiva está relacionada com as qualidades

dos documentos e referentes à sua estrutura física e à sua substância, (p.200).

Para este autor os atributos de natureza física dos documentos referem-se: a Classe (cartográficos, audiovisuais, textuais), e dentro de cada classe pode-se identificar o Tipo documental (mapa, fotografia, carta, relatório, diário) ; a Quantidade deve ser assinalada (quantos m<sup>3</sup> de papéis há? ; se encadernada, quantos volumes há? etc) ; a Forma (caso o documento não seja original, de que o gênero é? datilografado, reprográfico, microfilme), (Ibidem, p. 221, 230).

Entretanto, Schellenberg considera que os atributos mais importantes para a atividade de descrição dos documentos são os que se reportam à sua substância, ao seu conteúdo e estão vinculados à proveniência e às origens funcionais dos documentos. Ele afirma: “o primeiro dos elementos substantivos que hão de ser tomados em consideração ao se descrever a unidade documentária refere-se à proveniência, impondo-se tal regra a todas as unidades que ocorram em qualquer das classes documentárias” (Ibidem, p.230-1). No sentido amplo em que essa palavra é usada na arquivística, ela refere-se ao modo pelo qual os documentos se criaram, isto é, como surgiram em determinada instituição, qual a origem desses documentos. Esse dado poderá ser facilmente identificado com a resposta à pergunta: *Quem?* Que pessoa ou instituição [pública ou privada] produziu esse documento? Para o autor a informação sobre a proveniência documental é de grande relevância, para uma exata noção do conteúdo desses papéis, para evidenciar o caráter dos materiais a descrever etc. (Ibidem, p. 230-2)

Schellenberg<sup>27</sup> preocupa-se, também, com a questão que motiva a produção documental quando afirma que “o caráter intrínseco mais importante, que deve levar em consideração ao se descrever o documento, diz respeito à sua origem funcional”. Para ele essa motivação ou função documental pode ser, claramente identificada ao ser responder às perguntas: *Como?* Como se criou o documento? Que função orgânica motivou sua produção etc? Nesse contexto, o termo “função” estaria sendo usado numa acepção mais ampla e genérica, abrangendo todos os atos executados por uma instituição ou uma pessoa no desempenho de algum projeto ou atividade. (Ibidem, p.

232). Deduz-se, então, que a descrição consiste na análise da maneira porque se criaram os documentos, na determinação das atividades e operações que o originaram. As informações obtidas e relativas ao documento, *quem* o produziu, *quando* e *onde* o fez, estão intrinsicamente ligadas ao princípio da proveniência.

Na visão de Bellotto<sup>5</sup>, a descrição seria uma tarefa típica dos arquivos permanentes<sup>xviii</sup>. A autora baseia sua idéia na teoria das três idades, ou seja, fazendo uma diferenciação entre as fases de vida dos arquivos, o ciclo vital dos documentos: os correntes<sup>xix</sup>, os intermediários<sup>xx</sup> e os permanentes:

“a descrição não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos ou planos de classificação [...]. Tampouco a descrição faz sentido no âmbito dos arquivos intermediários, onde a frequência de utilização secundária é quase nula. Nesses depósitos, para fins de esclarecimento, de informações adicionais e de testemunho ainda decorrentes do uso primário, os instrumentos de busca resumem-se aos planos de classificação, às tabelas de temporalidade e aos quadros de arranjos. Os conteúdos, a tipificação das espécies documentais, as datas, as relações orgânicas entre os documentos e a ligação entre função e espécie, enfim todos os elementos ligados às informações de interesse do historiador é que serão objeto do trabalho descritivo”, (p. 173-4).

No glossário, desenvolvido pela Comissão que preparou a própria Norma ISAD<sup>25</sup>, consta a seguinte definição: descrição arquivística, *archival description*, elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu, (p. 4). O que se objetiva com a descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo dos documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos.

O trabalho arquivístico se reveste de suma importância e dentre suas várias etapas as mais importantes, após as tarefas de conservação física, é imprescindível o

estabelecimento de fundos, séries, grupos, subgrupos, seções, dossiês, enfim, a montagem de um quadro ou uma tabela de arranjo<sup>xxi</sup>. Este nem sempre pode ser feito *a priori*, porém deve ser feito antes de qualquer outro processamento técnico. É nessa fase que se pode melhor compreender e aplicar, o princípio fundamental da arquivística: *le respect des fonds* ou princípio da proveniência<sup>xiv</sup>. A esta fase, segue-se uma tarefa primordial e preparativa dos “meios de busca” que permitirá o acesso aos documentos, a descrição. “Existe uma relação entre essas duas funções, o arranjo e a descrição, porque enquanto se ordenam os documentos é possível apreender os fatos necessários à sua descrição”, Schellenberg<sup>27</sup> (p. 96), bem como estabelecer quais as unidades descritivas [coletiva/individual, série/coleção]. Percebe-se que o arranjo e a descrição não são atividades discrimináveis, uma se confunde com a outra.

Paes<sup>1</sup> afirma que para a completude do trabalho arquivístico, tornar-se necessário a elaboração dos instrumentos de pesquisa<sup>xxii</sup>, que devem refletir a descrição dos conteúdos e a localização dos documentos do (no) arquivo e que se, “destinam a orientar o usuário nas modalidades de abordagem a um acervo documental”, (p. 126). A elaboração dos instrumentos de pesquisa é considerada como uma atividade permanente, sendo vital esse processo de proporcionar o conhecimento prévio das fontes aos pesquisadores, objetivo principal dessa ferramenta.

## **II. 3 Panorama geral de iniciativas de aplicação da ISAD(G) no Brasil**

Segundo Vitor Fonseca<sup>28</sup>, a aplicação da norma ISAD(G) nas instituições arquivísticas brasileiras é de difícil avaliação e, sua observação esta baseada em resultados obtidos pela Fundación Histórica Tavera, da Espanha, em um levantamento referente ao Brasil, realizada no final da década de 1990, (p. 1).

Nessa pesquisa, em um universo de 240 instituições (arquivos federais, estaduais, municipais, eclesiásticos, fundações, institutos históricos, museus, universidades e associações culturais), mais da metade têm menos de 50% de seus fundos documentais descritos e não possuem instrumentos de pesquisa publicados nem virtuais, dificultando o acesso aos seus acervos, (Ibidem, p. 2).

Ainda segundo Fonseca, na década de 1990, com a implementação do Sistema Nacional de Arquivos, retomam-se as experiências de construção de normas nacionais, como por exemplo, as resoluções do CONARQ<sup>xxiii</sup> relacionadas ao código de classificação e tabela de temporalidade de documentos de atividade-meio da administração pública.

Durante a atividade de preparação da norma ISAD(G), o Conselho Internacional de Arquivos - CIA, iniciou um processo de divulgação da norma em diversos países. No Brasil, a indicação de um representante para o Comitê de Normas de Descrição, a partir de 1996, foi um fator desencadeador de discussões coordenadas pelo CONARQ, que no entanto, não alcançou a abrangência nacional e a representatividade desejada. Em 1998, o Arquivo Nacional tornou pública a primeira versão da tradução brasileira da ISAD(G), iniciando-se uma fase de divulgação da norma, de recebimento de sugestões e discussões críticas das propostas.

Em setembro de 2001, foi criada no âmbito do CONARQ, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) com o objetivo de propor normas nacionais compatíveis com os padrões preconizados internacionalmente. Uma das primeiras propostas de trabalho da CTNDA foi a elaboração e aplicação de um

questionário sobre normas de descrição utilizadas por diferentes instituições arquivísticas do país, assemelhadas e afins.

Os resultados apresentados no final de 2002 durante o II Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, apontaram – apesar do baixo índice de respostas - para um universo ainda pequeno de instituições que conhecem e adotam a norma.

No entanto, é possível dialogar com o levantamento promovido pelo CONARQ, incorporando algumas experiências que vem se consolidando gradativamente e de forma consistente, como o trabalho que se desenvolve no Centro de Documentação e Informação Científica - CEDIC<sup>xxiv</sup> da PUC de São Paulo desde o início da década de 1990, sobre a utilização da ISAD (G) no tratamento do seu acervo e, que pode ser considerado o primeiro exemplo de emprego dessa norma no Brasil. Andrade & Tessitore<sup>29</sup>, (p. 7).

Nesse Guia do CEDIC, elaborado em 1991, objetivava-se através de um processamento técnico sistemático e com base em uma política definida, colocar os conjuntos documentais a disposição dos pesquisadores . Segundo as autoras, “é um instrumento de pesquisa de tipo global, que fornece informações essenciais sobre o histórico, os serviços e a totalidade, do acervo, de um Arquivo ou Centro [...] garantindo ao arquivistas e ao pesquisador o conhecimento global do acervo e de suas possibilidades, (Ibidem, p. 1).

As autoras informam que o guia, não só contem a descrição dos Fundos/Coleções, como também informações sobre a trajetória do Centro, o potencial para a pesquisa dos documentos, o funcionamento e serviços oferecidos, descrevendo as atividades técnico-científicas e os recursos colocados à disposição do pesquisador, bem como as normas para a consulta.

A ficha preparada para esse Guia, que inclui os campos: denominação, datas-limite, localização, histórico do titular e da custódia, bibliografia, origem, descrição,

quantidade, organização, instrumentos de pesquisa, restrições de acesso, descritores, observações, compiladores/datas, foi posteriormente analisada e concluiu-se “que a ficha construída para o guia estava de acordo com a norma internacional [...] essa compatibilidade com a ISAD(G), facilitará o intercâmbio internacional”, (Ibidem, p. 7).

Outro exemplo pode ser destacado no trabalho desenvolvido pelo Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras-ABL. Com a finalidade de padronizar seus instrumentos de pesquisa, foi preparado o *Inventário do Arquivo Euclides da Cunha*<sup>xxv</sup>, com o objetivo de mapear e revelar aos pesquisadores a documentação de e (sobre) Euclides da Cunha, existente no Arquivo dos Acadêmicos da ABL, oferecendo referências minimamente seguras para a recontextualização da vida de seu titular. A descrição multinível é apresentada na forma em que a norma internacional preconiza: área de contextualização, área de conteúdo e estrutura, área de condições de acesso e uso, área de fontes relacionadas, área de controle da descrição, seguida das descrições das séries e subséries. Ao mesmo tempo para o controle da descrição propriamente dita, utilizam-se *Diretrizes arquivísticas e metodologia para o Arquivo dos Acadêmicos* (documento interno), bem como, afirma-se que o inventário foi produzido de acordo com a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*, ISAD(G).

Como outra experiência da aplicação da norma internacional, podemos citar o Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, um dos institutos de pesquisa do Ministério da Ciência e da Tecnologia - MCT. Essa instituição que possui um acervo dos mais importantes do mundo no que se refere a instrumentos científicos, tem realizado ações reconhecidas internacionalmente no sentido da preservação (catalogação, conservação e divulgação) de suas coleções.

O Arquivo de História da Ciência, Serviço do MAST, tem-se dedicado à organização de documentos científicos e à elaboração de instrumentos de pesquisa objetivando torná-los disponíveis para a consulta.

Em 2001, o Arquivo preparou o *Guia de Fundos do Arquivo de História da Ciência*<sup>xxvi</sup>,

em cuja elaboração foi utilizada a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*, ISAD(G).

Este instrumento fornece ao pesquisador uma orientação geral dos fundos sob a guarda do Arquivo do MAST, com informação sobre a história dos documentos, seu conteúdo [...], apresentando inicialmente breve histórico do Arquivo e uma explicação sucinta da Norma e sua utilização. Nessa parte da obra pode-se obter informação sobre o nível de descrição aplicado às coleções: “o presente instrumento é um guia elaborado em nível de fundo, justamente com o objetivo de fornecer ao pesquisador uma visão ampla do acervo total”. A seguir apresentam-se os fundos descritos: os institucionais como o do próprio MAST, o do CNPq e os fundos pessoais, entre os quais Olympio da Fonseca.

## Capítulo II - Parte 2

### II. 4 - Modelos descritivos para tratamento dos documentos não-textuais

Sabe-se que o objetivo do trabalho descritivo, é tornar acessíveis os documentos que se acham sob a custódia dos arquivos, em outras palavras, ao arquivo cabe não só recolher, acumular e preservar a documentação, mas disponibilizá-lo de forma eficaz para o público.

Para um acesso eficaz a um fundo fotográfico, pressupõe-se uma atividade de descrição conectada e conseqüente da atividade de arranjo e que procure observar os padrões arquivísticos. Propõe-se aqui, uma solução que não só mantenha a relação orgânica deste material com a documentação textual referente à sua gênese, mas que proporcione a recuperação da informação, considerando-se um outro viés, a questão do pesquisador.

Com o objetivo de propor ou mesmo adotar uma metodologia descritiva para adequar à esta finalidade, buscou-se identificar instituições arquivísticas ou similares, que desenvolvessem atividades ou modelos descritivos que pudessem refletir essas questões.

Desta forma, o trabalho de campo consistiu em visitas a 3 (três) instituições: dois arquivos públicos, o Arquivo Nacional e o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e, um centro de pesquisa e documentação no campo da memória e da história da ciência, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Nestas instituições realizamos entrevistas com os responsáveis por projetos e ações de descrição arquivística, buscando colher informações sobre a natureza do acervo, histórico do tratamento técnico, opções metodológicas e tecnológicas e, observamos *in loco* o funcionamento dos instrumentos de pesquisa e/ou dos sistemas automatizados empregados.

## ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro<sup>xxvii</sup> - AGCRJ é um arquivo público que custodia a documentação produzida na esfera do Poder Executivo municipal desde o período colonial e tem como missão recolher, organizar, gerir e democratizar o acesso público aos documentos, que tenham caráter permanente, valor histórico e probatório.

Para o cumprimento de suas funções, esse Arquivo Geral teve suas atividades organizadas em diferentes unidades orgânicas, entre as quais a Divisão de Documentação Escrita e Especial. Essa Divisão, por sua vez, encontra-se estruturada em dois serviços: o Serviço de Documentação Escrita, responsável pela guarda e preservação dos documentos manuscritos e impressos e, o Serviço de Documentação Especial, encarregado da custódia e da preservação dos documentos não-textuais.

Esta peculiaridade de um setor dividido em um serviço denominado ‘documentação especial’ remete a definição de Paes<sup>1</sup>. Esta autora mostra que a adoção da terminologia ‘arquivo especial’, é resultante de uma proposta curricular apresentada no primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia no início da década de 1970 e, destinados aos documentos que, devido ao seu suporte “merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle e conservação”. Por esta definição pode-se supor que determinados tipos de suporte podem implicar um tratamento especial que transcenderia a questão do armazenamento e da preservação, porém, a própria autora considera que esse material estaria inserido no campo da arquivologia, que dispõe de princípios e técnicas para sua correta organização”. (p. 22).

Nesse Serviço do Arquivo da Cidade, a documentação especial, se constitui em 3 conjuntos: o iconográfico, o cartográfico e o audiovisual, provenientes tanto da administração pública como de coleções particulares, permitindo observar as

transformações urbanas, os costumes, os eventos oficiais, as obras e os serviços públicos, isto é, a trajetória da cidade e de seus habitantes no tempo e no espaço.

Especificamente no iconográfico destacam-se as fotografias<sup>xxviii</sup>, produzidas por Augusto Malta, fotógrafo oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro<sup>xxix</sup>, no período de 1903 a 1940, onde a especificidade da tipologia documental conduziu a formação da Série Negativo em Vidro, permitindo que os documentos recebessem um tratamento técnico-arquivístico no arranjo, para o qual foram adaptadas técnicas de biblioteconomia em sua descrição.

O Arquivo Geral optou pela separação do material iconográfico e do material audiovisual. No verbete do Dicionário Aurélio<sup>xxx</sup> encontramos: iconográfico é todo o material que é representado por meio da imagem, enquanto audiovisual, seria o material ou veículo de comunicação que combina o som e a imagem. Esta definição remete ao conceito de Brandão & Leme<sup>7</sup> que consideram que na documentação registrada sobre suporte não convencional, ou não-textual se incluem aqueles documentos que podem ser produzidos integrando a imagem e o som. Estes autores relacionam como audiovisuais: os sonoros (fitas magnéticas de som), os filmográficos (películas cinematográficas), videográficos (videoteipes), os fotográficos (diapositivos, fotomicrografias, e fotografias), (p. 51-2).

É explicado, que com relação às placas de vidro, essas teriam sido, preliminarmente, numeradas de acordo com a sua produção, e posteriormente passaram a ser arranjadas em temas genéricos, ordenadas por ordem alfabética e por estes temas sendo renumeradas nesta seqüência. Este tipo de arranjo dispersou as imagens que deveriam estar reunidas, uma vez que se complementavam e faziam parte de uma mesma missão fotográfica. Foi, então, mantido o arranjo físico, mas para fins de descrição do Catálogo fez-se um reagrupamento das imagens, de acordo com as suas semelhanças e dentro das funções e objetivos das atividades que as refletem.

No texto do Catálogo, o leitor é informado que o arranjo adotado, teria dispersado as

imagens originárias da mesma missão e em um novo reagrupamento elas teriam sido organizadas por suas semelhanças.

À medida que as imagens iam sendo descritas uma a uma, os organizadores puderam perceber a estreita ligação entre a sua produção e as atividades desenvolvidas na administração dos prefeitos. Partindo-se para a documentação escrita relativa a esse período, pode-se corroborar o quadro de arranjo desses documentos.

Embora com as imagens sendo descritas uma a uma e mesmo corroborando-se esse material, a partir de uma documentação textual, percebe-se que os documentos fotográficos compõem uma série diferenciada e com procedimentos separados do restante do acervo, adotando-se notadamente métodos biblioteconômicos.

Devido às diversas mudanças das funções e das atividades dentro da estrutura municipal optou-se, como primeiro critério, pelo arranjo temático, onde as designações destes temas foram reproduzidas a partir destas divisões estruturais ou pelas funções que as mesmas desenvolviam.

O segundo critério foi o de subtema de acordo com a especificidade de cada tema, formando subgrupos distintos e, o terceiro critério foi o cronológico.

Como exemplo desses critérios de arranjo temos o Tema Instrução Pública (grifo nosso) sob o qual aparece o Subtema Escolas, dentro do qual as imagens de uma mesma escola ou das atividades desenvolvidas por ela, em vários períodos aparecem seguidas a partir da data mais antiga.

Iniciando a descrição, aparece em negrito a legenda original do autor, respeitadas sua forma e grafia (na inexistência de legenda, esta é atribuída e colocada entre colchetes). Segue-se a descrição preparada pelo catalogador (com os dados absorvidos a partir das imagens e, os pesquisados em documentos da época, para complementação dos verbetes, atualizando-se apenas a grafia, se necessário).

Após a descrição, aparece a indicação do local (atualizado quanto à grafia e a nomenclatura; caso seja impossível identificar o local, colocou-se um ponto de interrogação entre colchetes), para finalizar o verbete, após a vírgula, aparece a data normalizada (dentro dos critérios biblioteconômicos com adaptações).

Abaixo do verbete encontra-se a indicação do número de imagens seguida de ponto e da(s) notação (ões) que correspondem à localização física dos documentos. Essa notação corresponde ao arranjo físico preliminarmente aplicado aos negativos de vidro, tendo sido repetida nas suas reproduções. É importante frisar que o nome do autor (fotógrafo) não aparece por serem tratadas especificamente de fotografias produzidas pelos Malta.

A seguir o modelo de descrição preparado para o Catálogo Augusto Malta:

## **INSTRUÇÃO PÚBLICA**

### **ESCOLAS**

186 **E. Deodoro.** Autoridades, professores e alunos, no interior e pátio interno da escola Deodoro participando de solenidade. [Glória], 21 nov. 1923.

04 fotos. NV 0336, NV 0338, NV 0339

226 **[Missa da escola Rivadávia Correia].** Grupo de alunas uniformizadas, professores, e padre, no interior de igreja, à frente do altar. [ ? ], 26 out. 1925.

01 foto. NV 00528.

Também foi preparado um instrumento virtual, para ampliar a difusão e recuperação desse material produzido pelos Malta, para o qual se utilizou o software *MicroIsis* [criado pela Unesco, distribuído pelo Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica-IBICT]. Prepararam-se duas Planilhas: uma de entrada de dados completa

e para uso interno dos documentalistas, e a segunda de saída com campos restritos para visualização dos pesquisadores. Esta segunda planilha é mostrada a seguir<sup>xxxi</sup>

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro *Projeto FotoMemória*

### TELA DE INFORMAÇÕES

1 of 7

TITULO: L. R. Freitas – Terr. para o Hipp. do J. Club.  
AUTOR: MALTA, Augusto  
DATA: 21/12/1921  
LOCAL: Jardim Botânico-Rio de Janeiro  
NOTAÇÃO: NV897

DESCRIÇÃO: Area da Lagoa Rodrigo de Freitas a ser aterrada para a construção do Hipodromo do Joquei Clube. Em primeiro plano trilho de transporte de material e um homem; ao fundo, operarios trabalhando.

DESCRIÇÃO FISICA: 1 negativo: vidro; p&b; 18 x 24 cm

FUNDO/COLEÇÃO: Prefeitura do Distrito Federal/RJ-Colecao Fotografica (1903-1958)

REPRODUÇÃO: Negativo de 2ª geracao 6 x 9 cm; contato e reproducao 18x24cm

MFM:000001

↑ -Cim. ↓ -Bai. PgUp-Ant. PgDn-Prox. Home-Prim. End-Ult. Esc-Sai I – Imagens

Tanto para o modelo descritivo usado no Catálogo como para esta planilha preparada para inserção dos dados no MicroIsis estão sendo utilizados critérios de cunho biblioteconômico. Estes modelos permitem perceber uma solução que estaria ligada a descrição do documento e desconectada de um arranjo.

## ARQUIVO NACIONAL

O Arquivo Nacional<sup>xxxii</sup>, criado em 1838, como uma instituição pública, é integrante da estrutura da Casa Civil da Presidência da República, com a finalidade implementar a Política Nacional de Arquivos, por meio da gestão, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do Poder Executivo Federal, garantindo o acesso à informação com o objetivo de subsidiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e a produção do conhecimento científico e cultural.

Com o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, órgão vinculado ao Arquivo Nacional, a partir de 1994, têm-se a definição das normas gerais e o estabelecimento das diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

Para a execução de suas atividades e como unidade gestora, o Arquivo Nacional, conta em sua estrutura organizacional com uma Diretoria-Geral, Coordenações-Gerais, Coordenações, dentre as quais:

- Coordenação de Gestão de Documentos - com a competência de prestar orientação técnica a órgãos e entidades da Administração Pública Federal quanto à implantação de programas de gestão, analisar códigos de classificação, tabelas de temporalidade e destinação de documentos.
- Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo - a quem compete supervisionar e executar as atividades de tratamento técnico e preservação dos documentos tendo sob sua responsabilidade as coordenações de Documentos Escritos e de Documentos Audiovisuais e Cartográficos.

Aqui a fragmentação dos materiais (talvez ocasionado pelo suporte) é refletida na separação dessas coordenações, pode-se perceber que existe uma desvinculação do

documento audiovisual (fotografias) da documentação escrita.

Na questão do processamento técnico e preservação do acervo documental, o Arquivo Nacional, desenvolve um programa de conservação preventivo dos acervos, que se estende desde de técnicas e metodologias relativas ao meio físico e relacionadas ao resguardo dos suportes e que incluem microfilmagem, digitalização, reprodução fotográfica, encadernação e restauração e, o preparo dos materiais com vistas a exposições envolvendo também a produção de papéis e embalagens especiais adequadas ao acondicionamento de documentos textuais e não-textuais.

Do seu acervo constam: documentos textuais (55km); mapas e plantas (55000); discos (6000); filmes (49000) e fitas vídeomagnéticas (2900) e áudiomagnéticas e, milhões de fotografias provenientes de órgãos públicos e privados.

Sob a Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo com a competência de supervisionar e executar as atividades de tratamento técnico e preservação dos documentos escritos, documentos audiovisuais e cartográficos, encontra-se a subcoordenação de Iconografia. Nesse setor os documentos são provenientes de órgãos e entidades do Poder Público, bem como de instituições privadas e de particulares, abrangendo desde o século XVI aos dias atuais, e consta um acervo de 1.900.000 fotografias.

A embalagem e a guarda do acervo está condicionada ao tamanho e as condições físicas do documento, por exemplo para os de pequeno porte ou que estão em fase de deterioração colocam-se sobre cartões salto neutro seguidos de encapsulamento em jaquetas de poliéster, para então colocá-los em pastas suspensas e guardá-los dentro dos arquivos de aço; tratando-se de fotografias de maior porte usam-se as jaquetas de poliéster e a guarda em mapotecas.

Os negativos, são agrupados de cinco em cinco, colocados dentro de envelopes em forma de cruz, separados por papel salto neutro (psn), a seguir em folders de (psn),

colocados em pastas suspensas e guardados em arquivos de aço.

A localização, isto é, os Códigos de Identificação, tanto para as fotografias como para os negativos são aleatórios, não tendo relação com os fundos ou com as coleções. Eles são automaticamente criados pelo Grupo do Guia de Fundo do Arquivo Nacional, uma exceção para os documentos do Arquivo Nacional, cujo código é A N.

Quanto ao processamento técnico propriamente dito, o Arquivo Nacional<sup>xxxiii</sup>, em seu sistema de descrição arquivística está adotando a Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G), os princípios básicos do Código de Catalogação Anglo Americano - AACR2 e também normas nacional e internacional<sup>xxxiv</sup>.

Na planilha preparada pelo Arquivo Nacional, em conformidade com a ISAD(G), podemos observar que a Área de Contextualização não foi preenchida, pressupondo-se que neste caso, a proveniência foi ignorada ou não foi identificada (não teria havido uma pesquisa mais profunda) **VER ANEXO 1.**

## MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS

O Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST foi criado 1985 como uma unidade de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Atualmente, é um dos institutos de pesquisa do Ministério da Ciência e da Tecnologia.

O acervo museológico do MAST reúne objetos que, acompanharam a trajetória do Observatório Nacional – ON, desde a sua fundação deste em 1827 até meados do século 20. São instrumentos técnicos e científicos, máquinas e motores, utilizados em pesquisas e serviços astronômicos e que permitem compreender parte da evolução do conhecimento científico e tecnológico no Brasil e no exterior. Esse acervo é considerado atualmente como um dos mais importantes do mundo no que se refere a instrumentos científicos, e o MAST<sup>xxxv</sup> tem realizado ações reconhecidas internacionalmente, no sentido da preservação (catalogação, pesquisa, conservação e divulgação) de suas coleções.

Além disso, o acervo de documentos em papel constitui fonte de referência essencial para a compreensão do surgimento e da institucionalização da ciência no Brasil, permitindo formular e subsidiar políticas nacionais com base na história e nas práticas nacionais. O Museu de Astronomia tem localizado, obtido por doação, pesquisado, organizado e divulgado acervos, particulares e institucionais que são a base de estudo - por se tratar de documentação primária - para se compreender a atuação científica brasileira no panorama internacional.

O Museu tem procurado estudar os métodos e as técnicas para a preservação de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, reunindo a atividade técnica com uma reflexão sobre essa prática.

O MAST, na atualidade, constitui-se em um museu de ciências no conceito moderno,

reunindo a pesquisa científico-documental, a guarda de um patrimônio de relevância nacional e o desenvolvimento de ações no âmbito da socialização do conhecimento.

A estrutura desse Museu comporta uma Direção, uma coordenação administrativa e quatro coordenações técnicas (Museologia; Informação e Documentação; Pesquisa e Educação), segundo suas áreas de atuação.

A Coordenação<sup>xxxvi</sup> de Informação e Documentação mantém o Arquivo de História da Ciência, especializado nas áreas de ciências físicas e da natureza; o Laboratório de Conservação e Restauração de documentos em suporte de papel e, a Biblioteca. Essa Coordenação também é responsável pela manutenção do arquivo corrente do MAST e pela montagem e gerenciamento da rede de computadores da instituição. Faz parte das atividades dessa coordenação o desenvolvimento de atividades de pesquisa voltadas para a história da ciência e para a reflexão sobre a prática de preservação de documentos em história da ciência.

O Serviço de Arquivo de História da Ciência se dedica à preservação da memória científica brasileira, através da aquisição, organização, preservação e disseminação de arquivos científicos. Do seu acervo constam fundos institucionais e pessoais de cientistas que tiveram importante participação na consolidação da ciência brasileira. Os documentos se encontram em diferentes suportes, caracterizados como textuais, iconográficos, sonoros, impressos e tridimensionais.

Na preparação de inventários dos fundos e coleções pessoais dos cientistas, como por exemplo o de Alexandre Giroto<sup>xxxvii</sup> (AG), os documentos textuais estão organizados em série dentro das quais, os documentos estão agrupados em dossiês, dispostos cronologicamente pela data do primeiro documento. Em relação aos documentos iconográficos, na sua maioria constituídos de fotografias, estão divididos em dossiês e organizados cronologicamente pela data da primeira foto.

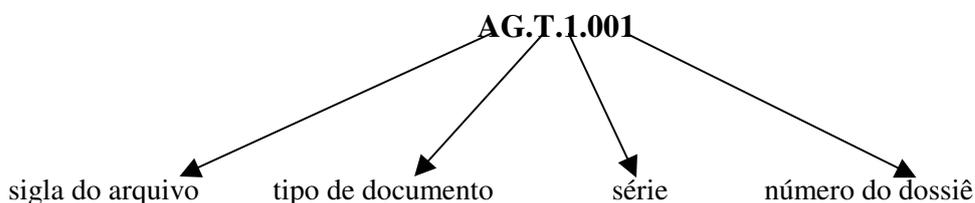
Aqui também nessa separação dos materiais (talvez ligado ao suporte) percebe-se a

desvinculação do material iconográfico (fotografias) da documentação textual.

O Código do dossiê é composto pela sigla do arquivo, seguido de uma letra representativa do tipo de documento, do número da série e do número do dossiê.

Tipos de documentos: textual (**T**); fotografia (**F**); impresso (**I**); tridimensional (**Tr**).

Exemplo de Código de dossiê como o usado no Fundo Alexandre Giroto:



Na descrição dos dossiês, os dados colocados após a descrição, dos documentos / legenda são: o local (ais); o período abrangido pelos documentos; a quantidade de documentos; o número de folhas do dossiê e, informações complementares.

Exemplo de descrição:

### **Serie Pessoal**

#### **AG.T.1. 00141**

Documentos diversos, destacando nomeação de Alexandre Giroto como segundo tenente do exército para servir na 1ª Região Militar, contratação de serviços técnicos e solicitação de vantagens de periculosidade. – Rio de Janeiro, de 25 de jun. 1928 a 10 mar. 1980. 8d, 13 f.

### **Fotografia**

#### **AG.F.0001**

Protesto de estudantes da Escola Politécnica contra a saída de deputados e senadores opositores. – Rio de Janeiro, 1920. 2 fotos: p & b; 17,2x1,7cm.

Pode-se perceber que apesar do dossiê ser identificado por um código gerado pelo nome do titular da coletânea, isso não reflete um arranjo baseado nas atividades de seu titular, principalmente no Dossiê Fotografia e, além disso, o modelo descritivo do ‘verbete’ segue o critério biblioteconômico.

#### A Base de dados do Arquivo de História da Ciência

No texto do Guia de Fundos<sup>xxvi</sup> há a indicação sobre a base de dados e como consultá-la. Consideram o dossiê como a unidade mínima na organização dos fundos. A base permite uma busca através do fundo, assunto e ano onde estão disponíveis para consulta os documentos textuais, iconográficos e de processos e está sendo permanentemente atualizada.

Pressupõe-se nessa proposta informatizada, que a organicidade e o contexto de produção do material, poderá ser recuperado através do cruzamento de informações, entretanto Lopez<sup>10</sup> afirma que “a eficácia de sistemas informatizados para a classificação documental é bastante discutível quando não consideram a organização do acervo mediante um quadro de classificação, prévio, responsável pela contextualização”, (p. 233).

A seguir modelos de Planilhas para fotografia e documentos usados no MAST:

**PLANILHA PARA FOTOGRAFIAS**

MUSEU DE  
ASTRONOMIA  
Ciências Afins

PLANILHA DE-----

013 Class:----- 017 Ano:-----

14 Reg (%):-----

018 Localização-----

030 Autoria /Responsabilidade (%)-----

031 Título-----

032 Data -----

035 Descrição física (quantidade, descrição genérica, cromia, dimensões)

160 Gênero: (%)-----

162 Estado de Conservação:-----

163 Fundo, Coleção: -----

089 Notas: -----

-----

DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO:

209 Lugar geográfico (%) -----

210 Assuntos (%)-----

964 Arq. imagem-----

212 Descrição do conteúdo:-----

012 Data de entrada -----300 Documentalista -----

ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA - Rua General Bruce, 586 -São Cristóvão -RJ

CEP 20921-030 Telefone: 2580-7010

Telefax: (021) 2580-4531 Fax: (021) 2580-7339

## PLANILHA PARA DOCUMENTOS

### CT BRASIL

Ministério da Ciência e Tecnologia

### PLANILHA DE DOSSIÊ

Código de referência:-----Fundo/Coleção:-----

Série:-----Sub-série:-----

Descrição do dossiê: ..-----

Local de produção dos documentos: (%)-----

Datas-limite:-----

Número de documentos:----- Número de folhas:-----

Ano: (%)-----

### CONDIÇÃO DE ACESSO E DE USO

Idioma: (%)-----

Instrumentos de pesquisa:-----

### FONTES RELACIONADAS

Existência de cópias-----

**NOTAS**-----

ASSUNTOS(%)-----

**Data** de entrada:----- Arquivista:-----

**ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIENCIA**  
Rua General Broce, 586 -São Cristóvão -RJ  
CEP 20921-030 Telefone.580-7010  
Telefax: (021) 580-4531 Fax' (021) 580-7339

O modelo de descrição para indexação e recuperação virtual usado no Museu de Astronomia, é totalmente desvinculado da documentação escrita e, utilizam-se critérios biblioteconômicos.

Na Planilha, para Fotografias, mostrada na página anterior pode-se observar que:

- o uso de um Campo Autoria/Responsabilidade (030), não garante a titularidade arquivística da documentação;
- um Campo para Título (031), é uma característica da descrição bibliográfica, determinada no Código de Catalogação Anglo-Americano;
- e mesmo um Campo para Fundo, Coleção (163), não garante sua inserção no contexto de produção arquivística, tratando-se de uma utilização secundária do documento.

Como afirma Lopez<sup>10</sup> “os eventuais campos destinados “a indicação de fundo [...] referem-se a unidades documentais, partindo do específico para o genérico, invertendo as diretrizes da descrição arquivística”, ( p. 237).

As duas instituições arquivísticas apresentadas, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro- AGCRJ e, o Arquivo Nacional –A N, têm em comum, serem órgãos depositários da produção documental dos poderes executivo municipal e federal, sendo que o Arquivo Nacional também é responsável pelos documentos provenientes dos poderes legislativo e judiciário.

A particularidade estaria não só relacionada ao perfil dos acervos, ao volume de registros fotográficos - no Arquivo Nacional é de 1 900 000 contra aproximadamente 50 000 do Arquivo da Cidade – mas também na missão das instituições.

O Arquivo Geral da Cidade compete não somente a gestão e a preservação da documentação de valor permanente no âmbito da Prefeitura mas registrar, de diversas formas, as manifestações culturais, políticas e sociais, oficiais e não-oficiais realizadas na cidade que sejam relevantes para a memória e história municipais.

Por sua vez, o Arquivo Nacional transformou-se em um provedor de informação e um pólo difusor de conhecimento para o público e para o Estado.

Outra diferença pode ser observada quanto à organização das atividades internas dessas instituições, por exemplo no AGCRJ, possui serviços como Divisão de Documentação Escrita (que trata da documentação textual, manuscrita e impressa) e, Divisão de Documentação Especial (que se ocupa de três tipos distintos de acervos: o iconográfico [fotografias], o cartográfico [plantas-baixas, mapas e cartas geográficas) e, o audiovisual (formado por fitas, vídeos, slides, filmes, discos, CD's, Cd-Roms).

Na estrutura do Arquivo Nacional, têm-se a Coordenação de Documentos Escritos (textuais) Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (guarda e catalogação de documentos cartográficos, iconográficos (imagens fixas como as fotografias) e, sonoros e imagens em movimento, mostrando a diferença de compreensão do que seja 'audiovisual' em ambas as instituições.

Outro diferencial refere-se ao tratamento técnico, o Arquivo Geral da Cidade, além de separar o seu acervo fotográfico do documental, aplica a esse material os padrões da biblioteconomia.

Já o Arquivo Nacional, tem procurado normalizar seus trabalhos com a aplicação da norma ISAD(G) com relação à documentação textual, entretanto para o material não-textual, o sistema de descrição baseia-se numa combinação de padrões internacionais, nos princípios do AACR2 e normas ISO e ABNT.

A terceira instituição apresentada, o Museu de Astronomia – MAST, distingue-se das demais instituições, por possuir e gerir um acervo proveniente de instituições científicas e dos cientistas, ou seja, ele é um referencial para a compreensão do surgimento e da institucionalização da ciência no Brasil. Constitui-se também, o MAST em um laboratório de educação em ciências e difusor do conhecimento científico à nível de Brasil. O MAST está iniciando a implantação das atividades arquivísticas padronizadas com o emprego da Norma ISAD(G), para a descrição da documentação textual de suas coleções, somente à nível de fundo, entretanto para a documentação não-textual (como as fotografias), essa instituição de pesquisa ainda aplica os padrões baseados na biblioteconomia.

## **II. 5 - Uma proposta de organização (arranjo/classificação) para o Arquivo Souza-Araújo**

Devemos nos deter nas principais funções da arquivística. Duas delas, estão intimamente associadas: a classificação – ou o arranjo como querem alguns - e a descrição.

Para a arquivista espanhola Antonia Heredia a classificação (arranjo) é talvez a mais fundamental das operações arquivísticas, em seu distintos níveis de aplicação. Não há como pensar em uma descrição correta e eficiente, sem uma classificação (arranjo) compreendida como a sequência de operações (intelectuais e mecânicas), que de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora visam a distribuir os documentos de um arquivo. E o que é a descrição? Para os autores do Dicionário de Terminologia Arquivística do Núcleo Regional de São Paulo da Associação dos Arquivistas Brasileiros, é o “conjunto de procedimentos que a partir de elementos formais e do conteúdo permitem a identificação dos documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa”, (p. 23). Por outro lado, o Dicionário espanhol define a descrição como a fase do tratamento arquivístico destinada à elaboração de instrumentos de pesquisa para facilitar o conhecimento e a consulta dos fundos documentais e das coleções dos arquivos. Para os autores do manual do National Archives a descrição arquivística é o processo de estabelecer um controle intelectual sobre os documentos por meio da preparação de instrumentos de pesquisa.

No Brasil temos alguns trabalhos clássicos. Maria Amélia Porto Miguéis elaborou na década de 1970 o “*Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia*” (1976). Na década seguinte o livro de Heloísa Bellotto: “Arquivos permanentes: tratamento documental (2004), especialmente os capítulos *O sentido da descrição documental e O processo da descrição: instrumentos de pesquisa*, passou a

ser referência para os profissionais e estudantes de graduação e especialização na área de arquivos. Mais recentemente, em 2002, André Ancona Lopez faz uma atualização e balanço do tema, publicando o manual *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa* (2003).

Contudo, há uma outra dimensão da produção científica da área e do exercício das práticas arquivísticas nas instituições, que nos revelam ainda uma extensa faixa de “inexistência de consensos” terminológicos, conceituais e metodológicos. Não obstante os avanços alcançados na última década, transitamos ainda nesta faixa marcada sobretudo pela presença de determinadas influências. Ou porque não falarmos em “tradições” ou “escolas” forjadas em ambientes institucionais? Na comunidade arquivística que se constituiu em São Paulo, sobretudo a partir da década de 1980, é nítida a influência da ‘escola espanhola’. No Rio de Janeiro, de forma particular em instituições como o Arquivo Nacional e a Fundação Getúlio Vargas, a influência do norte-americano T. Schellenberg é facilmente notada, assim como, determinadas concepções da tradição arquivística francesa marcadamente vinculada ao tratamento dos arquivos históricos ou permanentes.

Fazemos aqui apenas algumas observações, que merecem ainda estudos e pesquisas na perspectiva de uma história dos Arquivos e da Arquivística no Brasil. No entanto, fazemos estes comentários na medida em que percebemos a necessidade de reflexões metodológicas que resgatem o verdadeiro sentido da gênese e do tratamento dos arquivos. E neste sentido, a palavra ‘resgate’ pressupõe a recuperação da teoria e da prática arquivística associadas, em detrimento das soluções “empiricistas” que ainda persistem.

Desta forma, oferecemos alguns exemplos de tratamento descritivo em arquivos que podem ser analisados sob esta perspectiva.

Dentre outras metodologias desenvolvidas e aplicadas podemos destacar a realizada por Zeviani et al.<sup>30</sup> na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná, entre 2002 e

2003. Essa aplicação foi resultado do projeto de pesquisa histórica integrante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

O artigo *Banco de dados de fotografias sobre a imigração alemã*, é apresentado pelos autores como o resultado desse projeto, tendo sido baseado no “álbum de fotos sobre a imigração alemã do início do século XX como fonte para a pesquisa histórica”. Nesse projeto são discutidas as imagens do início da chegada de imigrantes alemães as terras brasileiras, destacando aspectos do trabalho desse povo. Zeviani et al., ( p. 1)

Os autores utilizaram como fonte básica para desenvolver o projeto, fotografias remanescentes de um álbum de fotografias de família e, sistematizaram-nas em um aplicativo desenvolvido no software *Microsoft Access* e empregando uma metodologia referenciada em uma proposta da iconologia<sup>xxxix</sup>.

Esse estudo objetiva através da análise fotográfica, discutir não só as fontes históricas como criar um instrumento que possibilite ao pesquisador um contato direto com essa fonte histórica. Para os autores “ao invés de estar simplesmente em contato com discussões sobre os objetos de estudo que estão distantes, a disponibilização da fonte aperfeiçoa as discussões, pois coloca o pesquisador em contato direto com a matéria prima da operação historiográfica”. Zeviani et al., (Ibidem, p. 3).

Foram trabalhadas nesse desenvolvimento 23 fotografias de um álbum familiar inédito para os quais foram propostos métodos de observação e possibilidades de sistematização de informações desses documentos.

Além de disponibilizarem as fotografias para o estudo dos pesquisadores na área de imigração, os autores se preocuparam em também estudar a forma de trazer tais imagens a público de uma forma organizada, sistematizando as informações nelas contidas para serem utilizadas como fonte histórica. Para montagem do Banco de dados, Zeviani et al<sup>30</sup> fizeram a seleção das informações baseados no método proposto por Erwin Panofsky<sup>xxxviii</sup>.

Erwin Panofsky<sup>xxxix</sup>, historiador da arte norte-americano, apresenta uma proposta de diferenciação entre “iconografia e iconologia”. Para esse autor *iconografia* (grifo nosso) é a “descrição e classificação das imagens em um paralelo com a etnografia que é a descrição das raças humanas”, (p. 53). Ambos os termos carregam o sufixo “grafia” do grego *graphein*, escrever, que implica um método de proceder puramente descritivo; é um estudo limitado que nos informa quando e onde temas específicos foram visualizados, por quais motivos específicos (por exemplo: diz-nos quando e onde Cristo crucificado usava uma tanga ou uma veste comprida).

Segundo Panofsky, nesse trabalho subsidiário, a iconografia auxilia no estabelecimento de datas, origens, autenticidade e das bases necessárias para quaisquer interpretações ulteriores, (Ibidem, p. 53). Entretanto, continua esse autor, iconografia não tenta elaborar a interpretação sozinha, ou seja, a iconografia considera apenas uma parte de todos os elementos que constituem o conteúdo intrínseco de uma obra de arte e que precisam ser explicitados, caso se deseje que a percepção desse conteúdo venha a ser articulada e comunicável, (Ibidem, p.53-4).

Panofsky, diante da restrição norte-americana ao uso da palavra “iconografia”, propõe reviver o termo “iconologia”. Considerando que o sufixo “grafia” denota algo descritivo, assim também o sufixo “logia” – derivado de *logos* e significando pensamento, razão – denota algo interpretativo. Concebe assim, Panofsky, a “iconologia” como uma iconografia que se torna interpretativa, convertendo-se em parte integral do estudo da arte e não apenas limitada ao papel de exame estatístico preliminar. Iconologia seria, portanto, um método de interpretação que advém da síntese mais do que da análise. Para esse autor, assim como a exata identificação dos motivos é o requisito básico de uma correta análise iconográfica, também a exata análise das imagens, estórias e alegorias é o requisito essencial para uma correta interpretação iconológica, (Ibidem, p.54).

Erwin Panofsky examina uma obra de arte a partir de três níveis de observação:

descrição pré-iconográfica, análise iconográfica e interpretação iconológica. Na descrição pré-iconográfica, os objetos e eventos podem ser identificados tendo por base nossa experiência prática, qualquer pessoa pode reconhecer a forma e os comportamentos dos seres humanos, animais, plantas, ou seja, nossa experiência prática seria suficiente e indispensável como material para a descrição pré-iconográfica, (Ibidem, p. 55).

A análise iconográfica, tratando das imagens, estórias e alegorias [...] pressupõe muito mais que familiaridade com objetos e fatos adquiridos pela experiência prática, pressupõe, isto sim, a familiaridade com temas específicos ou conceitos, tal como são transmitidos através de fontes literárias, quer obtidos por leitura deliberada ou tradição oral, (Ibidem, p 58).

A interpretação iconológica requer algo mais que a familiaridade com conceitos ou temas específicos transmitidos através de fontes literárias [...] Porém para captar esses princípios necessitamos de uma faculdade mental comparável à de um clínico nos seus diagnósticos, a “intuição sintética”, uma fonte de interpretação subjetiva e irracional, (Ibidem, p.62) .

Em resumo, podemos entender o método criado por Erwin Panofsky, para análise de obras visuais, pensando em três níveis<sup>xxxix</sup>:

- primário ou natural: descrição pré-iconográfica, onde o equipamento é a própria experiência prática obtida pela familiaridade com objetos e eventos, o conhecimento da forma;
- secundário ou convencional: análise iconográfica, cujo equipamento pressupõe o conhecimento de fontes referenciais, familiaridade com assuntos e conceitos específicos relacionadas com a idéia;
- intrínseco ou conteúdo: interpretação iconológica, cujo equipamento requer uma intuição sintética, pressupõe familiaridade com tendências essenciais da mente humana e, a visão de um mundo pessoal.

Nessa proposta descritiva de Zeviani et al.<sup>30</sup>, para a confecção do *Banco de dados de fotografias sobre a imigração alemã*, podemos observar que a planilha desenvolvida para esse aplicativo foi dividida em quatro campos: o conteúdo da produção; a descrição física; a análise pré-iconográfica e a análise iconográfica. **Modelo** a seguir.

# Descrição dos documentos fotográficos

ficha fotográfica nº 1

## 1. Produção arquivística

**coleção:** Família Hengstmann

**origem:**

**motivo:** registro de Santo Anastácio

**informação técnica:**

## 2. Descrição física

**designação genérica:** fotografia

**quantidade:** 1

**suporte:** papel emulsionado

**dimensões:** 14,0 x 8,8 cm

**cromia:** preto e branco

**conservação:** Papel em bom estado de conservação, porém com bordas bem desgastadas.

**conserv. conteúdo:** Intacto e com boa resolução.

**informação de verso:** Linhas impressas no formato de cartão postal.

## 3. Análise pré-iconográfica

**descrição do conteúdo:**

árvores ao fundo/ campo desmatado/ casa de pau a pique/ telhado de ripas/ um galho em primeiro plano saindo da direção do fotógrafo/ algumas ripas no chão amontoadas e outras encostadas na parede da casa/ duas mulheres / a moça da esquerda está de vestido e de avental/ Um menino vestido com camisa listrada, calça e chapéu/ uma menina na idade aproximada do menino / uma garotinha entre as duas mulheres mais velhas que veste uma camiseta e um vestidinho sem manga/ um bebê com um macacão e babador no colo da mulher mais velha.

**descritores:** árvore

**histórico -**

**data:** década de 1920

bebê

casa

**local:** Santo Anastácio (SP)

criança

mulher

**evento:** estabelecimento de imigrantes alemães no Brasil

## 4. Análise iconográfica

**tipo:** ênfase na(s) pessoa(s), abordando o meio ambiente

**temas:**

**notas:**

agricultura

campo

família

habitação

imigração

infância

trabalho

**bibliografia:**

ALBERSHEIM, Úrsula. Uma comunidade teuto-brasileira. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1962.

ALVIN, Zuleika. Imigrantes: a vida dos pobres do campo. In.: República: da Belle Epoque à Era do Rádio. Coleção: A História da Vida Privada no Brasil v.3; São Paulo: Companhia Das Letras, 1998, p.215-287.

CEM anos de Germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924. Trad. Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo, s.n.t.

LERMEN, Gisela Anna Büttner. Processos de adaptação e de construção de identidades: ensaio de análise de cartas duma família imigrante alemã, escritas de 1883 a 1938. Revista História UNISINOS, vol. 6, nº 5, 2002.

NADALIN, Sérgio Odilon. Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

WANKE, Eno Teodoro. A saga dos imigrantes. s.n.t.

Nesse estudo prospectivo, seus autores conjugaram informações obtidas sobre a gênese do titular da coleção e os dados relativos a descrição física do material fotográfico ao qual aplicaram uma descrição pré-iconográfica (forma) seguida de uma análise iconográfica (conceitos) e, complementaram com uma bibliografia.

Para Zeviani et al<sup>30</sup>, o Banco de dados, resultado prático dessa atividade tem uma flexibilidade que facilita o transporte e a disponibilização dos dados para outros pesquisadores, como permite selecionar as imagens a serem consultadas com a utilização de “descritores” (originados da descrição pré-iconográfica) ou de temas (resultantes da análise iconográfica).

Buscando cumprir o objetivo proposto nessa dissertação, passaremos a apresentar a concepção de uma proposta metodológica para o tratamento dos documentos fotográficos do Arquivo Souza-Araújo, a partir de uma classificação (arranjo) que tenha por base o estudo de suas funções e atividades.

As atividades técnicas de arranjo e descrição dos arquivos pessoais realizadas no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, a partir da década de 1990, tiveram como base metodológica os procedimentos adotados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), e aplicados a documentação textual.

Na apresentação do *Inventário analítico do Arquivo Souza-Araújo*<sup>xl</sup>, tem-se a informação de que a documentação “recebeu arranjo preliminar e está dividida nas séries Produção Intelectual, Correspondência, Recortes de Jornais, Documentos Pessoais e Instituto Oswaldo Cruz”, (p.2).

Neste mesmo *Inventário* descreve-se o conteúdo documental, o que explicaria os argumentos que deram base ao modelo escolhido para a estruturação em séries deste arquivo:

- a Série Produção Intelectual, reúne artigos e outros trabalhos do titular e de outros autores, versando sobre leprologia, tisiologia, doenças venéreas [...] como históricos das pesquisas sobre hanseníase e das iniciativas de controle e tratamento da doença.
- a Série Correspondência reflete, as relações mantidas entre o titular e outros pesquisadores [...] ao intercâmbio de materiais experimentais e publicações, à organização de eventos, à criação e ao funcionamento das associações científicas e filantrópicas.
- a Série Instituto Oswaldo Cruz, reflete a trajetória de Heráclides César de Souza-Araújo em suas atividades no IOC na distribuição da lepromina, leprolina e outros reagentes, e sua participação na organização de serviços de combate à hanseníase em países sul-americanos, (p. 2).

Parece-nos que neste arranjo adotado para a documentação textual, combinaram-se critérios funcionais e tipológicos. Entretanto, quanto às fotografias relativas a este Arquivo, que foram separadas da documentação textual e descontextualizadas, optou-se, como já visto anteriormente, por uma catalogação baseada no Código de Catalogação Anglo-Americano-AACR2. É possível, desta forma, observar um procedimento não recomendado, isto é, o arranjo ou classificação pautado em mais de um critério e as fotografias tratadas como um outro conjunto separado dos materiais textuais.

No sentido de estabelecer uma nova concepção no tratamento deste arquivo definimos alguns procedimentos. Como procedimento metodológico inicial realizamos um levantamento cuidadoso, do material textual e iconográfico, baseando-se no próprio *Inventário analítico* e na *Cronologia* do titular. **VER ANEXO 2.**

A respeito de um exame mais minucioso das documentações que compõem os materiais dos arquivos, Santos<sup>31</sup> afirma que:

“os arquivistas ao se debruçarem sobre os arquivos provenientes de doações de cientistas ou recolhidos junto a laboratórios de institutos de pesquisa, deparam-se com um universo de questões de dois níveis. Um primeiro nível, compreende questões gerais relacionadas

aos próprios princípios teóricos e conceituais da arquivística, como o *respeito aos fundos* [grifo nosso], através da identificação precisa da procedência dos documentos e do levantamento de informações sobre a história custodial do acervo, que sejam significativas para sua integridade e interpretação. Um segundo nível está vinculado a perguntas que devem levá-lo a conhecer de forma cumulativa essa atividade humana - a ciência - a instituição ou a pessoa que acumulou esse arquivo”, (p.111) .

O Fundo Souza-Araújo resultou da produção e acumulação de documentos gerados durante quarenta e nove anos de atividades profissionais do seu titular, no período de 1915-1962. Além da sua atuação como cientista, enquanto docente em universidades ou no Curso de Aplicação do IOC, sua participação em missões nacionais/internacionais, a maior parte de sua vida institucional foi dedicada ao Instituto Oswaldo Cruz, no qual organizou e chefiou um laboratório voltado para sua especialidade. Neste arquivo a totalidade dos documentos (aproximadamente 2600 documentos textuais e 900 fotografias) estão ligados com a vida institucional e poucos relacionados com sua vida pessoal.

A pesquisa biográfica e uma observação mais profunda deste conjunto documental, permitiram compreender como se deu a trajetória deste pesquisador em suas diversas funções e possibilitou a preparação do **Quadro 1** a seguir:

**QUADRO 1****Vida Profissional de Heráclides Cesar de Sousa-Araújo**

ANO	INSTITUIÇÃO	SETOR	CARGO/FUNÇÃO
1910	Externato Maurell, Rio de Janeiro, DF	História Natural	Professor
1914-16	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	-	Estagiário
1916-62	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	-	Pesquisador
1917-18	Governo do Estado do Paraná	Divisão de Profilaxia das Verminoses e da Malária	Comissionado/Chefe
1918-21	Ministério do Interior e Justiça	Comissão de Profilaxia Rural do Paraná	Comissionado/Chefe
1919-26	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	-	Assistente-adjunto (pesquisador)
1920	Ministério da Educação e Saúde	Departamento Nacional de Saúde Pública para o Combate à Peste nos Estados do Sul	Comissionado
1921-24	Ministério da Educação e Saúde	Departamento Nacional de Saúde Pública	Chefe do Serviço de Saneamento Rural do Estado do Pará
1924-26	Fundação Rockefeller	-	Bolsista
1924-27	Ministério da Justiça e Negócios Interiores	Comissão de Estudo da Lepra no Estrangeiro	Pesquisador
1925	Departamento de Saúde Pública, New York City, EUA	Laboratório	Estagiário

**QUADRO 1****Vida Profissional** de Heráclides Cesar de Sousa-Araújo cont.

ANO	INSTITUIÇÃO	SETOR	CARGO/FUNÇÃO
1925-26	Departamentos de Leprologia dos Estados Unidos da América, Hawaí, Filipinas, Índia	-	Estagiário
1926-31	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	-	Assistente efetivo (pesquisador)
1927-52	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Laboratório de Leprologia	Chefe de Laboratório
1928-31	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Curso de Leprologia	Coordenador de Curso
1928-56	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Curso de Aplicação do IOC	Professor
1931	Governo do Estado de São Paulo	Inspetoria de Profilaxia da Lepra	Chefe da Inspetoria
1931-33	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	-	Chefe de Laboratório
1931-52	Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene, Londres	-	Bolsista
1933	Ministério de Educação e Saúde Pública	Comissão de Profilaxia da Lepra (Região Norte)	Pesquisador
1934-39	Centro Internacional de Leprologia, Rio de Janeiro, DF	Serviço de Leprologia	Chefe de Serviço

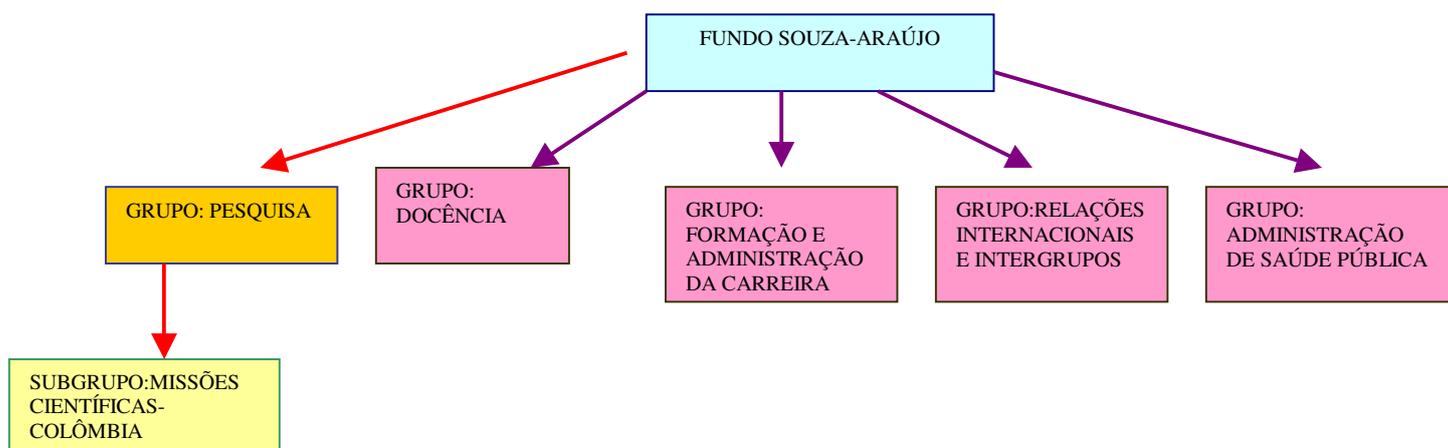
**QUADRO 1****Vida Profissional de Heráclides Cesar de Sousa-Araújo**

cont

ANO	INSTITUIÇÃO	SETOR	CARGO/FUNÇÃO
1936-38	Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, DF	Curso de Leprologia	Professor
1936-52	Universidade do Distrito Federal (a partir de 1939, absorvida pela Universidade do Brasil)	Faculdade de Ciências Médicas	Professor Catedrático
1939	Ministério da Educação e Saúde	Missão científica à Colômbia	Pesquisador
1941-56	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Memórias do IOC	Editor
1942	Departamento Nacional de Saúde	Curso de Leprologia	Professor
1945-1949	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Seção de Bacteriologia	Chefe de Seção
1950-52	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Divisão de Microbiologia e Imunologia do Instituto Oswaldo Cruz conjuntamente com a Chefia da Seção de Bacteriologia	Chefe de Divisão e de Seção
1953-56	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Seção de Bacteriologia do IOC	Chefe de Seção
1955-58	Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro, DF	Faculdade de Ciências Médicas (a partir de 1960, UEG, UERJ)	Professor

A partir deste primeiro levantamento, foi realizada uma tentativa de sistematização dos documentos que compõe este arquivo em um esforço de compreender as atividades exercidas pelo pesquisador e sua instituição. Ou seja, na correta concepção arquivística, “a classificação deve antes de tudo refletir a atividade do cientista, respeitando as unidades documentárias que representam as grandes categorias de documentos”, Santos<sup>31</sup>, (p.112). Assim, elaboramos o quadro abaixo que define o 1º nível de classificação (arranjo) dos documentos do arquivo com base nas principais funções desempenhadas pelo titular ao longo de sua vida profissional:

## QUADRO 2 - CLASSIFICAÇÃO DO FUNDO



Santos<sup>31</sup> afirma que com relação à produção dos cientistas e a localização física de seus arquivos, os documentos encontrados expressam um conjunto de funções e atividades que podem ser identificadas e descritas como:

“atividades de pesquisas associadas ou não ao desenvolvimento de tecnologia, em ambientes institucionais, como universidades e institutos de pesquisa. Seu *locus* é de forma especial o laboratório onde atuam pesquisadores e/ou grupos de pesquisa com objetos/temas de pesquisa definidos. Aqui incluem-se as atividades de comunicação e disseminação dos resultados, como a publicação de artigos, conferências e comunicações em congressos”, (p.121).

A investigação e estudos minuciosos e sistemáticos, com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento, é a missão essencial dos órgãos/organizações dedicados à pesquisa. No Brasil, estes órgãos/organizações estariam abrigados no setor público, onde uma parcela considerável dos institutos e centros de pesquisas, vinculados ou não às universidades, respondem por grande parte da pesquisa científica feita no país, sem mencionar as sociedades científicas, indústrias e empresas, (Ibidem, p. 117).

É imprescindível conhecer-se como se estruturam estes órgãos/organizações, pois permitirá, posteriormente e com acuidade a tarefa de classificação de seus papéis. Nas universidades e institutos de pesquisa do país, vigora uma estrutura em três níveis:

1º- institutos ou faculdades (nas universidades) e centros ou institutos de pesquisa (fora da universidade);

2º- Departamentos;

3º- Laboratórios (Ibidem, p.118).

É nesta estrutura organizacional que se insere a Fundação Oswaldo Cruz com seus centros e institutos, dedicados à investigação e ao ensino no campo das ciências biomédicas, biológicas, da saúde pública e da pesquisa clínica.

O Instituto Oswaldo Cruz<sup>xii</sup> (IOC), a mais antiga unidade da Fundação Oswaldo Cruz, e a que lhe deu origem foi criado em maio de 1900, como ‘Instituto Soroterápico

Federal', teve desde o início, a sua vocação voltada para a pesquisa biomédica como base para a solução dos vários problemas de saúde pública que isolavam o nosso país (a ameaça da febre amarela e da varíola, que grassavam no Rio de Janeiro e em várias cidades portuárias brasileiras, impedindo o comércio com o exterior e até mesmo o desembarque de estrangeiros no Brasil), por serem os portos brasileiros considerados insalubres.

As descobertas e os inúmeros trabalhos desenvolvidos na instituição levaram o Brasil, a ser contemplado com o primeiro lugar na Exposição Internacional de Higiene, realizada em Berlim, em 1907 e, induziram o Congresso Nacional a homenagear Oswaldo Cruz, dando o seu nome ao Instituto.

Hoje, o Instituto Oswaldo Cruz é representado por dezesseis departamentos e sessenta laboratórios de pesquisa, doze centros de referência e quatro coleções institucionais, com mais de 350 pesquisadores, na sua maioria com doutorado; um Departamento de Ensino com mais de 600 alunos em nível de pós-graduação - (mestrado e doutorado), aperfeiçoamento, especialização, iniciação e vocação científica - e uma importante revista para publicação de pesquisas biomédicas da América Latina: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, criada em 1909. O Curso de Aplicação de Manguinhos, também criado em 1909, pode ser considerado como a primeira pós-graduação formal desenvolvida no Brasil.

Com relação aos diversos laboratórios, destacamos o Laboratório de Hanseníase, por sua vinculação como o objeto de estudo desta dissertação.

Os estudos sobre hanseníase no IOC datam do início do século, por influência de Adolpho Lutz, que propusera o novo gênero *Coccothrix* para o *Mycobacterium leprae*, descoberto por Hansen em 1874. Heráclides Cezar de Souza Araujo, foi o mais persistente dos seus pesquisadores, tentando durante mais de quarenta anos, cultivar em meio artificial e em inoculação em animais o bacilo da lepra.

O Laboratório originou-se do antigo Instituto de Leprologia, que durante muitos anos

funcionou como Centro de Referência Nacional e Internacional para Lepra e, em 1975, foi transferido para o campus de Manguinhos. Em 1976 o Instituto de Leprologia perde sua autonomia, sendo transformado em Setor de Hanseníase do Departamento de Bacteriologia e, em 1985, é transferido para o Departamento de Medicina Tropical, ambos no Instituto Oswaldo Cruz (IOC).

A partir de 1987, o então denominado Setor de Hanseníase, que posteriormente passaria a ser classificado, como Laboratório, iniciou um processo profundo de reestruturação e formação de recursos humanos. As metas foram estabelecidas, assim como as estratégias que permitissem alcançá-las.

O Laboratório de Hanseníase, atualmente é Centro de Referência, credenciado pelo Ministério da Saúde, e desenvolve atividades de pesquisa, ensino e assistenciais. As pesquisas são realizadas nas áreas clínica, epidemiológica, imunológica, imunopatológica, bioquímica e biologia molecular com a infecção hansênica e outras micobactérias.

Os pesquisadores e técnicos do Laboratório realizam assessorias técnicas para o Ministério da Saúde e secretarias de estados e municípios em todo o país, organizando e ministrando cursos de atualização e reciclagem para os profissionais da saúde de níveis médio e superior que atuam na rede assistencial nos programas de controle e eliminação da hanseníase. Participam na elaboração de manuais, guias oficiais sobre normas de tratamento e controle de infecção hansênica e fazem parte do Comitê Técnico Científico de Assessoramento à Área Técnica de Hanseníase da Secretaria de Políticas de Saúde.

Com base nos argumentos acima e conforme uma primeira tentativa de arranjo já exposta no “Quadro 2 - Classificação do fundo”, podemos afirmar que o **Grupo Pesquisa** (grifo nosso) teve esta nomeação por refletir o perfil da instituição em que está inserido o titular deste arquivo, ou seja o material gerado e acumulado pelo pesquisador durante sua atuação no então Instituto Oswaldo Cruz, podendo ser compreendido mais detalhadamente, ao se observar o **Quadro 3** a seguir:

### QUADRO 3

#### Grupo Pesquisa

*Estudos relacionados com o estudo da lepra, o isolamento do bacilo da lepra, cultura e isolamento do Mycobacterium leprae (Coccothrix leprae), o tratamento eclético da lepra, a profilaxia da lepra, o tratamento chaulmoogrico da lepra, sobre o granuloma venéreo, malária, doenças de Chagas, ancilostomose, sífilis,*

ANO	INSTITUIÇÃO	SETOR	CARGO/FUNÇÃO
1916-62	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	-	Pesquisador
1919-26	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	-	Pesquisador (Assistente-adjunto)
1924-27	Ministério da Justiça e Negócios Interiores	Comissão de Estudo da Lepra no Estrangeiro	Pesquisador
1926-52	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Laboratório de Leprologia	Pesquisador e Chefe de Laboratório
1939	Ministério da Educação e Saúde	Missão científica à Colombia	Pesquisador
1945-56	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Divisão de Microbiologia e Imunologia do Instituto Oswaldo Cruz conjuntamente com a Chefia da Seção de Bacteriologia	Pesquisador e Chefe de Divisão e de Seção

Entretanto o Grupo Pesquisa que corresponde a uma função mais ampla do pesquisador, pode ser ainda subdividido em um subgrupo, conforme o “Quadro 2 - Classificação do fundo”, ao qual intitulamos de **Subgrupo Missões**, a seguir, que mostra as ações e produção documental consequente:

## QUADRO 4

**Fundo : Souza- Araújo**

**Grupo: Pesquisa**

**Subgrupo: Missões Científicas/ Colômbia**

<b>Atividades</b>	<b>Documentos (Séries)</b>	<b>Dossiês</b>	<b>Autoria (do titular, outros)</b>	<b>Data</b>
Intercâmbio com outros cientistas	Conferências	La lucha antileprosa en el Brasil. Faculdade Nacional de Medicina de Bogotá, Colombia	Heráclides César de Souza- Araújo	Fevereiro 1939
		O tratamento eclético da lepra. Casa Médica, Lazareto Água de Dios, Colômbia	Idem	Março 1939
		Preventórios antileprosos. Instituto Lleras Acosta. Sociedad de Prevention Infantil de Bogotá, Colômbia	Idem	Março 1939
		La lucha antileprosa em Sud América. Colégio Nacional da Universidade Nacional do Litoral. Sociedad Médica de Santa Fé. Santa Fé de Bogotá, Colômbia	Idem	Mai 1939
Prestação de contas de atividades realizadas	Relatórios	Relatório de uma viagem de estudos ao redor da América do Sul. Observações médico-sanitárias.	Idem	Março 1941

## QUADRO 4

Fundo Souza- Araújo, Grupo Pesquisa, Subgrupo: Missões Científicas/ Colômbia

continuação

Atividades	Documentos (Séries)	Dossiês	Autoria	Data
Divulgação de observações e resultados de viagens	Artigos	La Lepra en Colombia. Encuestas Epidemiologicas. Lazareto de Caño de Loro. In: Heráclides César de Souza-Araújo. <i>Trabalhos sobre lepra</i> , 1937-1944.	Tomás Morales Muñoz; Mario Bernal Londoño; H. C. Souza-Araújo	1945
		Encuestas Epidemiologicas.. sobre los niños considerados sanos en el Lazareto de Água de dios	Mario Bernal Londoño; H. C. Souza-Araújo Manuel Medina	1939
		Sedimentación globular en la lepra	H. C. Souza-Araújo	1939
		Os preventórios anti-leprosos da Colômbia. In: <i>Trabalhos sobre lepra</i> , 1937-1944.	H. C. Souza-Araújo	1945
		O ensino médico na Colômbia	Idem	1941
		La protección infantil en la profilaxis de la lepra	R. C. Tobar	1939
Registro & situação dos serviços saúde pública	Fotografias	Lazareto Caño de Loro (63); Lazareto Agua de Dios (30)	H. C. Souza-Araújo	1939

**QUADRO 4****Fundo Souza- Araújo, Grupo: Pesquisa, Subgrupo: Missões Científicas/ Colômbia** continuação

<b>Atividades</b>	<b>Documentos (Séries)</b>	<b>Dossiês</b>	<b>Autoria (do titular, outros)</b>	<b>Data</b>
Atendimento registro clínico dos procedimentos de atendimento	Exames (laudos, prontuários etc)	-	-	-
Divulgação da situação dos serviços de saúde pública	Publicações	Álbum das organizações antileprosas dalguns países sul-americanos (fotografias de 1939 a 1945)	Heráclides César de Souza- Araújo	1948
Divulgação de resultados de pesquisa		Trabalhos sobre Lepra, 1937-1944	Idem	1945

A partir dos quadros anteriores e seus desdobramentos, podemos observar que a classificação (arranjo) deste Fundo fundamentada nas atividades e funções do seu titular poderá fornecer os subsídios para a contextualização da documentação fotográfica, o que permitirá uma proposição descritiva subsequente e combinada como a classificação (arranjo).

Nos Grupos: Docência; Formação e administração da carreira; Relações interinstitucionais e intergrupos; Administração da saúde pública, respectivamente **ANEXOS 3, 4, 5 e 6**, podem ser encontrados documentos que revelam ações próprias de órgãos que desenvolvem pesquisa, ensino etc e podem ser descritas:

#### DOCÊNCIA

Atividades de formação e ensino em graduação e pós-graduação, orientação de dissertações/teses, participação em bancas e Seminários.

#### FORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA CARREIRA

Atividades de constituição e guarda de papéis relacionados aos estudos, às estratégias e à trajetória da carreira, incluindo estágios, obtenção de bolsas, prêmios e homenagens.

#### RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS E INTERGRUPOS

Atividades de contato com órgãos públicos de ciência & tecnologia, visando trocas institucionais, cooperação técnico-científica e representação institucionais, em missões oficiais do governo, grupos de trabalho, conselhos editoriais e científicos etc. Inclui prestação de serviços e/ou consultorias técnico-científicas à instituições públicas ou privadas, Santos<sup>31</sup>, (p. 121).

#### ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA

Atividades de gestão de serviços de saúde pública, especialmente aquelas vinculadas ao controle sanitário, ao tratamento de doenças e o combate às endemias.

Neste contexto lembramos Heloisa Bellotto que reafirma que não devemos esquecer que os “arquivos devem ser classificados de maneira a refletirem claramente a organização e as funções que os produziram”, *apud* Santos<sup>31</sup>, (p.125).

## Notas

i) Catalogar, consiste na preparação de um catálogo. Na realidade, é uma atividade que visa descrever bibliograficamente os documentos, em um suporte, para posteriormente recuperá-los. Em outras palavras, é a descrição (transposição) das informações constantes em um documento para um suporte (ficha). Basicamente a catalogação tem por finalidade informar tudo o há na biblioteca e qual sua localização; registrar o que existe sobre um determinado autor, sobre determinado assunto e se existe determinada obra. Objetivamente através da catalogação, pode-se reunir um conjunto de elementos bibliográficos que vão originar a ficha catalográfica. Em síntese, através dessa ficha se reproduz o documento no seu todo, informações relevantes e pertinentes do documento e sua exata localização física.

ii) *Machine Readable Cataloging* - MARC, amplamente utilizado desde a década de 1970 nos Estados Unidos. Posteriormente, *MARC Format for Archival and Manuscripts Control*, desde 1982, de propriedade da Sociedade de Arquivistas Americanos (SAA) e da Biblioteca do Congresso.

Sobre esse tema ver também as obras: VOSGRAU, Sonia Regina Casselhas et al. *Formato Marc 21*, 2002. Disponível na: Biblioteca virtual da Unicamp. Acesso em 12 de junho de 2004 ; MEY, Eliane Serrão Alves. *Não brigue com a catalogação*, 2003; MARC 21: formato condensado para dados bibliográficos, 2002.

iii) A Classificação Decimal de Dewey, foi criada em 1876, pelo norte-americano Melvil Dewey, é uma obra para consulta e para auxiliar dos especialistas em classificação, ou seja, é um instrumento de referência que exhibe as áreas do conhecimento humano, dividindo-as em classes decimais. Funciona como uma ferramenta para o serviço de recuperação da informação.

iv) A Catalogação Cooperativa é um serviço que agiliza o processamento técnico pois permite que uma publicação já tratada em uma biblioteca não precise ser novamente catalogada (descrita) nas outras, que só recuperam e inserem aqueles dados em seu catálogo, serviço anteriormente obtido através por microfilme, disquete etc. É exatamente o que oferece o Formato MARC aliado ao Ortodocs, uma possibilidade de se importar e exportar mais rapidamente os dados bibliográficos de uma biblioteca para outra através da Internet.

v) A partir do qual se prepararam os tesouros para os documentos textuais.

vi) Outros códigos foram construídos como o *Código da Biblioteca Apostólica da Vaticana* (1920), o da American Library Association (1944), o *Cataloguing Rules and Principles* de Seymour Lubetzky (1953).

vii) A Declaração de Princípios – conhecida geralmente por “Princípios de Paris” – foi aprovada pela Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação em 1961. O seu propósito de servir, como base, para uma normalização internacional na Catalogação foi, incontestavelmente, alcançado: muitos dos códigos de catalogação que foram desenvolvidos em todo o mundo, desde essa altura, seguiram estritamente os Princípios ou, pelo menos, fizeram-no de uma forma expressiva.

viii) Associação dos Arquivistas Holandeses. *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, 1973.

ix) A divulgação destas obras entre a comunidade arquivística brasileira, resultou de um programa da direção do Arquivo Nacional do Brasil, que sob a direção de José Honório Rodrigues assumiu a tarefa de tornar acessível um conjunto de estudos arquivísticos básicos para o aperfeiçoamento dos quadros profissionais do país.

x) CPDOC/FGV sobre esse tema ver Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Metodologia de organização de arquivos pessoais*, 1998.

xi) O Arquivo Iconográfico (AI) - surgiu a partir do projeto "*Ampliação e Organização do Acervo Iconográfico da Casa de Oswaldo Cruz*" implementado através do convênio Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)/FIOCRUZ. Em meados da década de 80, com a departamentalização da Casa de Oswaldo Cruz (COC) criou-se o Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) ao qual o (AI) está subordinado e responsável pelo tratamento técnico da documentação não bibliográfica ou especial através da higienização, acondicionamento, codificação, copiagem dos negativos; classificação (separação por grandes assuntos), catalogação (descrição), indexação, disseminação, divulgação e guarda das cópias fotográficas existentes, reproduzidas a partir de negativos originais ou produzidas para formação do acervo contemporâneo.

xii) Ministério da Cultura. Fundação Nacional de Arte-Instituto Brasileiro de Arte e Cultura/Fundação Biblioteca Nacional.

xiii) Na sua origem, o Arquivo Iconográfico do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, manteve um contacto com a Fundação nacional de Arte – Funarte, para que nos prestasse uma consultoria. A colaboração dos especialistas daquele órgão, naquela (e para aquela) ocasião restringiu-se às atividades de conservação e preservação física do acervo e, na adequação das áreas para a guarda e para o arquivamento do material iconográfico.

xiv) *International Standard Bibliographic Description – ISBD ; Graphic materials: rules for describing original items and historical collections*, ambos editados pela Biblioteca do Congresso Americano.

xv) Princípio da proveniência, é o “princípio segundo o qual os arquivos originários de uma mesma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa”, DICIONÁRIO de Terminologia Arquivística, p. 61. Sobre esse tema ver HEREDIA HERRERA, A . *El principio de procedencia*, p. 3.

xvi) Organicidade - Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora. DICIONÁRIO de terminologia arquivística, p. 57.

xvii) DICIONÁRIO de terminologia arquivística, 1996, p. 23.

xviii) arquivo permanente: “conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função de seu valor”. Também chamado arquivo definitivo, arquivo histórico. DICIONÁRIO de terminologia arquivística, 1996, p. 8.

xvix) arquivo corrente: “ conjunto de documentos estreitamente vinculados aos objetivos imediatos para os quais foram produzidos ou recebidos no cumprimento de atividades-fim e atividades-meio e que se conservam juntos aos órgãos produtores em razão de sua vigência e da frequência com que são por eles consultados. DICIONÁRIO de terminologia arquivística, 1996, p. 6.

xx) arquivo intermediário: “conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco freqüente, que aguardam, em depósito de armazenamento temporário, sua destinação final. DICIONÁRIO de terminologia arquivística, 1996, p. 7.

xxi) No Dicionário de Terminologia Arquivística (1996), arranjo é a “denominação tradicionalmente atribuída à classificação nos arquivos permanentes”. Por classificação, consideram “a sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo”, p.16.

xxii) Instrumento de pesquisa, obra que identifica, localiza e transcreve fundos/séries documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e acesso ao acervo.

xxiii) Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional., responsável pelo processo de normalização arquivística brasileira, sua promoção e a tentativa de um consenso nacional e internacional.

xxiv) Central de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

xxv) OLIVEIRA, Maria & CARDOSO, Paulino L. de Sousa. *Inventário do Arquivo Euclides da Cunha*, 2003. Disponível em: <http://www.euclidesdacunha.org.br>. Sobre esse tema ver também ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Arquivo dos Acadêmicos, 2003.

xxvi) Museu de Astronomia e Ciências Afins. *Guia de Fundos do Arquivo de História da Ciência do MAST*, 2001.

xxvii) AGCRJ, é um órgão da Secretaria Municipal das Culturas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, foi instituído por volta de 1565, no século XV. Sobre o histórico dessa instituição ver Guia do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; ou na Homepage: <http://www.rio.rj.gov.br/arquivo>

xxviii) Esse material fotográfico foi produzido por Augusto Malta e continuado por seu filho Aristógiton Malta, cobre o período de 1903 a 1940. Trata-se de um conjunto de 2 250 imagens das quais novecentas foram descritas para compor: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Augusto Malta: catálogo da série negativo em vidro, 1994.

xxix) Composto por placas de vidro, em preto e branco no formato 18 x 24cm, do qual foram produzidos os negativos de segunda geração em filmes contemporâneos, preto e branco, no formato 120mm (6 x 9cm) . Foram também preparadas cópias em papel fotográfico no formato 18 x 24cm.

xxx) NOVO Dicionário da língua portuguesa, 1986.

xxxi) Com a adoção de um aplicativo (outro software), a partir do “MENU” do MicroIsis,, clicando-se I, exibe-se a imagem descrita. Preparado inicialmente para receber os dados dos negativos de vidro da Coleção Malta, está previsto a inserção dos respectivos álbuns e, posteriormente as fotografias avulsas desta coleção.

xxxii) O Arquivo Nacional vem se preparando, por meio de sistemas informatizados de gestão de usuários e de padronização da descrição da informação, da digitalização documentos textuais, de mapas e fotos e da microfilmagem daqueles documentos textuais, para colocar disponível via Internet.

xxxiii) O Arquivo nacional implantou o Sistema de informações arquivísticas – SIAN, um sistema eletrônico de dados que objetiva, ampliar e disponibilizar por meio do computador os instrumentos de pesquisa, para recuperar informações do seu acervo e que também, gerará informações a serem utilizadas na alimentação da base de dados Descrição Multinível Integrada – DMI, criada para manter e aprimorar o conjunto de instrumentos de pesquisa produzidos. Em 2002, além da conclusão da reforma do Conjunto Arquitetônico Tombado do Arquivo Nacional, ex-Casa da Moeda do Brasil, na Praça da República e tombado pelo IPHAN, teve esse Projeto premiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil / Seção Rio de Janeiro. Recentemente em 2003, realizou-se a Primeira Mostra Nacional de Filmes de Arquivos, com o objetivo divulgar o I Festival Internacional de Cinema de Arquivo do Rio de Janeiro.

xxxiv) Normas ISO 3166- *Codificação de nomes de países*, da Organização Internacional de Normalização; ABNT NBR 6023- *Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas*, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

xxxv) Em reconhecimento aos seus trabalhos na área de difusão do conhecimento científico, o Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST ganhou, em 1997, o Prêmio Red-Pop/UNESCO e, recentemente, recebeu a Menção Honrosa do 20º Prêmio José Reis de Divulgação Científica.

xxxvi) A Política de Preservação de Acervos Institucionais, este projeto, realizado em conjunto com o Museu da República, teve como objetivo a elaboração de um documento com diretrizes básicas para que cada instituição cultural criasse sua própria política de preservação. A partir de 1989, a Coordenação de Informação e Documentação do MAST deu início a estudos para a estruturação de uma política de preservação que atuasse como diretriz de condutas voltadas para a conservação de seu acervo. A discussão foi ampliada em 1995 para a participação de vários profissionais de diversas instituições que atuavam em nas áreas abrangidas pela preservação.

xxxvii) MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Arquivo Alexandre Giroto : inventário sumário*, 2001.

xxxviii) Erwin Panofsky, conceitua a obra de arte como um “objeto feito pelo homem, que pede para ser experimentado esteticamente”. Comparando forma, idéia e conteúdo é de opinião que o interesse na idéia pode ser equilibrado ou mesmo eclipsado pelo interesse na forma. Em sua obra o *Significado nas artes visuais*, 1955, estabelece a diferença entre iconografia e iconologia e analisa os sistemas de proporção nas Artes Visuais [...] proporções estas que refletem a mesma intenção da arquitetura, pintura e escultura, suas contemporâneas.

xxxix) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Curso Básico de Desenho de RPG Rio de Janeiro, 2002. Acessível em: [www.historias.interativas.nom.br/historias/textos/plano.htm+erwin+panofsky](http://www.historias.interativas.nom.br/historias/textos/plano.htm+erwin+panofsky). Acesso em 20/02/05

xl) INVENTÁRIO do Fundo Souza-Araujo. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Setor de Arquivos Pessoais e de Outras Instituições, 1998.

xli) [Históricos dos Departamentos] In: Fundação Oswaldo Cruz. Centenário do Instituto Oswaldo Cruz: 1900-2000. José Rodrigues Coura, Luiz Fernando Ferreira, Wladimir Lobato Paraense(orgs.). Rio de Janeiro, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 2000.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O médico Souza-Araújo produziu um conjunto documental significativo durante toda sua trajetória como cientista, na bancada do laboratório ou ligado ao ‘trabalho de campo’. Percebe-se o seu cuidado com a produção desses registros que comprovavam suas atividades como especialista em hanseníase, não só no acompanhamento e no tratamento dessa doença, como na dedicação a uma pesquisa que buscava os medicamentos e métodos de cura desse mal.

Ele procurou também documentar fotograficamente sua participação em “comissões” nacionais e internacionais com o intuito de acompanhar *in loco* as pesquisas desenvolvidas por outros cientistas e países, a terapêutica desta doença, o investimento e o tipo de instituições que abrigavam os doentes desse mal.

É provável que Souza-Araújo tenha se utilizado da fotografia não somente para registrar suas observações médico-sanitárias, mas também com o intuito de alertar as autoridades para o problema da hanseníase no Brasil e nos países sul-americanos.

Esse aspecto pode ser comprovado no documento *Relatório de uma viagem de estudos ao redor da América do Sul*, publicado em 1941, como também é relatado no *Álbum das organizações antileprosas dalguns países sul-americanos*, de 1948, intensamente ilustrado.

A adoção do princípio arquivístico de ‘respeito ao fundo’ para organizar os documentos imagéticos do Fundo Souza-Araújo, aparece neste trabalho como um compromisso de garantir a proveniência deste material.

O tratamento deste material baseado no respeito à proveniência, isto é, à sua origem pode restabelecer o contexto da produção documental, recuperando o perfil administrativo ou funcional da instituição produtor (a) destes documentos fotográficos, no caso aqui do pesquisador titular deste fundo, dando-nos a conhecer as atividades das

(e para as) quais foram gerados estes documentos, o ‘por quê’ da criação da coleção, possibilitando restituir-lhes sua organicidade.

O estudo da cronologia e da biografia de Souza-Araújo, nos permitiu a contextualização dos documentos fotográficos por ele produzidos e acumulados, que agregado à sua trajetória institucional, ao estabelecimento dos objetivos dos mesmos, foram os elementos nos quais nos baseamos para a proposição de arranjo deste fundo.

Um quadro de classificação / arranjo definido com base numa pesquisa de contextualização, ao ser aplicado à organização deste Fundo Souza-Araújo, estaria conforme o entendimento de Denise Portugal Lasmar “agregando valor ao conjunto documental trabalhado, na medida em que estabeleceu parâmetros para identificar cada item do acervo em função de sua produção, critério prioritário para a organização de documentos arquivísticos”, Lasmar<sup>32</sup>, (p. 135).

A partir do arranjo dos documentos de um fundo, uma das etapas dos procedimentos técnicos adotados pela Arquivologia para o tratamento de conjuntos documentais, pode-se visualizar a estrutura administrativa ou funcional da instituição (ou a trajetória individual) que os teria criado.

Neste aspecto, para Santos<sup>31</sup> “o arquivo de um indivíduo reproduz, em graus diferenciados, sua faceta profissional, pessoal e social de forma muito semelhante aos arquivos institucionais, onde os documentos refletem as funções e as atividades da entidade produtora”, (p. 142).

O levantamento dos documentos, textuais e fotográficos, para sua inserção no plano de classificação (arranjo) definido no Quadro 2, nos mostra que esses registros além de serem testemunhos visuais de uma época, são obviamente reflexo do contexto histórico que os produziu.

Em razão do grande volume de material (900 fotografias), foi necessário um ‘recorte’, definindo-se pelo material resultante da viagem deste pesquisador à Colômbia. Essa

escolha deveu-se ao fato deste conjunto registrar “uma missão especial de estudos” e, com narrativas em relatório, álbum e artigos sobre a estadia do especialista com o intuito de ministrar cursos e verificar a situação da hanseníase naquele país.

Nosso objetivo ao propor uma metodologia de tratamento para este material fotográfico, mantendo-o não só dentro de seu contexto de produção e, garantido sua organicidade – qualidade segundo o qual os arquivos devem refletir a estrutura, funções e atividades da entidade que os acumulou - é potencializar seu uso como documentos para qualquer área do conhecimento.

Ao arranjo, deste trabalho intelectual que definiu coerentemente os grupos e subgrupo - que correspondem às funções e atividades do titular deste fundo, segue-se uma tarefa primordial e preparatória dos ‘meios de busca, que nos permitirá o acesso aos documentos deste arquivo, a descrição. Para Schellenberg<sup>27</sup>, “existe uma relação entre essas duas funções, o arranjo e a descrição, porque enquanto se ordenam os documentos é possível apreender os fatos necessários à sua descrição”, (p. 96).

A descrição é uma atividade de suma importância na organização dos arquivos e permite o acesso aos documentos através do ‘instrumento de pesquisa’, que cumpre a função de obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo.

Schellenberg<sup>27</sup> cita como os elementos essenciais para preparação de uma descrição, que ela forneça a informação imediata sobre os documento do fundo; que ela forneça sobre os documentos, a informação necessária; que ela forneça a informação específica, sobre determinados documentos. Entretanto a descrição deve produzir ‘instrumentos de busca’ que tornem mais conhecidos o conteúdo e a significação, facilitando o uso dos documentos, (p. 207-10).

O estudo prospectivo de modelos descritivos apresentados no Capítulo II- 4, associado à definição do Quadro de Classificação (arranjo), visto no Capítulo II-5, nos permite apontar as características mais importantes, sob nosso ponto de vista, que poderiam ser sistematizadas neste programa descritivo.

No entanto, devemos reiterar o que nos diz Schellenberg<sup>27</sup>: “ a classificação (o arranjo) e a descrição são funções que se confundem uma com a outra” (p. 96), em outras palavras, a descrição tem uma relação estreita com a classificação (o arranjo).

Entretanto, a atividade descritiva, que tem a finalidade de preparar o ‘instrumento de pesquisa’, deve ser padronizada - assim como todas as fases do trabalho arquivístico. Neste sentido, surgiu a norma ISAD (G)<sup>25</sup>.

Sobre essa norma internacional, Bellotto<sup>5</sup> acredita que “do ponto de vista da teoria arquivística, o mais importante na ISAD é o respeito que ela permite aos princípios da proveniência e da organicidade” (p. 182), enquanto que para Lopez<sup>10</sup> a norma é “uma referência primeira fundamental para qualquer atividade de descrição, ressaltando que tal atividade não pode ser executada de maneira isolada em relação à classificação (ao arranjo) e, pode vir a constituir um importante instrumental para a descrição de documentos imagéticos” (fotografias) (p. 223-24).

A norma ISAD(G)<sup>25</sup> propõe padronizar a descrição arquivística, a partir de uma estruturação multinível, isto é, do geral (fundo) ao particular (dossiê):

“no nível do fundo, dê a informação sobre ele como um todo. Nos níveis seguintes e subsequentes, dê a informação sobre as partes que estão sendo descritas. Apresente as descrições resultantes numa relação hierárquica entre a parte e o todo, procedendo do nível mais geral (fundo) para o mais particular”. (p. 7)

Por uma questão consensual, adotaremos a terminologia usada na ‘Norma’ para determinar os campos deste nosso programa descritivo.

Em um primeiro momento, na Área de Identificação registraríamos os dados para a identificação e controle deste arquivo, informando sobre o Código de localização (grifo nosso) do arquivo/fundo; Variações de título; Diversidades das datas, em resposta à pergunta ‘quando?’ se deu o evento; Nível de descrição (fundo /seção /série /subsérie /dossiê) escolhido para descrever o documento.

Porém, são os ‘dados de contextualização’ ou de contexto de produção, que se devem priorizar. Portanto na Área de Contextualização, devemos anotar as informações essenciais para esta operação descritiva. Teríamos assim: Quadro de arranjo adotado para o arquivo/fundo; Nome do produtor/acumulador deste arquivo/fundo; Indicações de responsabilidade (autoria); o Histórico (para arquivo/fundo institucional) ou a Biografia (para arquivo/fundo pessoal); Origem do arquivo/fundo. Estas informações permitem saber ‘quem?’ criou e/ou acumulou este material.

No passo seguinte por um processo de observação, descreveríamos os itens mais evidentes do material, adotando as informações de cunho pré-iconográfico, baseada no método de Erwin Panofsky *apud* Zeviani et al.<sup>30</sup>, (p. 4), que aborda a descrição do conteúdo do material; o evento, os motivos, o ‘porquê?’ desta da produção; o local, ou ‘onde?’ se deu o evento a ser registrado.

Seguiríamos com a análise iconográfica sugerida por Panofsky *apud* Zeviani et al., (Ibidem, p. 4), o registro do ‘quando’ se deu o evento onde destacaríamos os temas ou conceitos, resultantes de nossas pesquisas em bibliografia relativa àquele assunto e aos dados contidos na frente/verso do documento, que poderão dar a pista para o desenvolvimento dos temas/conceitos da(s) imagem(ns) e, também baseados em nosso conhecimento mais específico sobre o evento, respondendo a pergunta ‘o que?’, de que temática se trata.

Também é imprescindível, a Área de Condições de Acesso e Uso, onde informariamos quais são as condições de acesso (se existem restrições ao uso) bem como o tipo de instrumento de pesquisa (meio de busca) pelo qual se podem acessar a documentação desejada como uma facilidade para o pesquisador na procura dos documentos.

Para um programa de descrição de um arquivo/fundo fotográfico, as áreas/fases mencionadas são essenciais.

Os dados relativos à Descrição Física (designação, suporte, dimensões, cromia etc) e, as informações relativas à Área de Fontes Relacionadas (onde devem ser citados a existência de cópias, unidades de descrição relacionadas com o arquivo/fundo examinado, como: livros, material tridimensional, instrumentos de laboratórios), também são importantes.

A proposta descritiva que apresentamos partiu da compreensão e análise do arquivo Souza-Araújo como um conjunto de documentos dotado de sentido e, portanto, formado a partir das funções e atividades do seu titular. Os grupos propostos são, desta forma, expressão de suas funções. O grupo que elegemos como foco de nossa descrição - Grupo Pesquisa – foi estruturado em subgrupos, entre os quais elegemos o subgrupo Missões Científicas. No subgrupo procuramos identificar as atividades desenvolvidas, para estabelecer os conjuntos gerados por elas, documentos estes que irão constituir o que denominamos séries. A proposta descritiva, neste sentido, se estrutura com base em uma combinação metodológica pouco comum em grande parte dos instrumentos que conhecemos: atividades relacionadas as espécies documentais. Não se trata de um novo nível de descrição, mas de um elemento essencial na identificação do contexto de produção dos documentos.

Em síntese, não se trata aqui neste trabalho, de um plano de organização de um arquivo/fundo, não se trata de um resultado definitivo, mas uma proposta metodológica de descrição dos documentos fotográficos.

Esta proposta metodológica agregada aos avanços tecnológicos - que tornou possível o gerenciamento de informações multimídia, alterando a relação de armazenamento de dados permitidos e/ou conquistados no processo de informatização- faz emergir um novo conceito de representação iconográfica.

Frente às exigências da era da informação e comunicação, percebe-se que muitas barreiras foram ultrapassadas com as novas tecnologias de *software*, que permitem em um mesmo veículo de informação, manipular uma diversidade de dados.

A comercialização dos microcomputadores nas últimas décadas e o conseqüente crescimento das linhas de *software* possibilitaram a redução das lacunas existentes, quando da reunião das fotografias e seus dados, propiciando a recuperação e a divulgação de forma mais adequada dos acervos.

Hoje, as tecnologias possibilitam acesso a qualquer tipo de informação, garantindo a independência de localização. Como exemplo, temos a Internet, que distribui informações sem transparência do seu local de armazenamento.

Em todo este processo fundamentado em um sistema híbrido, que considera a importância dos diferentes tipos de suportes, de técnicas fotográficas, sua conservação bem como dos procedimentos que empregam tecnologias que vão de câmera digital, *scanners* etc à disponibilização via Internet, o que se objetiva é a preservação dos arquivos fotográficos, sua acessibilidade.

Considerando, a característica polissêmica das imagens, que permite uma variedade de interpretações, acreditamos que os elementos informativos auxiliam na compreensão da imagem enquanto imagem, combinados às informações do conteúdo técnico, entretanto, a perspectiva de garantia da origem e da contextualização deste material imagético, deve ser sempre respeitada e colocada como um propósito, primeiro e essencial.

A importância do ‘respeito ao fundo’ e da organicidade, como critério para organização de fundos em arquivos, potencializa a recuperação e o uso da informação contida nos documentos textuais e não-textuais, pois reconstitui o contexto da produção destes documentos, ampliando a leitura do conteúdo informativo para além do que pode ser visualizado nas fotografias, agregando valor ao fundo documental, facilitando a recuperação da informação contida neste arquivo, para sua democratização e disponibilização à toda sociedade na forma de serviços e produtos.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- 1 - PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3.ed. rev. ampl. reimp. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- 2 - SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 3. Ed. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- 3 - BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.
- 4 - SILVA, Armando B. Malheiro da. Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistêmico e interativo. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Famalicão*, Porto, s.d.
- 5 - BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes : tratamento documental*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- 6 - CAMARGO, Ana Maria. Sobre o valor histórico dos documentos. *Revista do Arquivo do Município de Rio Claro*, n. 1, p. 11-7, 2003.
- 7- BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LEME, Paulo de Tarso R. D. Paes. Documentação especial em arquivos públicos. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 51-59, jan.-jun. 1986.
- 8- LOPES, Luis Carlos. *A informação e os arquivos: teoria e prática*. Niterói : EDUFF; São Carlos : EDUFSCar, 1996.
- 9 –GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer, 2).
- 10- LOPEZ, André Porto Ancona. *As razões e os sentidos. Finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2000.
- 11 - PAES, Marilena Leite; MARQUES, Heloisa Helena Riani. Arquivos fotográficos. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 17-9, 1977.
- 12 - MIGUEL, Maria Lucia Cerutti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p. 121-132, 1993.
- 13 - KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

14 - KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica.: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo : Museu de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, 1980.

15 - A CIÊNCIA a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913 por Marli Brito de Albuquerque, Fernando Antônio Pires Alves, Jaime Larry Benchimol, Ricardo Augusto dos Santos, Eduardo Vilela Thielen, Wanda Latmann Weltman. Apresentação de Paulo Ernani Gadelha Vieira. Rio de Janeiro : Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

16 - MAUAD, Ana Maria. *Através da Imagem: Fotografia e História – Interfaces*. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

17- HOCHMAN, Gilberto ; MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de ; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.9, (suplemento), p. 233-73, 2002.

18 - MELLO, Maria Teresa Bandeira de. *Fotografia e história da saúde pública: o acervo do Centro de Estudos e Profilaxia da Moléstia de Chagas*. Comunicação apresentada no XXIº Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (ANPUH), Niterói, 2001.

19 - GILMAN, Sander L. *Picturing health and illness: images of identity and difference*. Baltimore and London : The Johns Hopkins University Press, 1995.

20 - LACERDA, Aline Lopes de ; MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. *Produzindo um imunizante: imagens da produção da vacina contra a febre amarela*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro : v. 10 (suplemento 2), p. 537-71, 2003.

21 - THIELEN, Eduardo Vilela. *Fotografias de saúde no Brasil: a fotografia na institucionalização da saúde pública*. [Dissertação de Mestrado] São Paulo, PUC,1992.

22 – CORTE, Adelaide Ramos et al. *Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos: uma visão do cenário nacional* / Adelaide Ramos Corte; Ieda Muniz de Almeida; Eulina Gomes Rocha; Wilma Garrido do Lago. 2.ed. rev. ampl. São Paulo : Ed. Polis, 2002.

23 - CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano: capítulo 8: matérias iconográficas, com adaptações. Preparado pela American Library Association [et al] Coordenação de Michael Gorman e Paul W. Winkler. Tradução da Comissão brasileira de Documentação em Processos Técnicos da Federação Brasileira da Associação de Bibliotecários. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 1983.

24 – HEREDIA HERRERA, Antonia. *La norma ISAD(G): análisis crítico*. São Paulo : Associação de Arquivistas de São Paulo, 1999.

- 25- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. Segunda edição adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 1999, versão aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- 26- HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Cência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 3, p.1-13, set. 1998.
- 27 - SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Tradução de Manoel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- 28- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil. In: MESA Redonda Nacional de Arquivos, 1999, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em:<http://www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em 30/04/2004.
- 29- ANDRADE, Ana Célia de; TESSITORE, Viviane. Elaboração de guias: a experiência de um centro de documentação universitário sobre movimentos sociais. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia*, São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo regional de São Paulo, 1998. (CD-ROM)
- 30- ZEVIANI, R. U. et al. *Álbum de fotos sobre a imigração alemã do início do século XX como fonte para a pesquisa histórica* / Rodrigo Udo Zeviani ; João F. Bertanha ; André P. A Lopez ; Darcilene S. Rezende. Artigo contendo os resultados finais do Projeto de Iniciação Científica vinculado ao PIBIC/CNPq - UEM. Maringá, PR, 2003.
- 31- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas* [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2002.
- 32- LASMAR, Denise Portugal. *Estoques de informação: o acervo da Comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação*. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação/UFRJ-Instituto Brasileiro de Informação de Informação em Ciência e Tecnologia/MCT, 2002.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CIÊNCIA a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913 por Marli Brito de Albuquerque, Fernando Antônio Pires Alves, Jaime Larry Benchimol, Ricardo Augusto dos Santos, Eduardo Vilela Thielen, Wanda Latmann Weltman. Apresentação de Paulo Ernani Gadelha Vieira. Rio de Janeiro : Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Arquivo dos Acadêmicos: guia geral*. Coord. Sérgio C. Albite Silva. Rio de Janeiro : ABL, 2003.

ÁLBUM das organizações antileprosas dalguns países sul-americanos: (fotografias de 1939 a 1945), pelo Dr. H. C. de Souza-Araújo. Rio de Janeiro: Gráfica Milone Ltda., 1948.

ANDRADE, Ana Célia de; TESSITORE, Viviane. Elaboração de guias: a experiência de um centro de documentação universitário sobre movimentos sociais. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia*, São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo regional de São Paulo, 1998. (CD-ROM)

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Augusto Malta: catálogo da série negativo em vidro*. Coord. Elizabeth C. Marques de Loureiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1994.

Associação dos Arquivistas Holandeses. *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*. Trad. de Manoel Adolpho Wanderley. 2ª edição, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes : tratamento documental*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos privados : conceituação e caracterização. In: *Arquivos permanentes : tratamento documental*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. Capítulo 15, p.249-260.

BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LEME, Paulo de Tarso R. D. Paes. Documentação especial em arquivos públicos. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 51-59, jan.-jun. 1986.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Iconografia e história. *Resgate: revista interdisciplinar de cultura do Centro de Memória –Unicamp*, Campinas. v. 1, 9-17, 1990.

CAMARGO, Ana Maria. Sobre o valor histórico dos documentos. *Revista do Arquivo do Município de Rio Claro*, n. 1, p. 11-7, 2003.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*. 4 .ed. rev. atual. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998.

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano: capítulo 8: matérias iconográficos, com adaptações. Preparado pela American Library Association et al. Coordenação de Michael Gorman e Paul W. Winkler. Tradução da Comissão brasileira de Documentação em Processos Técnicos da Federação Brasileira da Associação de Bibliotecários. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 1983.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. Segunda edição adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 1999, versão aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CORTE, Adelaide Ramos et al. *Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos: uma visão do cenário nacional* / Adelaide Ramos Corte; Ieda Muniz de Almeida; Eulina Gomes Rocha; Wilma Garrido do Lago. 2.ed. rev. ampl. São Paulo : Ed. Polis, 2002.

DICIONÁRIO de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Secretaria Estadual de Cultura, 1996, p. 23.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil. In: MESA Redonda Nacional de Arquivos, 1999, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 30/04/2004.

GILMAN, Sander L. *Picturing health and illness: images of identity and difference*. Baltimore and London : The Johns Hopkins University Press, 1995.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer, 2).

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Cência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 3, p.1-13, set. 1998.

HEREDIA HERRERA, Antonia . Observaciones sobre la Norma ISAD(G), 1994. *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia*, São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1998. (CD-ROM)

HEREDIA HERRERA, Antonia. *El principio de procedência y los otros principios de la archivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2003.

HEREDIA HERRERA, Antonia. La fotografia y los archivos. In: *La fotografia como fuente de información*. Segundas jornadas archivísticas. Foro Iberoamericano de la Rábida Palos de la Fronteira, Huelva, 4-8 octubre 1993, p. 7-16.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *La norma ISAD(G): análisis crítico*. São Paulo : Associação de Arquivistas de São Paulo, 1999.

HOCHMAN, Gilberto ; MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de ; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.9 (suplemento), p. 233-73, 2002.

INVENTÁRIO do Fundo Souza-Araujo. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Setor de Arquivos Pessoais e de Outras Instituições, 1998.

KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica.: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo : Museu de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, 1980.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LACERDA, Aline Lopes de ; MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. Produzindo um imunizante: imagens da produção da vacina contra a febre amarela. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro : v. 10 (suplemento 2), p. 537-71, 2003.

LASMAR, Denise Portugal. *Estoques de informação: o acervo da Comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação*. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação/UFRJ-Instituto Brasileiro de Informação de Informação em Ciência e Tecnologia/MCT, 2002.

LOPES, Luis Carlos. *A informação e os arquivos: teoria e prática*. Niterói : EDUFF; São Carlos : EDUFSCar, 1996.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do estado, 2003.

LOPEZ, André Porto Ancona. *As razões e os sentidos. Finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2000.

MARC 21: formato condensado para dados bibliográficos. Trad. e adapt. de Margarida M. Ferreira. 2.ed. Marília : UNESP-Marília Publ., 2002.

MAUAD, Ana Maria. *Através da Imagem: Fotografia e História – Interfaces*. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MELLO, Maria Teresa Bandeira de. *Fotografia e história da saúde pública: o acervo do Centro de Estudos e Profilaxia da Moléstia de Chagas*. Comunicação apresentada no XXIº Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (ANPUH), Niterói, 2001.

MEY, Eliane Serrão Alves. *Não brigue com a catalogação*. Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 2003

MIGUÉIS, Maria Amélia Porto. Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, 1976.

MIGUEL, Maria Lucia Cerutti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p. 121-132, 1993.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Arquivo Alexandre Giroto: inventário sumário*. Rio de Janeiro, MAST, 2001.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Guia de Fundos do Arquivo de História da Ciência do MAST*. Rio de Janeiro, MAST, 2001.

NOVO Dicionário da língua portuguesa /Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1986.

OLIVEIRA, Maria ; CARDOSO, Paulino L. de Sousa. *Inventário do Arquivo Euclides da Cunha*. Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, ABL, 2003. Disponível em: <http://www.euclidesdacunha.org.br>. ([www.academia.org.br](http://www.academia.org.br)). Acesso em 11 de novembro de 2004.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3.ed. rev. ampl. reimp. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

PAES, Marilena Leite; MARQUES, Heloisa Helena Riani. Arquivos fotográficos. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 17-9, 1977.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais [Meaning in the Visual Arts]* Trad. Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1955. (Coleção Debates, 99)

RELATÓRIO de uma viagem de estudos ao redor da América do Sul: observações médico-sanitárias, pelo Dr. H. C de Souza-Araújo. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, t. 36, fasc. 2, 1941.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas* [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2002

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 3. Ed. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Tradução de Manoel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SILVA, Armando B. Malheiro da Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistêmico e interativo. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Famacão*, Porto, s.d.

THIELEN, Eduardo Vilela. *Fotografias de saúde no Brasil: a fotografia na institucionalização da saúde pública*. [Dissertação de Mestrado] São Paulo, PUC,1992.

VOSGRAU, Sonia Regina Casselhas et al. *Formato Marc 21 Holdings para publicações seriadas*. Campinas, Unicamp, 2002. Disponível na: Biblioteca virtual da Unicamp. Acesso em 12 de junho de 2004

ZEVIANI, R. U. et al. *Álbum de fotos sobre a imigração alemã do início do século XX como fonte para a pesquisa histórica* / Rodrigo Udo Zeviani ; João F. Bertanha ; André P. A Lopez ; Darcilene S. Rezende. Artigo contendo os resultados finais do Projeto de Iniciação Científica vinculado ao PIBIC/CNPq - UEM. Maringá, PR, 2003.

# ANEXO 1

Alteração de Dossiê - Nível 4



## 1 – ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Código de Referência: **BR AN, RIO O2.0.FOT.1**

Código de Referência	
Nº Ordem Inicial:	<input type="text" value="1"/>
Nº Ordem Final:	<input type="text"/>
Tipo:	<input type="text"/>
Tipo Inicial:	<input type="text"/>
Tipo Final:	<input type="text"/>

1.2 – Título

1.2.1 Indicação do título

[Retrato de Jean Louis Armand Quatrefage de Bréau]
--

1.2.2 - Indicações de responsabilidade:

Pessoa	Cargo/Função	Instituição	Responsabilidade
<input type="text"/>			Fotógrafo(a)
Ernest Ladrey			

1.2.3 - Edição:

Verisada

Aumentada

1.2.4 - Local de Produção:

Localidade	Município	Unidade política-administrativa	País
------------	-----------	---------------------------------	------

1.2.5 – Editora:

### 1.3 – DATAS

#### 1.3.1 - Data de Produção

**Inicial:**

Dia

Mês

Ano

Atribuída

Incerta

**Final:**

Dia

Mês

Ano

Atribuída

Incerta

#### 1.3.2 - Data-Assunto

**Inicial:**

Dia

Mês

Ano

Atribuída

Incerta

**Final:**

Dia

Mês

Ano

Atribuída

Incerta

### 1.5 - Dimensão e suporte:

#### 1.5.1 Dimensão e quantificação:

Gênero	Espécie	Valor
<input type="text"/>		
Iconográfico(s)	fotografia(s)	1 item(ns)
<b>Total:</b>		1item(ns)

1.5.1-A Constituição material :

1.5.1-B Formato :

1.5.1-E Cor :

1.5.1 - F Dimensões específicas:

Dimensão/Medida  
Valor  
Observação

altura  
10 centímetros

largura  
6,3 centímetros

1.5.1-L Forma de Apresentação :

## 2 - ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 - Nome(s) do(s) produtor(es)

Nome	Data de Nascimento / Criação	Data de Morte / Extinção
<input type="text"/>		

2.2 - História administrativa / biografia:

2.3 - História arquivística (história da acumulação):

2.3.3 - Especificação da história arquivística



2.4 - Procedência:

Nome	Forma de Entrada	Data Inicial	Data Final	Referência
<input type="text"/>				

### 3 - ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

3.1 - Âmbito e conteúdo:

3.1.1 - Especificação do conteúdo:



3.1.1.1 - Especificação de anexos:

Título	Quantidade
<input type="text"/>	

3.1.1.2 - Indicações de Responsabilidade:

Pessoa	Cargo/Função	Instituição	Responsabilidade
<input type="text"/>			

3.1.1.4 - Série ou coleção bibliográfica:

Título da Série	Número
<input type="text"/>	

3.1.1.5 - Termo de abertura e de encerramento

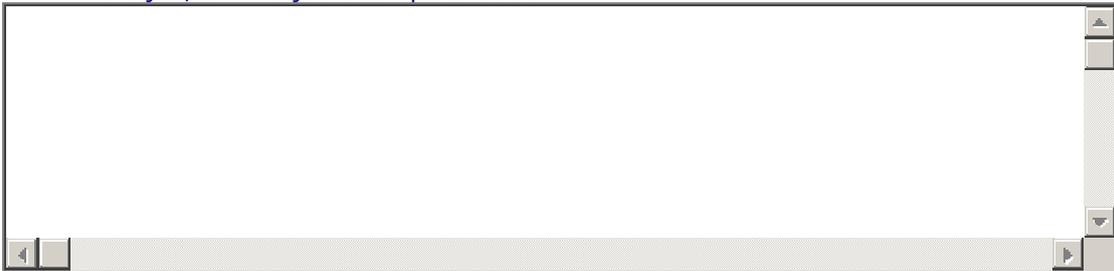
3.1.1.5.1 - Termo de Abertura

 ▼

3.1.1.5.2 - Termo de Encerramento

 ▼

3.2 - Avaliação, eliminação e temporalidade:



3.3 - Incorporações:



3.4 - Sistema de arranjo

3.4.1 - Estágio de tratamento

<input type="checkbox"/>	Estágio Tratamento
--------------------------	--------------------

3.4.2 - Organização:



**- ÁREA 4 DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO**

4.1 - Condições de Acesso:

4.1.1 Condição	4.1.2 Tipo de Restrição
<input type="checkbox"/> Com restrição	Acessível somente por meio eletrônico

4.1.2 - Outras condições e observações:

4.1.3 - Normas legais e administrativas:

4.2 - Condições de reprodução:

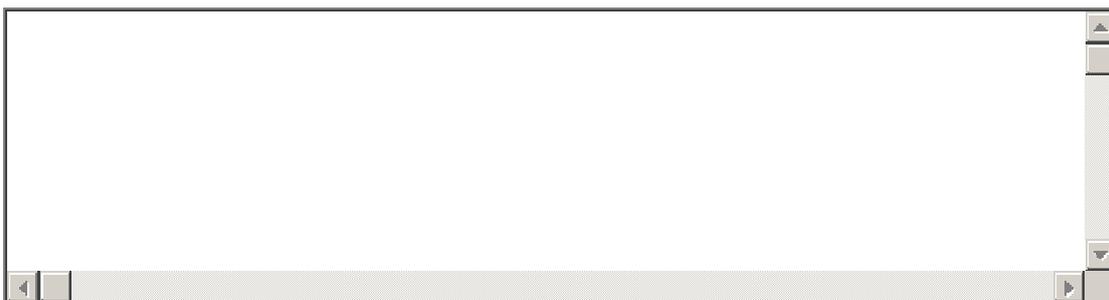
Condições	Nome
-----------	------

4.2.2 - Outras condições:

4.3 - Idioma/Forma de escrita:

Idioma/Forma de escrita
francês

4.4 - Características físicas e requisitos técnicos:



#### 4.5 - Instrumentos de Pesquisa:

	Autor	Título
<input type="checkbox"/>		

### 5 - ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

#### 5.1 - Existência e localização dos originais:

#### 5.2 - Cópia na Instituição:

##### 5.2.1 - Na Instituição

	Cópia	Inicial	Final
<input type="checkbox"/>	Negativo fotográfico		

##### 5.2.2 - Outros Detentores:

	Nome	Localidade	Título	Notação
<input type="checkbox"/>				

#### 5.3 - Unidades de descrição relacionadas:

##### 5.3.1 - Na instituição

	Título	Código de Referência
<input type="checkbox"/>		

##### 5.3.2 - Outros detentores

	Nome	Localidade	Título	Notação
<input type="checkbox"/>				

#### 5.4 - Notas sobre publicação:

	Autor	Título

~

## 6 - ÁREA DE NOTAS

### 6.1 - Identificação

#### 6.1.1 - Código de referência

##### 6.1.1.1 - Notação física atual:

Prédio	Depósito	Unidade de Instalação Física	Início	Fim	Notação Lógica
<input type="text"/>					
Prédio Amarelo	614.2	Pasta	1	1	BR AN, RIO O2.0.FOT.1

##### 6.1.1.2 - Notação original:

Notação	Data Inicial	Data Final	Instalação Física
<input type="text"/>			

##### 6.1.1.3 - Notação anterior:

Notação	Data Inicial	Data Final	Instalação Física
<input type="text"/>			

### 6.1.2 - Título

#### 6.1.2.1 - Variações:

Notas
<input type="text"/>

##### 6.1.2.2 - Edição:

Número da reimpressão:

Data da reimpressão

Dia:

Mês:

Ano:

6.1.2.3 - Local:

6.1.2.4 - Editora:

6.1.2.5 - Data:

6.1.2.6 - Dimensões:

6.1.2.7 - Números internacionais de edição

6.1.2.7.1 - ISBN:

6.1.2.7.2 - ISSN:

6.1.2.8 - Estado de Conservação:

Data  
Estado

6.1.2.9 - Outras:

O fotógrafo atuou na Boulevard des Italiens 5 bis e Rue Richelieu 97 - Paris.

## 7 - ÁREA DE CONTROLE

### 7.1 - Nota do arquivista

#### 7.1.1 - Termos de indexação:

	Termos de Indexação	Referências	Remissivo
<input type="checkbox"/>	Bréau, Jean Louis Armand de Quatrefage, 1810-1892		

#### 7.1.2 - Bibliografia e outras fontes utilizadas:

	Autor	Título
<input type="checkbox"/>		

### 7.2 - Regras ou convenções:

	Descrição
<input type="checkbox"/>	

### 7.3 - Responsável da descrição:

	Nome	Cargo/Função	Primeira atualização	Última atualização
<input type="checkbox"/>	Maria Lucia Cerutti Miguel	Especialista Nível Superior	08/10/2003	30/06/2004

Unidade Custodiadora:

	Unidade	Sigla
<input type="checkbox"/>	Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos	CODAC

## ANEXO 2

### Cronologia de Heráclides Cesar de Sousa-Araújo<sup>1</sup>

- 1886, junho - Nasce em Vila da Comarca de Ponta Grossa, hoje Santo Antonio de Imbituva/PR
- 1910, março - Professor de História Natural no Externato Maurell, Rio de Janeiro/DF
- 1912, março - Químico-Farmacêutico pela Escola de Farmácia e Odontologia de Ouro Preto, MG
- 1913, janeiro - Diploma-se no Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, DF
- 1913-14 - Candidatus Medicinae (Aluno) da Real Universidade de Berlim, Alemanha
- 1913-62 - Pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF
- 1914-16 - Estagiário do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF
- 1915 - Membro Correspondente da Sociedad Argentina de Dermatologia
- 1915 - Tese: Estudo clínico do granuloma venéreo.
- 1915, dezembro - Doutor em Ciências Médico-Cirúrgicas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF
- 1916 - Membro da Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifiliografia
- 1916 - Artigo: Granuloma venéreo publicado na Rev. Associação Médica Argentina, v. 24, p. 245-92.
- 1917-18 - Comissionado pelo Governo do Paraná para chefiar a Profilaxia das verminoses e da Malária
- 1918 - Membro da Sociedade de Medicina do Paraná
- 1918- - Viagem científica no rio Paraná e a Assunção, com volta por Buenos Aires, Montevideu e Rio Grande, com os Drs. Adolpho Lutz e Olympio da Fonseca F<sup>o</sup>. Memórias do IOC, Tomo X, facs. II.

---

<sup>1</sup> Dados retirados do Inventário do Fundo Souza-Araujo. Série Recortes de Jornais. Pasta 01. SA/DP/19371010. Documentos (36) contendo currículos e históricos profissionais do titular. Rio de Janeiro. (período) 10 de outubro de 1937 a 16 de janeiro de 1953 (com 84 folhas), página 56

- 1918-21 - Chefe da Comissão de Profilaxia Rural do Paraná, Ministério do Interior e Justiça
- 1919 - A doença de Carlos Chagas no Paraná. Paraná Médico, A III, fasc. II.
- 1919-26 - Assistente adjunto do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF
- 1920 - Membro da Comissão do Departamento Nacional de Saúde Pública para o Combate à Peste nos Estados do Sul
- 1921 - Membro da Sociedade de Medicina do Pará
- 1921-24 - Chefe do Serviço de Saneamento Rural do Estado do Pará  
Departamento Nacional de Saúde Pública
- 1922 - Membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, DF
- 1923 - Membro da Sociedade de Biologia do Rio de Janeiro, DF
- 1923 - Membro da National Geographic Society, Washington, DC
- 1923 - Membro da Sociedade Brasileira de Higiene
- 1924 - Membro Correspondente da American Society of Tropical Medicine and Hygiene
- 1924 - Membro Correspondente da Academia Nacional de Medicina do Brasil, Rio de Janeiro, DF
- 1924 - Autor do livro: Lazarópolis do Prata: primeira colonia agrícola de leprosos fundada no Brasil. Belém,:Empreza Gráfica Amazonia.
- 1924-26 - Bolsista da Fundação Rockefeller, New York
- 1924-27 - Comissionado pelo Governo Federal (Min. Justiça e Negócios Interiores) para estudar a Lepra no estrangeiro
- 1925 - Higienista (C.P.H.) pela de Escola de Higiene e Saúde Pública da Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, EUA
- 1925 - Curso de Higiene Social na Columbia University, New York City, EUA
- 1925 - Estagiário do Laboratório do Departamento de Saúde Pública, New York City, EUA
- 1925 - Membro da American Social Hygiene Association, New York, N.Y.

- 1925 - Tese de doutoramento em Saúde Pública: The control of Venereal Diseases in the United States
- 1925-26 - Estagiário dos Departamentos de Leprologia dos Estados Unidos da América, Hawaí, Filipinas, Índia
- 1926 - Membro da Academia Espanhola de Dermatologia y Sifiliografia em Madrid
- 1926 - Doutor em Higiene e Saúde Pública pela Escola de Higiene e Saúde Pública
- 1926-31 - Assistente efetivo do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF
- 1927 - Membro Correspondente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa
- 1927 - Membro da The Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene, Inglaterra
- 1927 - Membro Titular da Academia Nacional de Medicina do Brasil
- 1927 Artigo: Cultura do bacilo da lepra. Brazil Medico, Rio de Janeiro, Ano 41, n.10
- 1927-52 - Chefe de Laboratório de Leprologia do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF
- 1928 - Sócio Fundador do Sindicato Médico Brasileiro, Rio de Janeiro, DF
- 1928-31 - Responsável pelo Curso de Leprologia do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF
- 1928-56 - Professor do Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF
- 1929 - Secretário-geral da IV Conferência Sul-Americana de Higiene, Microbiologia e Patologia, Rio de Janeiro, DF
- 1929 - Autor do livro: A lepra: estudos realizados em 40 paízes (1924-27). Rio de Janeiro: Typ. Do IOC.
- 1930 - Curso de Filosofia (Thomista) Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, SP ( Filial da Universidade de Louvain)
- 1931 - Curso na London School of Dermatology, Inglaterra
- 1931 - Chefe da Inspeção de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo

- 1931 Membro Fundador da International Leprosy Association, Londres
- 1931-33 - Chefe do Laboratório do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF
- 1931-34 - Membro Honorário da Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene, Londres
- 1931-52 - Bolsista da Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene, Londres
- 1932-52 - Membro Fundador e Vice-Presidente da International Leprosy Association
- 1932-56 - Vice-Presidente da Sociedade Internacional de Leprologia
- 1933 - Membro Correspondente da Association de la Presse Médicale Belge
- 1933 - Membro Honorário da Associação Médica do Paraná
- 1933 - Comissionado pelo Ministério de Educação e Saúde Pública para estudar o problema da lepra nos estados do norte e elaborar um plano geral de profilaxia
- 1933 - Membro da Associação Alberto Torres dos Amigos do Centro Brasileiro de Cultura
- 1933 - Membro Honorário da Associação Médica do Paraná
- 1934-39 - Chefe (e Secretário) de Serviço do Centro Internacional de Leprologia, Rio de Janeiro, DF
- 1936 - Grande Oficial da Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro de Jerusalém, Paris
- 1936-38 Professor do Curso de Leprologia da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, DF
- 1936-52 - Professor Catedrático de Leprologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro (absorvida pela Universidade do Brasil, em 1939)
- 1938 A lepra no Brasil e sua profilaxia, publ. Bruxelles-Médical, A-18, n.34, p119-24
- 1938 Le traitement éclectique de la lèpre, publ. Bruxelles-Médical, A-19, n. 1, p.1-13
- 1938 - Comendador da Ordem de Boyacá, Colômbia
- 1939 - Missão científica do Ministério da Educação e Saúde à Colômbia

- 1939 - Membro Honorário da Sociedad Medico-Quirúrgica de Cartagena, Colômbia
- 1939 - Membro Fundador e Presidente Honorário da Sociedad Colombiana de Leprologia
- 1940 - Delegado do Brasil ao 8º Congresso Científico Americano, Washington, DC
- 1941 - Membro Correspondente da Academia de Medicina de Medellin, Colombia
- 1941-56 - Editor das Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF
- 1942 - Professor do Curso de Lepra do Departamento Nacional de Saúde
- 1945-1956 - Chefe da Seção de Bacteriologia e da Divisão de Microbiologia e Imunologia do Instituto Oswaldo Cruz
- 1946 - Presidente - 1º Congresso Interamericano de Medicina, Rio de Janeiro, DF
- 1946 - Delegado da Nicarágua na 2ª Conferência Pan-Americana de Lepra, Rio de Janeiro
- 1946 Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Cancerologia
- 1946 - Presidente - 1º Congresso Interamericano de Medicina, Rio de Janeiro, DF
- 1946 - Delegado da Academia Nacional de Medicina do Brasil na 2ª Conferência Pan-Americana de Lepra, Rio de Janeiro, DF
- 1946-56 - Autor do livro: História da lepra no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 3v.
- 1946 - Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Cancerologia
- 1947 - Chefe da Delegação do Brasil no 4º Congresso Internacional de Microbiologia, Copenhague
- 1947 - Membro Correspondente da Sociedad Argentina de Patologia Infecciosa y Epidemiologia
- 1947 - Membro Correspondente da Société Belge de M  dicine Tropicale
- 1947 - Membro Honorário da Sociedad Cubana de Dermatologia y Sifilografia

- 1948 - Delegado ao 5º Congresso Internacional de Leprologia, Cuba
- 1949 - Membro da Associação Brasileira de Leprologia
- 1949 - Membro Efetivo do Colégio Ibero-Latino-Americano de Dermatologia
- 1949 - Membro Honorário da Academia de Lepra José de Alencar, Paraná
- 1950 - Vice-Presidente do 5º Congresso Internacional de Microbiologia, Rio de Janeiro, DF
- 1951 - Delegado do Brasil na 3ª Conferência Pan-Americana de Leprologia, Buenos Aires, Argentina
- 1951 - Membro Correspondente da Sociedade de Leprologia do Paraná
- 1951 - Membro Honorário da Sociedad de Dermatologia, Sifilologia y Leprologia del Paraguay
- 1952 - Presidente do 10º Congresso Brasileiro de Higiene, Belo Horizonte
- 1952 - Membro do Quadro de Peritos em Leprologia da Organização Mundial de Saúde, Genebra
- 1953 - Presidente do 11º Congresso Brasileiro de Higiene, Curitiba
- 1953 - Delegado ao 5º Congresso de Medicina Tropical e Malária, Istambul
- 1953 - Delegado ao 6º Congresso de Microbiologia, Roma
- 1953 - Chefe da Seção de Bacteriologia do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF
- 1955-56 - Professor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro, DF (a partir da década de 1960, UEG e UERJ)
- 1956 - Delegado ao Congresso Internacional de Leprologia da Ordem de Malta, Roma
- 1957-58 - Professor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro, DF ( hoje UERJ)
- 1962 - Falece no Rio de Janeiro, RJ

## ANEXO 3

### QUADRO 5

#### Grupo Docência

ANO	INSTITUIÇÃO	CADEIRA/ESPECIALIDADE	CARGO/FUNÇÃO
1910	Externato Maurell, Rio de Janeiro, DF	História Natural	Professor
1928-56	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Curso de Aplicação do IOC Leprologia	Professor e Coordenador do Curso
1928-35	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Laboratório de Leprologia	Orientação de alunos do Curso de Aplicação e de pesquisadores brasileiros e estrangeiros
1936-38	Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, DF (designado pelo Centro Internacional de Leprologia)	Curso de Leprologia	Professor
1936-52	Universidade do Distrito Federal (a partir de 1939, absorvida pela Universidade do Brasil)	Faculdade de Ciências Médicas	Professor Catedrático
1942	Departamento Nacional de Saúde	Curso de Epidemiologia e Profilaxia da Lepra	Professor
1955-58	Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro, DF (a partir de 1960, UEG, UERJ)	Faculdade de Ciências Médicas <sup>2</sup>	Professor

<sup>2</sup>Lecionando as matérias: Introdução geral à lepra e sua distribuição geográfica; Epidemiologia; Etiopatogenia; Bacteriologia; Patologia; Terapêutica (diagnóstico, prognóstico, classificação e tratamento biológico); Tratamento auxiliar (cromoterapia, cirurgia, fisioterapia); Medidas profiláticas.

## ANEXO 4

### QUADRO 6

#### Grupo Formação e Administração da carreira

ANO	INSTITUIÇÃO/UNIVERSIDADE	ESCOLA/SETOR	GRAU/TÍTULO
1912	Faculdade de Ouro Preto, MG	Escola de Farmácia	Farmacêutico
1913	Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Curso de Aplicação do IOC	Estagiário
1913-14	Real Universidade de Berlim	Medicina	Graduação
1915	Faculdade do Rio de Janeiro	Medicina	Doutorado
1924-26	Johns Hopkins University, Baltimore, EUA	Saúde Pública	Certificação (C.P.H.)
1924-26	Johns Hopkins University, Baltimore, EUA	Saúde Pública	Doutorado
1924-26	Fundação Rockefeller	-	Bolsista
1925	Columbia University, New York, NY	Curso de Higiene Social	Aluno
1925	Departamento de Saúde Pública, New York City, NY, EUA	Laboratório	Estagiário
1925-26	Departamentos de Leprologia dos Estados Unidos da América, Hawaí, Filipinas, Índia	-	Estagiário
1930	Universidade de Lovaine	Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo (Filial da Univ. Lovaine)	Aluno
1931	London School of Dermatology, Londres	Curso de Dermatologia	Aluno
1931-52	Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene, Londres	-	Bolsista

## ANEXO 5

### QUADRO 7

#### Grupo Relações Interinstitucionais e Intergrupos

ANO	INSTITUIÇÃO	CARGO/FUNÇÃO
1915	Sociedad Argentina de Dermatologia	Membro Correspondente
1916	Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifiliografia	Membro
1918	Sociedade de Medicina do Paraná	Membro
1921	Sociedade de Medicina do Pará	Membro
1922	Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro	Membro
1923	Sociedade de Biologia do Rio de Janeiro, DF	Membro
1923	National Geographic Society, Washington, DC	Membro
1923	Sociedade Brasileira de Higiene	Membro
1924	American Society of Tropical Medicine and Hygiene	Membro Correspondente
1924	Academia Nacional de Medicina do Brasil, Rio de Janeiro, DF	Membro Correspondente
1924-27	Ministério da Justiça e Negócios Interiores	Comissionado/Estudo da lepra no estrangeiro
1925	American Social Hygiene Association, New York, N.Y.	Membro
1926	Academia Espanhola de Dermatologia y Sifiliografia, Madrid	Membro

## ANEXO 5

### QUADRO 7

Relações Interinstitucionais e Intergrupos

continuação

ANO	INSTITUIÇÃO	CARGO/FUNÇÃO
1927	Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa	Membro
1927	The Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene, Inglaterra	Membro
1927	Academia Nacional de Medicina do Brasil	Membro Titular
1928	Sindicato Médico Brasileiro, Rio de Janeiro, DF	Sócio Fundador
1929	IV Conferência Sul-Americana de Higiene, Microbiologia e Patologia, Rio de Janeiro, DF	Secretário-geral
1931	International Leprosy Association, Londres	Membro Fundador
1931-34	Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene, Londres	Membro Honorário
1932-52	International Leprosy Association	Membro Fundador e Vice-Presidente
1932-56	Sociedade Internacional de Leprologia	Vice-Presidente
1933	Association de la Presse Médicale Belge	Membro Correspondente
1933	Associação Médica do Paraná	Membro Honorário

## ANEXO 5

### QUADRO 7

Relações Interinstitucionais

continuação

ANO	INSTITUIÇÃO	CARGO/FUNÇÃO
1933	Ministério de Educação e Saúde Pública	Comissionado/Estudo e Profilaxia da Lepra no Norte
1933	Associação Alberto Torres dos Amigos do Centro Brasileiro de Cultura	Membro
1933	Associação Médica do Paraná	Membro Honorário
1936	Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro de Jerusalém, Paris	Grande Oficial
1938	3º Congresso Internacional de Lepra, Cairo	Delegado
1938	Ordem de Boyacá, Colômbia	Comendador
1938	Ordem Polônia Restituta	Oficial
1939	Ministério da Educação e Saúde à Colômbia	Missão científica

## ANEXO 5

### QUADRO 7

Relações Interinstitucionais e Intergrupos

continuação

ANO	INSTITUIÇÃO	CARGO/FUNÇÃO
1939	Sociedad Medico-Cirúrgica de Cartagena, Colômbia	Membro Honorário
1939	Sociedad Colombiana de Leprologia	Membro Fundador e Presidente Honorário
1940	8º Congresso Científico Americano, Washington, DC	Delegado do Brasil
1941	Academia de Medicina de Medellin, Colombia	Membro Correspondente
1941-56	Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, DF	Editor
1946	1º Congresso Interamericano de Medicina, Rio de Janeiro, DF	Presidente

## ANEXO 5

### QUADRO 7

Relações Interinstitucionais

continuação

ANO	INSTITUIÇÃO	CARGO/FUNÇÃO
1946	2ª Conferência Pan- Americana de Lepra, Rio de Janeiro	Delegado da Nicarágua
1951	Sociedade de Leprologia do Paraná	Membro Correspondente
1951	Sociedad de Dermatologia, Sifilologia y Leprologia Del Paraguay	Membro Honorário
1952	10º Congresso Brasileiro de Higiene, Belo Horizonte	Presidente
1952	Leprologia da Organização Mundial de Saúde, Genebra	Membro do Quadro Peritos
1953	11º Congresso Brasileiro de Higiene, Curitiba	Presidente
1953	5º Congresso de Medicina Tropical e Malária, Istambul	Delegado
1953	6º Congresso de Microbiologia, Roma	Delegado
1956	Congresso Internacional de Leprologia da Ordem de Malta, Roma	Delegado

## ANEXO 6

### QUADRO 8

#### Grupo Administração da Saúde Pública

ANO	INSTITUIÇÃO	SETOR	CARGO/FUNÇÃO
1921-24	Ministério da Educação e Saúde	Departamento Nacional de Saúde Pública	Chefe do Serviço de Saneamento Rural do Estado do Pará
1931	Governo do Estado de São Paulo	Inspetoria de Profilaxia da Lepra	Chefe da Inspetoria
1934-39	Centro Internacional de Leprologia, Rio de Janeiro, DF	Serviço de Leprologia	Chefe de Serviço